

EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

A estrutura organizacional da FURB apresentada em seu organograma, está institucionalizada em seu Estatuto (Resolução nº 35/2010), bem como em seu Regimento Interno, em vigor desde 27 de abril de 2001. É subsidiada também por resoluções do Conselho Universitário e Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. A Lei Complementar nº 746, de 19 de março de 2010, dispõe sobre as regras para a aplicação do estatuto dos servidores públicos municipais aos servidores da FURB e dá providências correlatas. O Plano de Carreira dos servidores técnico-administrativos da FURB está regulamentado pela Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010 e o Plano de Carreira dos servidores docentes da FURB está regulamentado pela Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010. A FURB possui uma adequada política e estrutura orçamentária, de administração financeira e contábil, podendo ser considerada uma IES sustentável. Dados financeiros – em sua maioria - demonstram a solidez da Universidade, apesar da Instituição ter grandes desafios nesta área.

POLÍTICAS DE PESSOAL, CARREIRA DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.

4.1. Neste grupo de indicadores a CPA apresenta a sua percepção sobre a **coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
4.1. Coerência das políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais.						
4.1.1. Plano de carreira dos docentes implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas;						X
4.1.2. Plano de carreira dos servidores técnico-administrativo implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas;						X
4.1.3. Coerência entre o plano de carreira e a gestão de pessoas (servidores docentes).						X

4.1.4. Coerência entre o plano de carreira e a gestão de pessoas (servidores técnico-administrativos).						X
4.1.5. Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores docentes na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados;						X
4.1.6. Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores técnico-administrativos na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.				X		
4.1.7. Critérios claramente definidos de progressão na carreira do magistério superior (docente), regulamentados e efetivamente aplicados.						X
4.1.8. Critérios claramente definidos de progressão na carreira funcional (técnico-administrativa), regulamentados e efetivamente aplicados.				X		
4.1.9. Programas de assistência e melhoria à qualidade de vida com práticas consolidadas e institucionalizadas.					X	
4.1.10. Condições de trabalho docente de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.					X	
4.1.11. Desenvolvimento profissional docente coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.					X	
4.1.12. Condições de trabalho do corpo técnico-administrativo de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.					X	
4.1.13. Desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.				X		

4.1.1. Plano de carreira dos docentes implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas;

4.1.2. Plano de carreira dos servidores técnico-administrativo implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas:

O PDI apresenta a política de gestão e desenvolvimento de servidores docentes e técnico-administrativos (p. 178). Os planos de carreira dos servidores da FURB estão institucionalizados e regulamentados por meio de leis complementares municipais:

- Plano de Carreira dos servidores técnico-administrativos: Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010; e
- Plano de Carreira dos servidores docentes da FURB: Lei Complementar nº 745, de 19 de março de 2010.

Também devem ser consideradas outras regras, mais específicas, que estão normatizadas por meio de Resoluções, como, por exemplo, a Resolução nº 37/2010, que trata da contagem de pontos para enquadramento inicial e progressão na carreira para os professores da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante.

A CPA entende que a **nota 5** deve ser mantida para os indicadores em questão.

4.1.3. Coerência entre o plano de carreira e a gestão de pessoas (servidores docentes):

De acordo com o PDI, o ingresso no quadro do Magistério Superior é precedido por concurso público de Provas e Títulos, ficando os professores lotados nos departamentos (p. 178). A Carreira do Magistério Superior é disposta em 9 (nove) referências, designadas pela sigla “PQ”, organizadas em PQ01 a PQ09, que obedecem a um sistema de pontuação específico. A progressão de uma referência para a imediatamente superior dá-se em função de critérios de comprovada titulação acadêmica, progressivamente maior, e dos méritos decorrentes das atividades de administração, ensino, pesquisa, extensão e da produção científica, artística ou cultural desenvolvidas pelos docentes, critérios esses definidos em resolução.

Em consulta à DGDP, no período de 2012 a 2014, houve a realização de 122 concursos públicos para o quadro do magistério superior, a saber:

Tabela 116: Concursos realizados para o quadro do Magistério Superior na FURB (2012-2014)

Ano	Editais	Vagas
2012	28	35
2013	29	30
2014	65	85

Fonte: DGDP (2014)

Na carreira, cerca de 180 docentes progrediram para uma referência imediatamente superior em decorrência das atividades de administração, ensino, pesquisa, extensão e da produção científica, artística ou cultural, conforme previsto na Lei Complementar nº 745/2010 e alterações, a saber:

Tabela 117: Progressão na carreira do Magistério Superior na FURB (2012-2014)

	2012	2013	2014
Docentes com Progressão na carreira	54	65	61

Fonte: DGDP (2014)

A CPA entende que existe coerência entre o plano de carreira dos professores e as políticas de gestão de pessoal constantes no PDI, considerando **a nota 5** mais adequada ao indicador.

4.1.4. Coerência entre o plano de carreira e a gestão de pessoas (servidores técnico-administrativos):

Segundo a Lei Complementar Municipal nº 744/2010, em seu artigo 4º “as carreiras para os servidores técnico-administrativos da FURB são organizadas em grupos de cargos dispostos de acordo com a natureza profissional e a ordem de complexidade de suas atribuições, em estreita correlação com as finalidades da Instituição”. A sessão II, artigos 21 a 24, mostra a promoção funcional aos servidores técnico-administrativos (organizada em referências - Ref.1 a Ref.85), que se dá em decorrência de merecimento apurado em avaliação de desempenho, por mérito do servidor na busca por formação/capacitação, tais como horas em cursos de atualização e aperfeiçoamento, conclusão de curso de graduação ou de cursos de pós-graduação, entre outros, e também por tempo de serviço.

Em consulta à DGDP, soube-se que, em 2013, houve a realização de 02 concursos para o quadro efetivo e, em 2014, houve a realização de um concurso, com 210 ingressos para o quadro. Na carreira, houve a concessão de cerca de 739 promoções funcionais de servidores técnicos-administrativos, para uma referência imediatamente superior em decorrência do mérito, conclusão de curso de graduação ou de cursos de pós-graduação, entre outros, e também por tempo de serviço, com base na Lei Complementar 744/2010 e alterações.

A CPA entende que existe coerência entre o plano de carreira dos técnico-administrativos e as políticas de gestão de pessoal constantes no PDI e considera a **nota 5** mais adequada.

4.1.5. Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores docentes na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados:

De acordo com a Lei Complementar nº 745, art. 4º, o corpo docente da FURB compreende os Professores do quadro, temporários e visitantes. A lei apresenta os critérios para seleção e admissão para o quadro, os quais são transcritos também nos Editais de Concurso Público.

A Resolução nº 11/2001 altera a Resolução que “*Aprova as normas para contratação de Professor Visitante na Universidade Regional de Blumenau*”, a qual aponta os critérios para seleção de visitantes. Em 2012 foi aprovada a Resolução nº 34/2012, que dispõe sobre as normas para realização de Processo Seletivo Público e Simplificado (PSPS) para contratação de professores temporários para desenvolver atividades de ensino superior na FURB e dá outras providências. Em consulta a DGDP, setor de Registro Docente foi confirmado que no ano de 2014, foram realizados **297 concursos PSPS**.

Assim, para o indicador, a comissão entende que a **nota 5** deva ser mantida.

4.1.6. Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores técnico-administrativos na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados:

Os critérios de seleção e admissão para o quadro ficam claramente definidos nos Editais de Concurso Público (Lei Complementar nº 744, Art. 17). Em 2013 houve a realização de concurso público para o quadro efetivo, obedecendo a estes critérios. Porém, em consulta a DGDP se confirmou que houve, entre 2012 e 2014, o ingresso de 523 técnico-administrativos temporários, cuja seleção ocorreu sem concurso ou processo seletivo específico, para atendimento de demandas específicas, projetos e pesquisas, e substituição de servidores afastados.

No PDI encontra-se a meta 123: *Aplicar critérios de seleção e admissão para servidores técnico-administrativos temporário* (p. 190). No período (2014) a gestão trabalhou no desenvolvimento da Resolução nº 06/2015 que pretende atender a meta prevista. Apesar de se perceber avanços com relação ao indicador, a CPA considera que, no período, a instituição atendeu apenas o referencial mínimo de qualidade, atribuindo a **nota 3**.

4.1.7. Critérios claramente definidos de progressão na carreira do magistério superior (docente), regulamentados e efetivamente aplicados:

Conforme já explicado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, os critérios de progressão na carreira do magistério superior (docente), estão bem definidos na Lei Complementar nº 745, Art. 17:

No Magistério da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante, a progressão de uma referência para a imediatamente superior dar-se-á em função de critérios de comprovada titulação acadêmica, progressivamente maior, e dos méritos decorrentes das atividades de administração, ensino, pesquisa, extensão e da produção científica, artística ou cultural desenvolvidas pelos docentes.

Parágrafo Único - A contagem de pontos para ingresso nas referências se inicia em zero, à qual se somam os pontos obtidos em função do atendimento aos critérios estabelecidos em regulamento próprio.

Art. 18. A progressão na carreira está condicionada à:

I - acumulação mínima de 12 (doze) pontos, obtidos por atendimento a critérios estabelecidos em regulamento próprio;

II - observância de um interstício de 3 (três) anos para alteração de uma referência para a subsequente, excetuando-se os pontos decorrentes da titulação stricto sensu.

Art. 19. A contagem de pontos, para efeitos da progressão, obedece à escala de critérios e respectivas pontuações estabelecidos em regulamento próprio.

A CPA entende que a instituição possui um plano de carreira docente institucionalizado, considerando que o indicador deve ter **nota 5**.

4.1.8. Critérios claramente definidos de progressão na carreira funcional (técnico-administrativa), regulamentados e efetivamente aplicados:

Conforme já explicado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, os critérios de progressão na carreira dos servidores técnico-administrativos estão contemplados na Lei Complementar Nº 744, cuja sessão II nos artigos 21 a 24, tratam da promoção dos servidores técnico-administrativos da FURB. A progressão na carreira, se dá em decorrência de merecimento apurado em avaliação de desempenho, por mérito do servidor na busca pela capacitação (horas de cursos, graduação, pós-graduação, etc.) e também por tempo de serviço. A promoção tem ocorrido apenas por mérito de capacitação e de tempo de serviço. Quanto ao processo de avaliação de desempenho dos TA (previsto no Plano de Carreira e no do PDI), somente em 2014 foi reformulado e aprovado no CONSUNI e cuja publicação só ocorreu em 2015 por meio da Resolução nº 02/2015. Neste sentido, no período, não ocorreu avaliação dos servidores técnico-administrativos.

No fórum virtual, a comunidade manifestou que, apesar de estar na legislação, os critérios para quais os cursos de capacitação são aceitos para progressão não estão definidos. (a carreira docente tem critérios mais claros). E a avaliação de desempenho não foi efetivada. Para o indicador se definiu **nota 3**, pois se trata de um processo regulamentado, porém sem ser efetivamente aplicado.

4.1.9. Programas de assistência e melhoria à qualidade de vida com práticas consolidadas e institucionalizadas:

O Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011 descreve um quadro de benefícios institucionais, dentre os quais se destacam-se afastamentos justificados (casamento, nascimento, óbito, etc.); planos de saúde e área protegida UNIMED (emergência médica); abatimento de encargos educacionais; abono permanência; anuênio; dedicação exclusiva (para docentes); auxílio creche para servidoras e auxílio a filhos com deficiência; vale transporte; licença especial para gestantes e adotantes, bem como licença paternidade; licença por motivo de doença em pessoa da família ou para assuntos particulares; prática desportiva; etc. A conclusão que se chegou é que a maioria dos benefícios ocorre por força de lei trabalhista.

O PDI 2010-2015 (p.189) propõe o objetivo XXXIII: *Implementar a política de saúde do servidor*, com as seguintes metas:

119: *Revitalizar o programa "Vida em Equilíbrio" em 2014; e*

120: *Criar o serviço de atenção à Saúde: Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), com várias estratégias de ação até o ano de 2015.*

No período avaliado, observa-se, a aprovação do SESMT (CONSUNI 2012) e a realização de concursos para que as vagas criadas para este setor sejam ocupadas. No Balanço Crítico (2014), a DGDP informou que, em 2013, houve também a realização de uma pesquisa de qualidade de vida no trabalho aplicada aos servidores de carreira administrativa. Sendo assim, houve evolução em relação ao período avaliativo anterior, e a CPA atribuiu **nota 4** para o indicador.

4.1.10. Condições de trabalho docente de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais:

O PDI 2010-2015 (p. 189) propõe o objetivo XXXIII: *Implementar a política de saúde do servidor*, com metas definidas e estratégias de ação. Tanto o diagnóstico sobre a “qualidade de vida” no trabalho com todos os servidores efetivos da FURB quanto a elaboração periódica de laudos referente à segurança e saúde dos servidores em todos os ambientes da Instituição, são ações que não foram cumpridas no período avaliado.

A comunidade manifestou, por meio do Fórum virtual, que as condições de trabalho vão além das questões relacionadas a saúde e segurança, tendo a ver com espaços de trabalho, para além da sala de aula, carga horária para estudos, etc. A CPA considera que houve avanços, pois a instituição estabeleceu em seu documento maior os objetivos e metas para as condições de trabalho docente, definindo-se **nota 4** para o indicador.

4.1.11. Desenvolvimento profissional docente coerente com o estabelecido nos documentos institucionais:

Em consulta aos documentos oficiais da instituição, observa-se que para atender as demandas de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional dos servidores, a FURB estabeleceu a política de formação continuada de curta duração por meio da Resolução nº 060/2012, de 19 de dezembro de 2012. Para cursos de longa duração, a FURB possui as seguintes resoluções específicas:

- Resolução nº 11/2014 (revoga a Resolução nº 52/2008) - Fixa a Política de Capacitação Docente, em nível *stricto sensu*, e estabelece normas e prazos de afastamento dos docentes do quadro do magistério superior da FURB para programas de pós-graduação *stricto sensu* e estágio pós-doutoral e
- Resolução nº 26/2008 - Regulamenta o Projeto de Capacitação Linguística para Servidores da FURB.

No fórum virtual a comunidade manifestou que com a nova resolução para capacitação, houve um incremento na saída para docentes se capacitarem. Isso fica evidenciado nas tabelas abaixo:

Tabela 118: Docentes em qualificação por centro de ensino (2011-2014)

Centro	Mestrado				Doutorado				TOTAL			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
CCEAL	1	2	1	0	-	-	0	0	1	2	1	0
CCS	2	1	3	4	2	2	3	7	4	3	6	11
CCEN	1	-	1	0	4	3	1	6	5	3	2	6
CCHC	1	-	2	2	2	-	0	3	3	-	2	5
CCJ	2	6	1	1	6	4	4	4	8	10	5	5
CCSA	-	1	0	1	1	1	0	0	1	2	0	1
CCT	7	5	2	1	6	4	3	5	13	9	5	6
TOTAL	14	15	10	9	21	14	11	25	35	29	21	34

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – DGDP/ PROAD.

Tabela 119: Afastamento de docentes para qualificação (2011-2014)

Tipo de Afastamento	2011			2012			2013			2014		
	M	D	Pós-D	M	D	Pós-D	M	D	Pós-D	M	D	Pós-D
Afastamento Total	-	15	-	-	8	1	-	6	-	-	10	7
Afastamento Parcial	-	2	-	-	1	-	-	-	-	1	4	-
Sem Afastamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total parcial	14	38	1	-	9	1	-	6	6	1	14	7
TOTAL ANO	53			10			12			22		

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – DGDP/ PROAD.

Observação: A. F. = Auxílio Financeiro

Assim sendo, considera-se que a Universidade atendeu, no período avaliado, o indicador, atribuindo ao mesmo a **nota 4**.

4.1.12. Condições de trabalho do corpo técnico-administrativo de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais:

Visitas *in loco* mostram que os ambientes administrativos são adequados em função do número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário, limpeza. O fórum virtual manifestou que as condições de trabalho vão além das questões relacionadas a saúde e segurança, tendo a ver com espaços de trabalho, áreas de convivência, entre outros.

Na análise da Qualidade de Vida no trabalho, realizada pela FURB em Outubro/novembro de 2013, participaram 270 servidores, os quais responderam o Questionário de Qualidade de Vida no trabalho do instrumento QWLQ-78 (Quality of Working Life Questionnaire – Questionário de Qualidade de Vida no trabalho). Este instrumento é composto por 78 questões divididas em 4 domínios: Físico/Saúde, Psicológico, Pessoal e Profissional. Em cada domínio foi obtido um índice apresentado em termos percentuais, conforme pode ser observado na Tabela 120:

Tabela 120 – Distribuição de frequência do grau de satisfação em cada domínio e em geral na Qualidade de Vida no Trabalho.

Domínios	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Neutro	Satisfeito	Muito Satisfeito
Físico/Saúde	-	7 (2,59%)	32 (11,85%)	180 (66,67%)	51 (18,89%)
Psicológico	-	10 (3,7%)	21 (7,78%)	191 (70,74%)	48 (17,78%)
Pessoal	-	-	-	101 (37,41%)	169 (62,59%)
Profissional	-	12 (4,44%)	41 (15,19%)	190 (70,37%)	27 (10%)
QVT(1)	-	2 (0,74%)	18 (6,67%)	197 (72,96%)	53 (19,63%)

1 – QVT: Índice de Qualidade de Vida no Trabalho

Considerando os fatos, a CPA considerou que a **nota para o indicador** deve ser **4**.

4.1.13. Desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo coerente com o estabelecido nos documentos institucionais:

No Balanço Crítico (2014) foi registrado, pela gestão, o estabelecimento de uma política de formação continuada de curta duração para os técnicos administrativos (Resolução nº 60/2012). O PDI (p. 191), traz a meta 129: *Implantar o Núcleo de Políticas de Formação (NUPOF)*. Outros documentos também tratam do desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo. Entre eles pode-se citar a Resolução nº 17/2008 que trata da regulamentação de benefícios institucionais para servidores técnico-administrativos cursarem pós-graduação *stricto sensu* nos programas da FURB; a Resolução nº 30/1997 que fixa novas condições de afastamento de servidores técnico-administrativos para cursar pós-graduação, mestrado e doutorado. Há ainda a Resolução nº 05/94, de 03 de maio de 1994, que disciplina o abatimento sobre os encargos educacionais, em cursos oferecidos pela FURB (FURB Idiomas, ETEVI e Graduação).

Apesar da existência das políticas nos documentos oficiais, há baixa participação dos técnico-administrativos na formação institucional, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 121: Formação Institucional em números (2012-2014)

Descrição	2012 I	2012 II	2013 I	2013 II	2014 I	2014 II
Atividades	58	61	75	54	114	34
Vagas ofertadas	2937	2608	2912	2800	4725	1690
Inscritos	1521	1276	1566	1184	2303	1049
Concluintes (100% participação)	1200	1025	1086	900	1826	943
Carga horária	258h30min	295h	376h30min	260h	447h30min	174h31min

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2014. DGDP/ PROAD.

Obs.: Importante considerar que o número de inscritos e concluintes se refere à soma de participação de um mesmo servidor em mais de uma atividade.

Tabela 122: Participação na Formação Institucional (2014/ I)

Categorias	Servidores	Participantes	Percentual
Técnico-Administrativo (Estatutário)	490	126	25,71%
Tempo Integral (Estatutário)	190	100	52,63%
Tempo Parcial Horista (Estatutário)	244	134	54,92%
Administrativo Temporário (CLT)	123	17	13,81%
Tempo Parcial Horista - CLT	440	162	36,82%
Tempo Parcial Horista - 20 HORAS (Estatutário)	7	6	85,71%
Cargo em Comissão	10	6	60%
Administrativo Temporário - LC 746 (Cont. Adm.)	1	1	100%
Tempo Parcial Horista - LC 746 (Cont. Admin.)	0	0	0
Total	1.505	552	36,68%

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. Período 01/01 à 30/06/2012.

Tabela 123: Participação na Formação Institucional (2014/II)

Categorias	Servidores	Participantes	Percentual
Técnico-Administrativo (Estatutário)	504	102	20,24%
Tempo Integral (Estatutário)	186	44	23,65%
Tempo Parcial Horista (Estatutário)	254	61	24,01%
Administrativo Temporário (CLT)	116	3	2,59%
Tempo Parcial Horista - CLT	436	23	5,27%
Tempo Parcial Horista - 20 HORAS (Estatutário)	7	1	14,28%
Cargo em Comissão	10	7	70%
Administrativo Temporário - LC 746 (Cont. Adm.)	0	0	0
Tempo Parcial Horista - LC 746 (Cont. Admin.)	0	0	0
Total	1.513	241	15,93%

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. Período 01/07 à 31/12/2012.

A CPA considera que o indicador atende apenas ao referencial mínimo de qualidade e aferiu **nota 3** para o mesmo.

4.2. Neste grupo de indicadores a CPA apresenta a sua percepção sobre a **Formação do corpo docente.**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
4.2. Formação do corpo docente.						
4.2.1. Nível de qualificação dos docentes.					X	
4.2.2. Relação (%) entre os docentes com formação em nível de Especialização e o total dos docentes.					X	
4.2.3. Relação (%) entre os docentes com Mestrado e o total dos docentes.					X	
4.2.4. Relação (%) entre os docentes com Doutorado e o total de docentes.					X	

4.2.1. Nível de qualificação dos docentes:

Conforme já citado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, a LDB prevê que as universidades tenham $\frac{1}{3}$ do corpo docente com titulação de pós-graduação

stricto sensu , ou seja, no mínimo 33, 33% com mestrado ou doutorado. A Tabela 124 mostra dados da FURB referentes ao período de 2012 a 2014:

Tabela 124: Titulação dos docentes (2012-2014)

Ano/Semestre		Graduado		Especialista		Mestre		Doutor		TOTAL
UNIVERSIDADE										
2012	I	36	4%	204	25%	378	46%	203	25%	821
	II	23	3%	178	23%	361	47%	204	27%	766
2013	I	7	1%	205	25%	391	47%	219	27%	822
	II	6	1%	201	24%	394	48%	220	27%	821
2014	I	8	0,94%	224	26,29%	399	46,83%	221	25,94%	852
	II	8	0,94%	212	24,97%	413	48,64%	216	25,45%	849

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2014

As informações mostram que os docentes da FURB já possuíam títulos de mestre e doutores que satisfazem os critérios previstos na LDB. No entanto, no período 2012-2014, ainda havia professores na FURB com apenas graduação. Apesar disso, a CPA entende que o indicador está além do referencial mínimo de qualidade, atribuindo **nota 4**.

4.2.2. Relação (%) entre os docentes com formação em nível de Especialização e o total dos docentes; 4.2.3. Relação (%) entre os docentes com Mestrado e o total dos docentes; 4.2.4. Relação (%) entre os docentes com Doutorado e o total de docentes.

Quanto às relações (%) entre os docentes com formação em nível de especialização, mestrado e doutorado e o total dos docentes, a Tabela 124 apresentada no do indicador anterior, mostram os percentuais instituição. Os dados afirmam que mais de 2/3 dos professores que atuam na instituição já possuem mestrado e doutorado. No PDI, a FURB definiu na meta 132 a qualificação docente, com as seguintes ações estratégicas: institucionalizar a política de capacitação docente e criar condições para que não existam professores com apenas a graduação. Assim, este conjunto de indicadores listados atende mais que o referencial mínimo de qualidade, considerando-se, para cada um deles, a **nota 4**.

4.3. Neste grupo de indicadores a CPA apresenta a sua percepção sobre as Condições institucionais para os docentes.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
4.3. Condições institucionais para os docentes.						
4.3.1 Existência de políticas de capacitação para os docentes com práticas consolidadas e institucionalizadas.						X
4.3.2. Existência de programas e ações voltados para o acompanhamento e avaliação das atividades docente.				X		
4.3.3. Existência de critérios para a participação de docentes em pós-graduação <i>stricto sensu</i> com incentivo institucional.						X
4.3.4. Existência de critérios para participação docente em cursos de formação continuada com incentivo institucional.					X	
4.3.5. Existência de critérios para participação docente em intercâmbios.					X	
4.3.6. Coerência da área de capacitação docente com os interesses institucionais.						X
4.3.7. Promoção de cursos e seminários voltados para a formação pedagógica.						X
4.3.8. Auxílio institucional aos docentes no desempenho de suas atividades didático-pedagógicas.						X
4.3.9. Assessoramento aos professores e coordenadores na elaboração e execução das atividades docentes.						X
4.3.10. Relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de professores.			X			
4.3.11. Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo integral tenham, no mínimo, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.						X
4.3.12. Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo parcial tenham, no mínimo, 25% de sua carga horária reservada para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.			X			
4.3.13. Envolvimento dos professores em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão.					X	
4.3.14. Satisfação dos professores em relação ao seu desenvolvimento profissional.					X	
4.3.15. Satisfação dos professores em relação às condições de trabalho.					X	

4.3.16. Plano de carreira docente disponível (publicado) para a comunidade acadêmica.												X
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	---

4.3.1 Existência de políticas de capacitação para os docentes com práticas consolidadas e institucionalizadas:

A Resolução nº 11/2014, que revogou a Resolução nº 52/2008, fixa a Política de Capacitação Docente, em nível *stricto sensu*, e estabelece normas e prazos de afastamento dos docentes do quadro do magistério superior da FURB para a participação em programas de pós-graduação *stricto sensu* e estágio pós-doutoral. No fórum virtual a comunidade manifestou que com a nova resolução houve um incremento na saída para docentes se capacitarem. Isso fica evidenciado nas tabelas abaixo:

Tabela 125: Docentes em qualificação por centro de ensino (2011-2014)

Centro	Mestrado				Doutorado				TOTAL			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
CCEAL	1	2	1	0	-	-	0	0	1	2	1	0
CCS	2	1	3	4	2	2	3	7	4	3	6	11
CCEN	1	-	1	0	4	3	1	6	5	3	2	6
CCHC	1	-	2	2	2	-	0	3	3	-	2	5
CCJ	2	6	1	1	6	4	4	4	8	10	5	5
CCSA	-	1	0	1	1	1	0	0	1	2	0	1
CCT	7	5	2	1	6	4	3	5	13	9	5	6
TOTAL	14	15	10	9	21	14	11	25	35	29	21	34

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – DGDP/ PROAD.

Tabela 126: Afastamento de docentes para qualificação (2011-2014)

Tipo de Afastamento	2011			2012			2013			2014		
	M	D	Pós-D	M	D	Pós-D	M	D	Pós-D	M	D	Pós-D
Afastamento Total	-	15	-	-	8	1	-	6	-	-	10	7
Afastamento Parcial	-	2	-	-	1	-	-	-	-	1	4	-
Sem Afastamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total parcial	14	38	1	-	9	1	-	6	6	-	-	-
Total	53			10			12			22		

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – DGDP/ PROAD.

Desta forma o indicador é atendido pela Instituição e a CPA atribuiu **nota 5**.

4.3.2. Existência de programas e ações voltados para o acompanhamento e avaliação das atividades docente:

O PDI (p. 186) apresenta os elementos da avaliação docente. O documento mostra que a avaliação do docente no processo de ensino-aprendizagem da graduação envolve o acompanhamento de atividades como, o cotidiano da sala de aula; os instrumentos institucionais (planos de ensino, diários de classe); a autoavaliação da prática do professor e a participação em programas de formação didático-pedagógica. A Avaliação de Desempenho Docente, está sobre a responsabilidade da PROEN.

A CPA observou que no período em questão a instituição não conseguiu resolver problemas, já levantados no último Relatório de Autoavaliação Institucional, como o fato da amostra de respondentes na avaliação docente não representar a totalidade. Isto tem prejudicado a tomada de decisão principalmente em relação aos professores em estágio probatório que são avaliados pelo mesmos instrumentos. Assim, quanto à existência de programas e ações voltados para o acompanhamento e avaliação das atividades docente, a comissão considera que o indicador atende apenas o referencial mínimo de qualidade e define **nota 3** para ele.

4.3.3. Existência de critérios para a participação de docentes em pós-graduação *stricto sensu* com incentivo institucional:

A Resolução nº 11/2014, que revoga a Resolução nº 52/2008, fixa a Política de Capacitação Docente, em nível *stricto sensu*, e estabelece normas e prazos de afastamento dos docentes do quadro do magistério superior da FURB para programas de pós-graduação *stricto sensu* e estágio pós-doutoral. O documento normatiza o apoio institucional para a formação de docentes do quadro da FURB. Sendo assim, a CPA concorda com a existência de critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar docentes para cursar pós-graduação e atribuiu **nota 5** para o indicador.

4.3.4. Existência de critérios para participação docente em cursos de formação continuada com incentivo institucional:

O incentivo institucional para participação em cursos de formação continuada é a progressão na carreira docente (pontuação) a partir da quantidade de horas de formação.

Também há registros de liberação dos docentes, por meio de portarias, para capacitação e/ou cursos de formação, conforme a tabela a seguir:

Tabela 127: Afastamento de docentes para formação/ capacitação (2011 a 2014)

Modalidades de afastamentos	2011	2012	2013	2014
Palestras	6	1	10	11
Capacitação / cursos	5	23	24	29
Intercâmbio	7	7	6	12

Fonte: Gabinete da Reitoria

No PDI consta a meta 129: *Implementar um Núcleo de Políticas de Formação (NUPOF)*, o que demonstra que a FURB tem se preocupado com o estabelecimento da cultura de formação continuada do corpo docente. Assim, foi atribuída a **nota 4** para o indicador.

4.3.5. Existência de critérios para participação docente em intercâmbios:

Os intercâmbios de docentes com outras instituições estão sobre a responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e Coordenador de Relações internacionais (CRI). Os critérios para participação docente nestes intercâmbios são estabelecidos por meio de Editais. Quando ocorre a possibilidade de intercâmbio, a CRI publica o Edital dando ciência da sua existência e estabelecendo critérios de seleção. Desta forma, para o indicador, atribuiu-se a **nota 4**.

4.3.6. Coerência da área de capacitação docente com os interesses institucionais:

A Resolução nº 11/2014, que revoga a Resolução nº 52/2008, fixa a Política de Capacitação Docente, em nível *stricto sensu*, e estabelece normas e prazos de afastamento dos docentes do quadro do magistério superior da FURB para programas de pós-graduação *stricto sensu* e estágio pós-doutoral. Segundo essa normativa, o pedido do docente para se capacitar tramita no departamento e no CEPE, onde a análise da coerência é deferida. A proposta é que o professor, quando retornar da capacitação, possa se integrar aos grupos e linhas de pesquisa existentes, por isso a coerência se faz tão importante para análise de liberação do professor. Cabe destacar que a coerência é estudada quando o docente tem apoio institucional para se capacitar. A CPA atribuiu a **nota 5** para o indicador.

4.3.7. Promoção de cursos e seminários voltados para a formação pedagógica:

No PDI 2010-2015 (p. 191) consta a meta 131: *Intensificar a formação em metodologias e tecnologias inovadoras de ensino-aprendizagem (PROEN)*. Isso demonstra a preocupação da Universidade em institucionalizar o processo de formação continuada, principalmente voltados para a formação pedagógica. Constatou-se, no período avaliado, que foram oferecidos cursos de formação pedagógica, entre os quais podem ser citados como exemplos:

- Oficina: O Uso Profissional da Voz em Sala de Aula;
- Minicurso O AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem ESSENCIAL: conceitos e funcionalidades;
- Oficina – aspectos Legais sobre o uso de textos, imagens, vídeos e áudios;
- Fórum – O uso as TECNOLOGIAS DIGITAIS EM SALA DE AULA: driblando inconvenientes e incentivando o aprendizado coletivo;
- Oficina Elaboração dos Planos de Ensino;
- Palestra: Trabalhando a Inclusão – as várias formas de trabalhar;
- Mesa Redonda Diversidade na Educação Superior: os temas transversais em foco;
- Minicurso Conversando sobre Inclusão – Deficiência Visual;
- Escola criativa – uma escola de desenvolvimento humano
- entre outros.

Assim, a CPA entende que as práticas estão em vias de serem institucionalizadas e para o indicador atribuiu a **nota 5**.

4.3.8. Auxílio institucional aos docentes no desempenho de suas atividades didático-pedagógicas:

Quanto ao *auxílio institucional aos docentes no desempenho de suas atividades didático-pedagógicas*, observa-se os seguintes:

- A biblioteca adquire a bibliografia utilizada pelos professores (caso não possua);
- O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) auxilia o docente em suas práticas;
- Assessoras pedagógicas disponíveis em cada unidades universitárias;
- Cursos de formação pedagógica tem procurado auxiliar docentes iniciantes do quadro e PSPS (temporários) no seu desempenho didático-pedagógico (uso do AVA, elaboração de planos de ensino, etc.).

A CPA entende que a instituição atende além do referencial mínimo de qualidade e considerou a **nota 5** para este indicador.

4.3.9. Assessoramento aos professores e coordenadores na elaboração e execução das atividades docentes:

Em consulta à PROEN, foi constatado que a FURB dispõe, em cada Unidade Universitária, de assessoria pedagógica para apoiar os coordenadores de cursos e professores em suas atividades de docência. Ainda, essa assessoria profissional encontra-se na Divisão de Políticas de Ensino (DPE) e outra na Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE). Diante dos fatos a CPA considera que o indicador é atendido, definindo-se a **nota 5** para o mesmo.

4.3.10. Relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de professores:

A Tabela 128 apresenta a relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de professores para o período avaliado:

Tabela 128: Docentes em tempo integral, parcial e horistas (2012-2014)

Descrição	2012		2013		2014	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Tempo Integral	282	31,2%	275	30,8%	283	32%
Tempo Parcial	5	0,6%	6	0,7%	4	0,5%
Tempo Parcial – Horista	618	68,3%	612	68,5%	634	71,8%
TOTAL	905	100%	893	100%	921	100%

Fonte: Divisão de Políticas Educacionais (DPE/ PROEN) a partir dos dados do censo do INEP.

Observando os dados, a Instituição não tem atingido os 33,33%, meta definida pela LDB (1/3 do corpo docente com TI). A CPA entende que a instituição precisa rever o enquadramento de seu corpo docente e aplicar a legislação do TI (Resolução nº 55/2013). Assim, foi dada a **nota 2** para o indicador.

4.3.11. Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo integral tenham, no mínimo, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de estudantes:

A Resolução nº 55/2013, de 25 de setembro de 2013, regulamenta o Regime de Trabalho de Tempo Integral (TI) no Magistério Superior da FURB. Segundo esta normativa,

“Art. 1º O Regime de Trabalho de Tempo Integral – TI é atribuído ao docente efetivo do Magistério Superior, o qual se obriga a prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho à FURB, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, execução de projetos especiais, desenvolvimento e execução de projetos relacionados à inovação, planejamento e avaliação, capacitação ou de administração universitária ou acadêmica.”

Desta forma a CPA entende que a FURB, institucionalizou sua política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo integral tenham, no mínimo, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de alunos, atribuindo **nota 5** ao indicador.

4.3.12. Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo parcial tenham, no mínimo, 25% de sua carga horária reservada para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes:

A Resolução nº 55/2013, de 25 de setembro de 2013, regulamenta apenas o Regime de Trabalho de Tempo Integral (TI) não prevendo nada a respeito de professores tempo parcial. No PDI a meta 125 (p. 190) traz a preocupação da Instituição em planejar as vagas para docentes com Regime de trabalho TI e Regime de Tempo Parcial (TP) até 2015. Isto decorre do fato de que uma parcela de professores tempo parcial serem classificados como 40 horas pelas atividades que exercem mas não serem contemplados pela resolução TI.

A CPA entendeu que a política de alocação de horas com este propósito está sendo trabalhada porém não existe nenhum documento atualmente que comprove a sua existência. Desta forma a CPA entende que o indicador não atende o referencial mínimo de qualidade e manteve a **nota 2** para o mesmo.

4.3.13. Envolvimento dos professores em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão:

A Tabela 129 apresenta as atividades institucionais nas quais estiveram envolvidos os docentes no período avaliado (2012-2014):

Tabela 129: Horas docentes dedicadas às diversas atividades institucionais (2012-2014)

Tipo	2012			2013			2014		
	Horas	%	Média/mês	Horas	%	Média/mês	Horas	%	Média/mês
Administração Setorial	22.004	10,2%	1.833,66	22.457	10,3%	1.871	21.814	9,6%	1.818
Administração Superior	14.109	6,6%	1.175,78	13.579	6,2%	1.132	13.167	5,8%	1.097
Horas Afastamento	6.835	3,2%	569,60	5.520	2,5%	460	8.943	3,9%	745
Horas de Ensino	128.158	59,7%	10.679,86	131.066	60,3%	10.922	135.276	59,3%	11.273
Horas de Extensão	10.074	4,7%	839,51	10.836	5,0%	903	12.679	5,6%	1.057
Horas de Pesquisa	26.909	12,5%	2.242,42	27.054	12,5%	2.255	31.336	13,7%	2.611
Horas não classificadas	6.660	3,1%	554,98	6.768	3,1%	564	5.089	2,2%	424
Total	214.750	100%	17.895,81	217.280	100%	18.107	228.304	100%	19.025

Fonte: BI/COPLAN

Tabela 130: Horas docentes dedicadas ao ensino de graduação e pós-graduação (2012-2014)

Tipo	2012	2013	2014
	Horas	Horas	Horas
Aula	118.364	121.235	125.167
Graduação	115.318	117.831	121.840
Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	3.046	3.404	3.327
Excedente de TI (TI32)	469	507	257
Orientação Estágio Supervisionado	3.986	3.548	3.732
Orientação TCC	5.340	5.776	6.120
Horas Total de Ensino	128.158	131.066	135.276

Fonte: BI/COPLAN

A partir dos dados da Tabela 129 e Tabela 130 pode-se inferir que há envolvimento dos docentes em diversas atividades institucionais. Sendo assim, a CPA considerou que a instituição atende o indicador, atribuindo a **nota 4**.

4.3.14. Satisfação dos professores em relação ao seu desenvolvimento profissional:

Questionário aplicado aos docentes evidenciam que os mesmos estão satisfeitos com seu desenvolvimento profissional ou em partes, como pode ser observado na Tabela 131:

Tabela 131: Satisfação dos docentes com seu desenvolvimento profissional

Você está satisfeito com seu desenvolvimento profissional?	Docente	
	Freq. (%)	
Sim	50,4	
Não	8,4	
Em Parte	40,9	
Não Sabe	0,3	
Total	100,0	

Fonte: Pesquisa da CPA

A CPA considerou que a **nota 4** é a mais apropriada para o indicador.

4.3.15. Satisfação dos professores em relação às condições de trabalho:

Questionário aplicado aos docentes evidenciam que os mesmos estão parcialmente satisfeitos com suas condições de trabalho, como pode ser observado na Tabela 132:

Tabela 132: Satisfação dos docentes com suas condições de trabalho

Você está satisfeito com suas condições de trabalho?	Docente	
	Freq. (%)	
Sim	40,0	
Não	12,2	
Em Parte	47,5	
Não Sabe	0,3	
Total	100,0	

Fonte: Pesquisa da CPA

A CPA considerou que a **nota 4** é a mais apropriada para o indicador.

4.3.16. Plano de carreira docente disponível (publicado) para a comunidade acadêmica:

Conforme descrito no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, o Plano de Carreira Docente está disponível no Portal do Servidor, por meio do Portal de Leis da Prefeitura Municipal de Blumenau (Lei Complementar 745) e, atualmente, também via Portal da Transparência, onde pode ser acessada por toda comunidade. Ainda há possibilidade de acesso aos usuários internos via *e-FURB*. Desta forma a CPA entende que o indicador plano de carreira docente disponível (publicado) para a comunidade acadêmica deva ser **nota 5**.

4.4. Neste grupo de indicadores a CPA apresenta a sua percepção sobre as Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo:

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
4.4. Condições institucionais para o corpo técnico-administrativo.						
4.4.1. Coerência do perfil (formação e experiência) dos técnico-administrativos com as políticas constantes nos documentos institucionais.					X	
4.4.2. Políticas de adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB.			X			
4.4.3. Compatibilidade entre a formação e experiência profissional acumuladas e as funções exercidas pelo corpo técnico-administrativo.			X			
4.4.4. Existência de políticas ou projetos de capacitação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.						X
4.4.5. Existência de critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar servidores técnico-administrativos para cursar graduação e pós-graduação.						X
4.4.6. Existência de critérios para participação dos servidores técnico-administrativos em cursos de formação continuada com incentivo institucional.					X	
4.4.7. Relação (%) entre servidores técnico-administrativos estatutários e técnico-administrativos não estatutários.					X	
4.4.8. Programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos.			X			
4.4.9. Nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos.					X	
4.4.10. Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação ao seu desenvolvimento profissional.					X	
4.4.11. Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação às condições de trabalho.					X	

4.4.1. Coerência do perfil (formação e experiência) dos técnico-administrativos com as políticas constantes nos documentos institucionais.

Conforme citado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, o plano de carreira dos servidores técnico-administrativos da FURB é instituído e regulamentado pela [Lei Complementar Municipal nº. 744/2010](#), de 19 de março de 2010 e a Lei Complementar Municipal nº 743 que define os quadros da carreira (estrutura administrativa). Como os

editais de concurso atendem as leis estabelecidas, entende-se que há coerência do perfil (formação e experiência) dos técnico-administrativos com as políticas constantes nos documentos institucionais. Desta forma a CPA entende que para o indicador deva ser mantido a **nota 4**.

4.4.2. Políticas de adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB:

Quanto às políticas de adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB, observa-se que o perfil do pessoal técnico-administrativo é definido nos editais dos concursos. Estes editais estão alinhados ao plano de carreira dos servidores técnico-administrativos da FURB ([Lei Complementar Municipal nº. 744/2010](#), de 19 de março de 2010) e a Lei Complementar Municipal nº 743 que define os quadros da carreira (estrutura administrativa).

No PDI está apresentada a meta *121: definir a Matriz de Alocação de Pessoal Técnico-Administrativo*. As estratégias de ação correspondentes são as de, *mapear as competências de cada unidade da estrutura acadêmico-administrativa da FURB; mapear as competências (conhecimentos, experiência profissional) dos servidores técnico-administrativos para alocação mais assertiva nas unidades da FURB (quadro de vagas); institucionalizar uma política de adequação do perfil técnico-administrativo às vagas (atividades) da FURB (formação e experiência); regularizar o quadro efetivo de pessoal técnico-administrativo e aplicar a Instrução Normativa (IN) 06/2011 para remoção dos servidores técnico-administrativos*. No Balanço Crítico (2014) a gestão da Universidade explicou que ainda está em estudo uma nova estrutura de gestão de pessoas, aprovada em 2013 no Conselho Universitário, para tratar destas questões.

Diante das evidências, a CPA considera que o indicador já atende o referencial mínimo de qualidade e considerou a **nota 3** a mais adequada.

4.4.3. Compatibilidade entre a formação e experiência profissional acumuladas e as funções exercidas pelo corpo técnico-administrativo:

Conforme citado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, em algumas funções há compatibilidade entre a formação e experiência profissionais acumuladas e as funções exercidas pelo corpo técnico-administrativo, pela especificidade do cargo (cargos de nível superior e outros como eletricitista, marceneiro, etc.). De fato, para os cargos de nível médio, Auxiliar e Assistente Administrativo, nem sempre há compatibilidade entre a

formação e a experiência profissional acumulada, pois apenas o Ensino Médio é exigido do candidato ao cargo. Porém, observa-se que não há uma política institucional de remanejamento de servidores tendo por referência o seu aperfeiçoamento. De modo geral, a alocação do servidor é tratada de forma informal.

Diante das evidências, a CPA considera que o indicador já atende o referencial mínimo de qualidade e considerou a **nota 3** a mais adequada.

4.4.4. Existência de políticas ou projetos de capacitação, com práticas consolidadas e institucionalizadas:

Conforme apresentado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, bem como citado no PDI (p. 185), a Universidade mantém políticas de capacitação com práticas consolidadas e institucionalizadas, dentre as quais podemos ressaltar:

- Resolução nº 17/2008: Abatimento para cursar *stricto sensu* na FURB;
- Resolução nº 26/2008: Aprova o Regulamento do Projeto de Capacitação Linguística para Servidores da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.
- Resolução nº 30/1997: Fixa novas condições de afastamento de Servidores Técnico-Administrativos para cursar pós-graduação (Mestrado e Doutorado), e dá outras providências.
- Resolução nº 11/2014: Fixa a Política de Capacitação Docente, em nível *stricto sensu*.
- Resolução nº 05/94: Concede abatimento sobre o pagamento de encargos educacionais a serem pagos por professores e funcionários, seus cônjuges e filhos, e monitores da FURB e dá outras providências.
- Resolução nº 13/97: Abatimento para 2º curso de graduação (limitada à área afim das atividades que o servidor exerce);

Além destas possibilidades de formação, a FURB oferece diversos cursos de formação institucional, voltados para aperfeiçoamento dos servidores. Assim sendo, a CPA atribuiu a **nota 5** para o indicador.

4.4.5. Existência de critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar servidores técnico-administrativos para cursar graduação e pós-graduação.

Conforme citado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, os critérios para concessão de incentivos que visam apoiar o servidor administrativos para cursar graduação e pós-graduação estão descritos nas seguintes resoluções: Resolução nº 05/1994 e nº 13/1997: que tratam dos abatimentos educacionais (1º e 2º curso) e as Resolução nº 30/1997 e nº 17/2008: que tratam do apoio para cursarem pós (*stricto sensu*).

A DGDP e a comissão permanente da carreira dos servidores técnico-administrativos fazem a fiscalização e a comprovação documental desses critérios e apreciam os eventuais recursos de servidores. A CPA entende que os critérios estão institucionalizados e considerou que o indicador deva ter **nota 5**.

4.4.6. Existência de critérios para participação dos servidores técnico-administrativos em cursos de formação continuada com incentivo institucional:

Para atender as demandas de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional dos servidores, a FURB estabelece a política de formação continuada de curta duração por meio da Resolução nº 060/2012, de 19 de dezembro de 2012. No Relatório Institucional de Atividades 2014, consta a participação dos servidores na formação institucional:

Tabela 133: Participação na Formação Institucional (2014/ I)

Categorias	Servidores	Participantes	Percentual
Técnico-Administrativo (Estatutário)	490	126	25,71%
Tempo Integral (Estatutário)	190	100	52,63%
Tempo Parcial Horista (Estatutário)	244	134	54,92%
Administrativo Temporário (CLT)	123	17	13,81%
Tempo Parcial Horista - CLT	440	162	36,82%
Tempo Parcial Horista - 20 HORAS (Estatutário)	7	6	85,71%
Cargo em Comissão	10	6	60%
Administrativo Temporário - LC 746 (Cont. Adm.)	1	1	100%
Tempo Parcial Horista - LC 746 (Cont. Admin.)	0	0	0
Total	1.505	552	36,68%

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. Período 01/01 à 30/06/2012.

Tabela 134: Participação na Formação Institucional (2014/II)

Categorias	Servidores	Participantes	Percentual
Técnico-Administrativo (Estatutário)	504	102	20,24%
Tempo Integral (Estatutário)	186	44	23,65%
Tempo Parcial Horista (Estatutário)	254	61	24,01%
Administrativo Temporário (CLT)	116	3	2,59%
Tempo Parcial Horista - CLT	436	23	5,27%

Tempo Parcial Horista - 20 HORAS (Estatutário)	7	1	14,28%
Cargo em Comissão	10	7	70%
Administrativo Temporário - LC 746 (Cont. Adm.)	0	0	0
Tempo Parcial Horista - LC 746 (Cont. Admin.)	0	0	0
Total	1.513	241	15,93%

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. Período 01/07 à 31/12/2012.

A CPA considera que, neste indicador, a instituição está além do referencial mínimo de qualidade, pois existe uma resolução específica e está sendo operacionalizada. Assim, manteve-se a **nota 4** para o indicador.

4.4.7. Relação (%) entre servidores técnico-administrativos estatutários e técnico-administrativos não estatutários:

De acordo com a Lei nº 7564/2010, considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público o atendimento de necessidades urgentes, emergenciais e específicas, nos casos de: I - assistência a situações de calamidade pública ou de debelação de situações declaradas emergenciais; III - substituição de pessoal nas unidades escolares e pré-escolares municipais, no Centro de Ensino Profissional e na Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), decorrente de licenças previstas na Lei Complementar nº [660](#), de 28/11/2007, inclusive o afastamento por auxílio-doença, ou de nomeação para exercício de cargo em comissão, de função de coordenação ou de direção escolar; (Redação dada pela Lei nº [7731](#)/2012).

A Tabela 135, com dados oriundos do www.furb.br/furbemnumeros, mostra a evolução da relação entre o número de servidores técnico-administrativos estatutários e os servidores temporários no período 2012-2014:

Tabela 135: Número de servidores técnico-administrativos por vínculo de trabalho

Técnicos Administrativos - Vínculo	2012	2013	2014
Cargos em Comissão	12	11	10
Celetista	79	258	116
Contrato Administrativo	134	8	-
Estatutário	350	330	504
Total	575	607	630

Fonte: Pesquisa da CPA

A relação (%) está demonstrada na Tabela 136:

Tabela 136: Relação de servidores técnico-administrativos por vínculo de trabalho

Técnicos Administrativos - Vínculo	2012	2013	2014
Temporários	39%	46%	20%
Efetivos	61%	54%	80%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa da CPA

No Fórum virtual, a comunidade manifestou que neste triênio houve a realização de concurso para o quadro e a gradual regularização destes números. Cabe considerar, ainda, que a FURB realiza contratações de servidores técnicos para atuarem em projetos de pesquisa e extensão, os quais tem prazo para execução e finalização, o que justifica a não realização de concursos para provimento de vagas tão específicas para o quadro permanente de servidores.

A CPA entende que houve uma melhora significativa nesse indicador, considerando para o indicador a **nota 4**.

4.4.8. Programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos:

O Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, mostrou que a avaliação do servidor TA era realizada apenas para aqueles que se encontravam na condição de estágio probatório no período em questão, para fins de efetivação na carreira pública. O PDI aponta para a implantação de uma nova proposta de resolução, que foi submetida ao CONSUNI. Porém, até 2013, a mesma não tinha sido aprovada.

Na sessão plenária de 27 de novembro de 2014, a gestão da Universidade instituiu e regulamentou a avaliação semestral de desempenho funcional para o servidor técnico-administrativo efetivo e estável, docentes com função de chefia administrativa superior e do cargo em comissão superior na FURB. Porém, tal resolução foi publicada apenas em 2015.

A CPA entende que, no indicador, a FURB atende apenas o referencial mínimo de qualidade e atribuiu a **nota 3**.

4.4.9. Nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos:

A Tabela 137 apresenta a titulação de servidores técnico-administrativo, por gênero.

Tabela 137: Titulação de servidores técnico-administrativos por gênero (2012-2014)

Grau de instrução		2012		2013		2014	
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Ensino Fundamental	Incompleto	9	10	12	10	9	8
	Completo	15	2	16	2	18	4
Ensino Médio	Incompleto	6	3	5	2	5	2
	Completo	65	64	66	70	90	55
Ensino Superior	Incompleto	39	22	51	38	59	29
	Completo	68	88	82	97	88	101
Especialização	Incompleto	2	5	3	6	3	4
	Completo	38	50	43	58	48	60
Mestrado	Incompleto	1	1	1	1	1	1
	Completo	15	17	19	23	18	24
Doutorado	Incompleto	0	0	0	0	0	0
	Completo	1	1	2	1	1	2
TOTAL (por gênero)		259	263	300	308	340	290
TOTAL		522		608		630	

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2014. DGDP/PROPEX.

A CPA considerou que o nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos da FURB é muito bom, mantendo a **nota 4**, para este indicador. A Universidade deve se empenhar para que seus servidores tenham no mínimo, ensino fundamental completo.

4.4.10. Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação ao seu desenvolvimento profissional:

Questionário aplicado aos docentes evidenciam que os mesmos estão parcialmente satisfeitos com seu desenvolvimento profissional, como pode ser observado na Tabela 138:

Tabela 138: Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação ao desenvolvimento profissional

Você está satisfeito com o seu desenvolvimento profissional?	Técnico-Administrativo
	Freq. (%)
Sim	42,2
Não	12,1
Em Parte	44,4
Não sabe	1,3
Total	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Na análise da Qualidade de Vida no trabalho, realizada pela FURB em Outubro/novembro de 2013, participaram 270 servidores, os quais responderam o

Questionário de Qualidade de Vida no trabalho do instrumento QWLQ-78 (Quality of Working Life Questionnaire – Questionário de Qualidade de Vida no trabalho). Este instrumento é composto por 78 questões divididas em 4 domínios: Físico/Saúde, Psicológico, Pessoal e Profissional. Em cada domínio foi obtido um índice apresentado em termos percentuais, conforme pode ser observado na Tabela 139:

Tabela 139 – Distribuição de frequência do grau de satisfação em cada domínio e em geral na Qualidade de Vida no Trabalho.

Domínios	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Neutro	Satisfeito	Muito Satisfeito
Físico/Saúde	-	7 (2,59%)	32 (11,85%)	180 (66,67%)	51 (18,89%)
Psicológico	-	10 (3,7%)	21 (7,78%)	191 (70,74%)	48 (17,78%)
Pessoal	-	-	-	101 (37,41%)	169 (62,59%)
Profissional	-	12 (4,44%)	41 (15,19%)	190 (70,37%)	27 (10%)
QVT(1)	-	2 (0,74%)	18 (6,67%)	197 (72,96%)	53 (19,63%)

1 – QVT: Índice de Qualidade de Vida no Trabalho

A CPA considerou que a **nota 4** é a mais apropriada para o indicador.

4.4.11. Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação às condições de trabalho:

Questionário aplicado aos técnico-administrativos evidenciam que os mesmos estão parcialmente satisfeitos com suas condições de trabalho, conforme a Tabela 140:

Tabela 140: Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação às condições de trabalho

Você está satisfeito com suas condições de trabalho?	Técnico-Administrativo
	Freq. (%)
Sim	39,0
Não	8,1
Em Parte	52,9
Não sabe	0,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

A CPA considerou que a **nota 4** é a mais apropriada para o indicador.

4.5. Formação do corpo de tutores presenciais e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade a distância – EaD).

No período de 20012-2014 a FURB ainda não estava credenciada para modalidade a distância (EaD) o que não permite averiguar a instituição quanto a este indicador. A CPA considerou que o indicador não se aplica.

4.6. Formação do corpo de tutores a distância e suas condições institucionais (indicador exclusivo para IES credenciada para modalidade à distância – EaD).

No período de 20012-2014 a FURB ainda não estava credenciada para modalidade a distância (EaD) o que não permite averiguar a instituição quanto a este indicador. A CPA considerou que o indicador não se aplica.

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FURB: FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS

A estrutura organizacional da FURB está apresentada em seu organograma, definido no seu Estatuto. É subsidiada também pelo Regimento Geral da Instituição, bem como pelas resoluções do Conselho Universitário e Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Observa-se que, nestes documentos, a gestão da universidade se dá em dois diferentes níveis: um superior, constituído pelo Conselho Universitário, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e Reitoria, e, outro, nível setorial, ou seja, as Unidades Universitárias, departamentos. Por ser uma instituição pública, a gestão universitária é baseada em colegiados, constituída por unidades e organizadas de acordo com as diferentes áreas do conhecimento e seguindo princípios democráticos de gestão. O organograma da FURB pode ser acessado por meio do endereço

http://www.furb.br/_upl/images/institucional/organograma_furb_completo_web.jpg.

4.7. Neste grupo de indicadores a CPA apresenta a sua percepção sobre a **Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmada em documentos oficiais.**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
4.7. Coerência da organização e da gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.						
4.7.1. Disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária.						X
4.7.2. Coerência da organização e da gestão institucional com as políticas constantes no PDI.						X
4.7.3. Adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da FURB.					X	
4.7.4. Organização da condução dos processos de tomada de decisões.					X	
4.7.5. Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões.				X		
4.7.6. Divulgação das decisões colegiadas para a comunidade universitária.						X
4.7.7. Presença de espaço para representação dos estudantes em órgãos da Universidade.						X

4.7.8. Adequação dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões.					X	
4.7.9. Coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais.					X	

4.7.1. Disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária:

Em relação ao indicador, disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária, constatou-se que a legislação universitária está disponível para consulta pública no Portal da Transparência. A Legislação Institucional passou a ser Lei Complementar do Município de Blumenau, em 2010. Ainda há possibilidade de acesso aos usuários internos via e-FURB bem como na Intranet. A partir do ano de 2012, também se tornou público o acesso aos usuários externos (estudantes e comunidade em geral) às resoluções e portarias da FURB. Assim, a CPA entende que houve evolução nesse indicador e a nota deva **ser 5**.

4.7.2. Coerência da organização e da gestão institucional com as políticas constantes no PDI:

Conforme descrito no Relatório anterior, a situação jurídica da FURB foi consolidada pelas Leis Complementares nº 743 a 746, de 19 de março de 2010. As políticas constantes no PDI da Universidade, revisado em 2014, mostram que sua estrutura é organizada em dois níveis de decisão, superior e setorial.

A Gestão Superior é constituída pelo Conselho Universitário - CONSUNI, órgão deliberativo, normativo e consultivo em assuntos de política administrativa e de planejamento universitário, funcionando também como última instância de recurso no âmbito da Universidade. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE é órgão deliberativo, normativo e consultivo da Universidade em matéria de ensino, pesquisa e extensão, ambos presididos pelo Reitor e Vice Reitor. Complementando essa estrutura se tem as Pró-Reitorias e órgãos de apoio. Na Tabela 141 e Tabela 142 constam os trabalhos desenvolvidos nos conselhos superiores:

Tabela 141: Atividades Realizadas pelos Conselhos em 2014

Atividades	CONSUNI	CEPE
Nº de processos autuados	33	213
Nº de pareceres emitidos	32	199
Nº de sessões realizadas	20	22
Nº de processos/2013 que não receberam parecer	04	25
Nº de processos de anos anteriores que receberam parecer em 2014	03	28

Fonte: Gabinete da Reitoria/ Secretaria de Expediente e Documentação

Tabela 142: Atos Normativos da Universidade (2010-2014)

Atos Normativos	2010	2011	2012	2013	2014
Editais para concurso para Concurso de Professor PSPS	64	65	114	251	297
Editais para concurso para Concurso de Professor do Quadro	0	24	28	29	74
Instruções Normativas	-	06	03	-	-
Editais de convocação dos conselhos superiores	58	66	78	77	38
Memorandos da Reitoria	48	118	104	146	107
Memorandos-circulares da Reitoria	-	-	08	09	08
Memorandos da Secretaria dos Conselhos	58	24	21	16	28
Ofícios	391	404	401	460	592
Ofícios-Circulares	25	05	02	02	01
Portarias	787	952	1.288	1.005	1513
Resoluções	84	73	65	103	84
Total	1.515	1.737	2.112	2.098	2.742

Fonte: Gabinete da Reitoria/ Secretaria de Expediente

Em nível setorial, se tem as Unidades Universitárias e os Departamentos. As decisões em todos os níveis são colegiadas, com representação dos diversos segmentos da comunidade universitária. Diante do exposto, a CPA atribuiu **nota 5** para o indicador.

4.7.3. Adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da FURB:

No PDI consta, ao final de cada capítulo, os objetivos, metas e ações estratégicas, bem como o responsável e prazos estabelecidos, para desenvolvimento institucional em cada uma das dimensões de atuação da FURB. Esse planejamento considera as resoluções institucionais

para sua execução. Nesse sentido, a estrutura organizacional prevista na Resolução nº 35/2010 é a base para análise deste indicador.

Com base nos dados da COPERA-PDI, observa-se que algumas metas estabelecidas neste documento tem sido trabalhadas e cumpridas conforme o cronograma estabelecido. Dentre elas pode-se citar: revisão do PDI de forma participativa; participação da comunidade universitária na elaboração das diretrizes de ocupação do espaço físico; institucionalização da Política dos Temas Transversais (PATT); expansão e consolidação de novos cursos de graduação e *stricto sensu*; ampliação da transparência institucional; implantação do RU na FURB; adequação da contabilidade da FURB às novas regras da contabilidade pública; criação do SESMT; entre outras. Estes resultados demonstram que a instituição tem procurado adequar a sua estrutura para o cumprimento dos planos, objetivos e metas estabelecidas em seu documento maior.

A CPA considerou a **nota 4** a mais adequada para o indicador, pois faz-se necessária uma revisão da estrutura organizacional para fins de desenvolvimento institucional.

4.7.4. Organização da condução dos processos de tomada de decisões:

Conforme observado nos últimos três processos de autoavaliação, a natureza pública da FURB obriga que haja certa organização na condução da tomada de decisão. Essa organização se dá por meio das políticas institucionais firmadas por meio das resoluções, portarias, regulamentos, e outros documentos que norteiam as atividades no âmbito da Universidade.

Alguns mecanismos têm contribuído para melhorar a tomada de decisões, no sentido de prover os gestores de informações para tal. Nesse sentido, podem ser citados *o BI (Business Intelligence), os sistemas desenvolvidos na plataforma Oracle; os relatórios decisórios gerados no ERP Thema; o próprio PDI*, com determinação de metas para cada gestor; entre outros.

No Balanço Crítico (2014) foi relatado que alguns processos estão sendo mapeados pelo Escritório de Gestão de Processos – EGP, subordinado à PROAD, com o intuito de identificar rupturas e redesenhá-los. A CPA considera que a Instituição tem se esforçado para melhorar nesse indicador, sendo aferida a **nota 4**.

4.7.5. Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões:

O resultado dos questionários aplicado à gestão superior e setorial apontam para uma adequação parcial do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões, como pode ser observado no Gráfico 21:

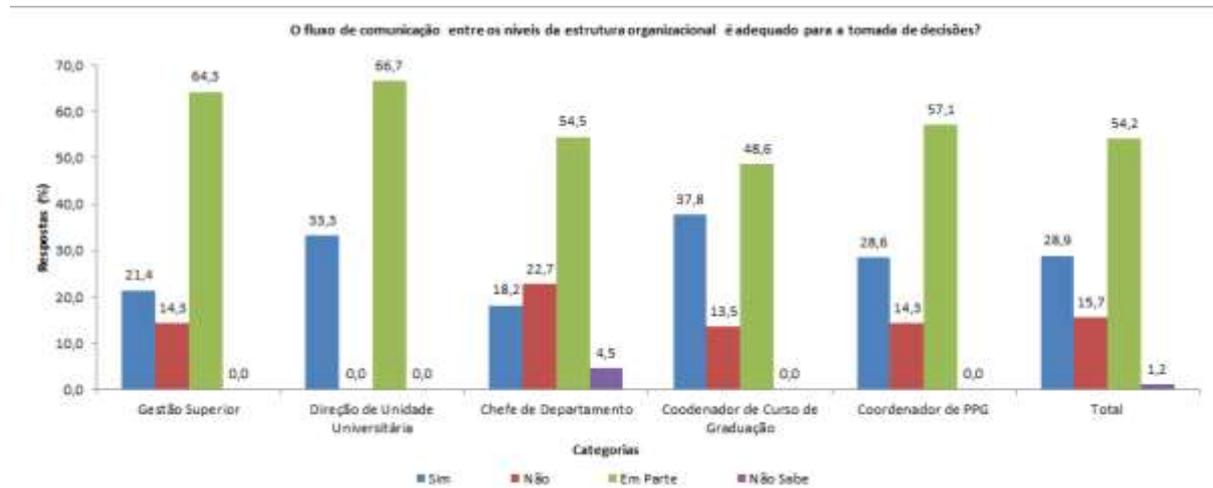


Gráfico 21: Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional
Fonte: Pesquisa da CPA

A CPA considera que a **nota 3** é a mais adequada ao indicador.

4.7.6. Divulgação das decisões colegiadas para a comunidade universitária:

Conforme relatado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, o Sistema ERP permite o acesso de servidores às atas e processos de todos os órgãos colegiados, desde que estes estejam inseridos nesse sistema. Também é possível acessar tais registros via web (via *e-FURB*). As atas do CONSUNI e do CEPE passaram a ser disponibilizadas a partir de 2011 (inclusive) no site da FURB, no link *Institucional, Gabinete da Reitoria*. As decisões com maior importância institucional são divulgadas por meio de ações jornalísticas. Os estudantes, que não tinham acesso às decisões colegiadas, a partir de 2012 passaram a ter acesso por meio do Portal da Transparência. A CPA se propõe a **nota 5** para o indicador.

4.7.7. Presença de espaço para representação dos estudantes em órgãos da Universidade:

Conforme descrito nos relatórios anteriores, a Resolução nº 35/2010 regulamenta a composição dos principais conselhos da Universidade, estando prevista a participação no CONSUNI de 04 representantes discentes indicados pelo DCE, bem como a participação de

01 representante discente por Unidade Universitária no CEPE. Algumas comissões também preveem a participação discente: CPA (desde 2005); GT FURB FEDERAL; Artigo 170 - Cadastro Socioeconômico; Conselhos de Usuários de Campus; Colegiado de Curso/departamento e conselho de Unidade Universitária, dentre outros.

Diante das evidências, a CPA entende que a **nota 5** é adequada para o indicador.

4.7.8. Adequação dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões:

A Universidade pauta sua estrutura organizacional em decisões colegiadas. Conforme citado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, a FURB tem como prática registrar as decisões tomadas (atas, resoluções, portarias, processos e pareceres) em um sistema eletrônico de documentos (sistema e-Docs (ERP)).

O resultado dos questionários, aplicado à gestão superior e setorial, apontam para a adequação parcial dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões, como pode ser observado no Gráfico 22:

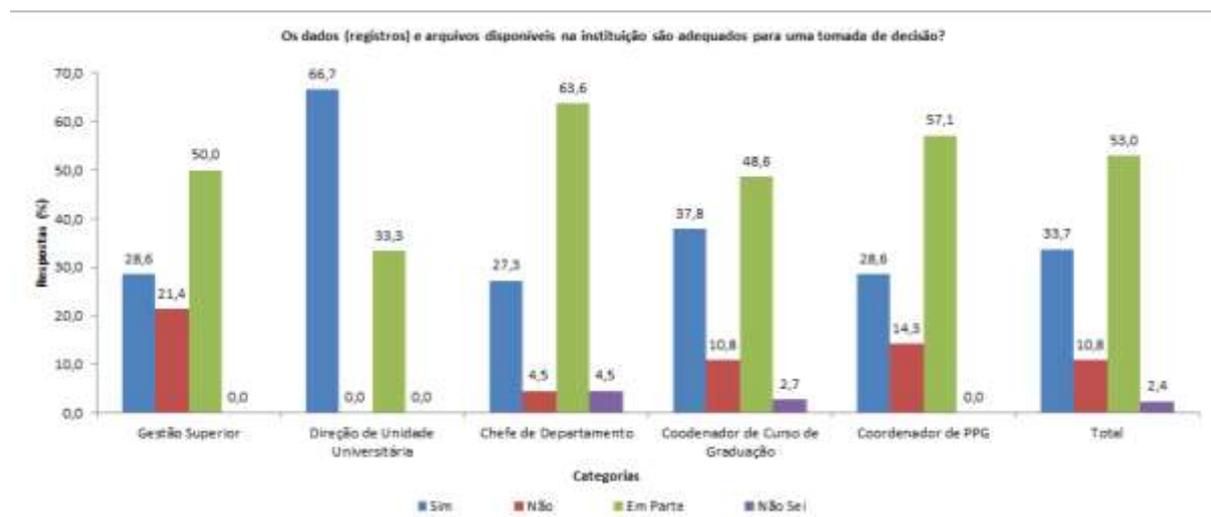


Gráfico 22: Disponibilidade de dados e arquivos para tomada de decisões

Fonte: Pesquisa da CPA

A CPA considera que a **nota 4** é a mais adequada ao indicador.

4.7.9. Coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais:

No Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, a coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais foi avaliada como além do referencial mínimo de qualidade. Percebe-se na Universidade a preocupação em, estrategicamente, agir de forma coerente e proativa em relação aos objetivos institucionais

traçados no PDI. Os indicadores do SINAES vêm sendo sistematicamente considerados como balizadores nos processos decisórios. Os relatórios da CPA e balanços críticos passaram a ser utilizados como elementos do planejamento institucional, o que vem contribuindo na coerência entre a pró-atividade da gestão e as finalidades e objetivos institucionais.

Entendendo que ainda há o que se possa desenvolver em termos de “pró-atividade”, a CPA definiu para o indicador a **nota 4**.

4.8. Neste grupo de indicadores a CPA apresenta a sua percepção sobre o Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores:

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
4.8. Funcionamento, representação e autonomia dos Conselhos Superiores.						
4.8.1. Existência de critérios para composição dos Conselhos Superiores.						X
4.8.2. Representatividade dos diversos segmentos nos Conselhos Superiores.						X
4.8.3. Funcionamento e autonomia dos Conselhos Superiores em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários.						X
4.8.4. Regularidade do funcionamento dos Conselhos Superiores.						X

4.8.1. Existência de critérios para composição dos Conselhos Superiores:

A Instituição está adequada em relação à existência de critérios para composição dos Conselhos Superiores. A composição do CONSUNI está definida no art. 12 da Resolução nº 35/2010 (alterada a redação pela Resolução nº 026, de 2012), e, a composição do CEPE, no art. 16, tendo critérios claros e institucionalizados. A CPA considerou que nesse indicador a instituição tem **nota 5**.

4.8.2. Representatividade dos diversos segmentos nos Conselhos Superiores:

No que concerne à representatividade dos diversos segmentos nos Conselhos Superiores, observa-se que a composição dos Conselhos Superiores está regulamentada pela Resolução nº 35/2010.

O CONSUNI (art. 12º) é composto pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores, Diretores das Unidades Universitárias e de Ensino Médio, ex-Reitores, docentes, técnico-

administrativos, servidores inativos, discentes, SINSEPES, Poder Executivo Municipal, ACIB, Fórum dos Trabalhadores de Blumenau, AMMVI. Já o CEPE (art. 16º) é composto pelo Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores das áreas de ensino, pesquisa e extensão, docentes das Unidades Universitárias e de Ensino Médio e, discentes. Por ser um Conselho voltado ao ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO, tratando principalmente de questões pedagógicas, não prevê a participação de servidores técnico-administrativos.

Sendo assim, a CPA entende que a nota do indicador deva **continuar 5**.

4.8.3. Funcionamento e autonomia dos Conselhos Superiores em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários:

No que tange ao funcionamento e autonomia dos Conselhos Superiores em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários, a CPA entende como adequados. Os mesmos funcionam e têm autonomia, conforme previsto nos dispositivos regimentais e estatutários.

O art. 11º da Resolução nº 35/2010 define: “O Conselho Universitário é o órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política acadêmica, administrativa e financeira da FURB”. O art. 13º trata das competências do CONSUNI. O art. 15º define: “O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE é o órgão deliberativo, normativo e consultivo da FURB em matéria de ensino, pesquisa e extensão”. E o art. 17º trata das competências do CEPE.

Sendo assim, a CPA entende que a **nota 5** é adequada para o indicador.

4.8.4. Regularidade do funcionamento dos Conselhos Superiores.

Com relação à **regularidade do funcionamento dos Conselhos Superiores** avaliou-se que, de acordo com os registros no ERP, o CONSUNI e o CEPE se reúnem com regularidade, eventualmente com convocações extraordinárias. A regularidade do funcionamento dos referidos conselhos pode ser verificada por meio de suas atas e processos protocolados em meio eletrônico. Pelos dados, a CPA define a **nota 5** para esse indicador.

4.9. Neste grupo de indicadores a CPA apresenta a sua percepção sobre o **Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
4.9. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados de curso.						
4.9.1. Existência de critérios para composição dos colegiados dos cursos.						X
4.9.2. Regularidade do funcionamento dos colegiados de curso.					X	
4.9.3. Representatividade discente nos colegiados de curso.						X
4.9.4. Representatividade dos docentes dos departamentos nos colegiados de curso.						X
4.9.5. Funcionamento e autonomia dos colegiados dos cursos em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários.						X
4.9.6. Comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas.					X	
4.9.7 Existência de um sistema de registro acadêmico que atenda às necessidades institucionais e dos discentes, considerando organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.					X	

4.9.1. Existência de critérios para composição dos colegiados dos cursos:

Para análise desse indicador, observa-se a Resolução nº 129/2001 (Regimento Geral da Universidade), que regulamenta a composição dos colegiados de cursos. No Art. 17, consta que: “o Colegiado de Curso será composto de acordo com os parâmetros mínimos e máximos de 7 (sete) e 15 (quinze) professores, respectivamente, na qualidade de representantes dos departamentos que ministram matérias do currículo pleno do curso pertinente, além da representação estudantil, na forma da legislação vigente.”

No Art. 18, observa-se que “o número de representantes por Departamento, nos Colegiados de Curso, será definido de acordo com a percentagem de participação do Departamento na respectiva carga horária total do curso, obedecidos os seguintes limites: I - até 5%, sem representante; II - de 5% até 10%, 1 representante; III - de 10% até 20%, 2 representantes; IV - de 20% até 40%, 3 representantes; V - mais de 40%, 6 representantes.”

No Art. 19, consta que “os representantes citados no artigo anterior serão eleitos pelos membros integrantes dos departamentos, de acordo com procedimentos eleitorais previamente estabelecidos em reunião departamental, registrados em ata. E no Art. 20, têm-

se que os *representantes dos departamentos junto aos Colegiados de Curso deverão ser professores do Quadro no efetivo exercício da docência em matérias e/ou disciplinas do respectivo curso.*”

Assim, a CPA entende que os critérios existem e a **nota deva ser 5**.

4.9.2. Regularidade do funcionamento dos colegiados de curso:

A Resolução nº 129/2001 (Regimento Geral da Universidade) não orienta a respeito da regularidade das reuniões dos colegiados de cursos. Na prática, cabe ao coordenador do colegiado convocar e presidir as reuniões conforme as demandas que aparecem. De acordo com relatos das secretarias de centro, ao final dos semestres os colegiados se reúnem com mais frequência, em virtude de questionamentos dos acadêmicos em razão de notas nas disciplinas e outras questões.

Consultando o sistema de documentos eletrônicos na FURB a partir do “tipo” de documento “Ata do Colegiado do Curso” foi possível encontrar 82 registros em 2014, em 2013 foram 66 registros e, em 2012, 61 registros. De um modo geral, ocorrem uma ou duas reuniões por semestre. Assim, a **nota 4** foi atribuída ao indicador.

4.9.3. Representatividade discente nos colegiados de curso:

Em relação à representatividade discente nos colegiados de curso, a Resolução nº 26/1995, prevê representação estudantil de até 1/5 em relação ao número de docentes. Destaca-se que há a formalização dos discentes que são representantes nesses conselhos, mas observa-se que a *participação efetiva* dos mesmos não se dá da mesma forma em todos os colegiados. Em muitos casos, os estudantes não podem participar, pelo fato dos horários das reuniões dos colegiados coincidirem com os seus horários de trabalho. Todavia, a CPA entende que há espaço para representatividade nos colegiados, definindo **nota 5** para o indicador.

4.9.4. Representatividade dos docentes dos departamentos nos colegiados de curso:

A Resolução nº 129/2001, no art. 18º regulamenta o número de representante dos departamentos, respeitando a carga horária dos mesmos no curso e a carga horária total do curso. Verifica-se que é uma prática a indicação de docentes dos diversos departamentos nos colegiados do curso nos períodos de eleições dos coordenadores de curso. Por outro lado, a efetiva participação é comprometida pelo fato de alguns docentes trabalharem ou exercerem

outra atividade que dificulta a participação nos horários das reuniões. Ainda assim, a CPA atribuiu a **nota 5** para o indicador.

4.9.5. Funcionamento e autonomia dos colegiados dos cursos em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários:

A Resolução nº 129/2001 (Regimento Geral da Universidade) regulamenta as questões relacionadas ao colegiado de curso. No que tange ao funcionamento e autonomia, a CPA entende que está de acordo com o regimento interno, mas destaca que o Estatuto da FURB, regulamentado pela Resolução nº 35/2010, não trata de assuntos relacionados aos colegiados de curso. Assim, com relação ao funcionamento e autonomia dos colegiados dos cursos em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários, a CPA atribuiu a **nota 5** para o indicador.

4.9.6. Comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas:

Questionário aplicado aos diretores de centro, chefes de departamento, coordenadores de cursos de graduação e de pós, bem como com os presidentes dos NDE, apontam para o compromisso dos docentes com as decisões colegiadas, conforme aponta o Gráfico 23:

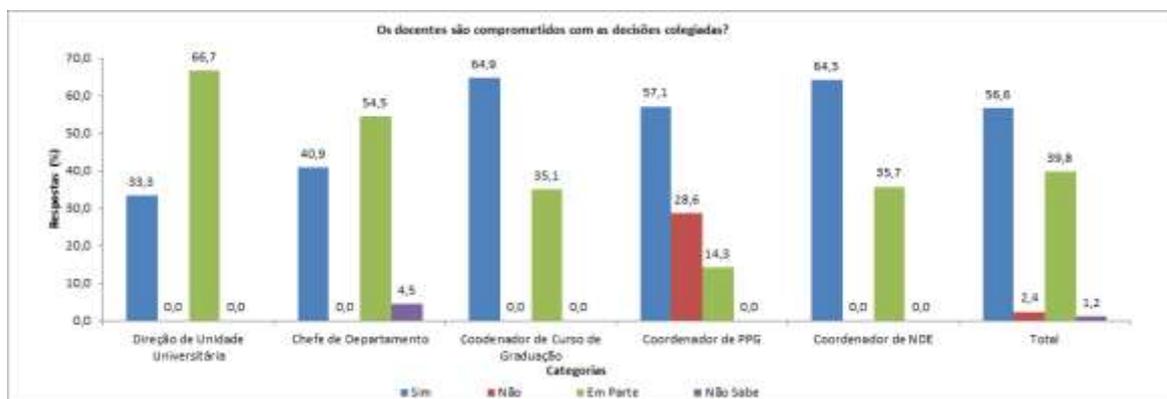


Gráfico 23: Comprometimento dos docentes com as decisões colegiadas

Fonte: Pesquisa da CPA

Da mesma forma, em relação aos estudantes, os diretores de centro, coordenadores de cursos de graduação e de pós-graduação apontam para um compromisso com as decisões ou parcial, como pode ser observado no Gráfico 24:

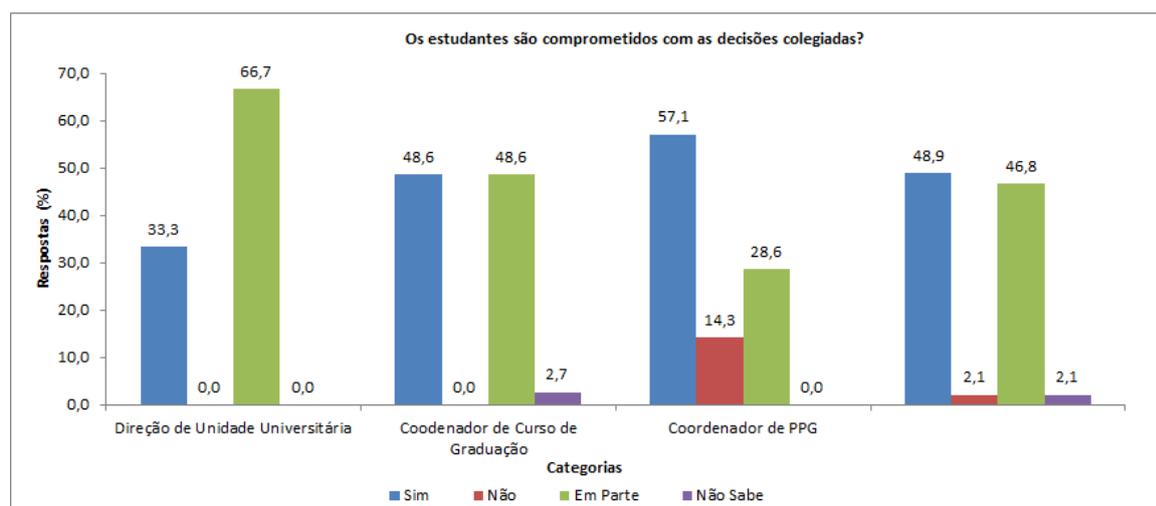


Gráfico 24: Comprometimento dos estudantes com as decisões colegiadas.

Fonte: Pesquisa da CPA

Diante do exposto, a CPA atribuiu a **nota 4** ao indicador.

4.9.7 Existência de um sistema de registro acadêmico que atenda às necessidades institucionais e dos discentes, considerando organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados:

Questionário aplicado aos estudantes apontam para um atendimento adequado ou parcial do sistema acadêmico, como pode ser observado na Tabela 143:

Tabela 143: Atendimento do Portal Acadêmico às necessidades institucionais

QUESTÕES	RESPOSTAS (em %)			
	SIM	NÃO	EM PARTE	NÃO SABE
O Portal acadêmico atende as suas necessidades em relação à organização?	61,8	3,8	28,3	6,1
O Portal acadêmico atende as suas necessidades em relação à informatização?	59,0	4,5	30,2	6,3
O Portal acadêmico atende as suas necessidades em relação à agilidade no atendimento?	49,2	7,0	36,3	7,5
O Portal acadêmico atende as suas necessidades em relação à diversificação de documentos disponibilizados?	48,8	4,5	35,3	11,4

Fonte: Pesquisa da CPA

Diante do exposto, a CPA atribuiu a **nota 4**.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Como instituição pública, o planejamento orçamentário da FURB se dá por meio da previsão das receitas e a fixação das despesas. O processo inicia-se com a institucionalização do Plano Plurianual (PPA), elaborado a para o período de quatro anos, com revisão a cada dois anos. Posteriormente, elabora-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a partir do PPA e com base em outras reflexões sobre a realidade. A LDO é definida comparando-se a situação histórica e atual, definindo-se os números do orçamento e os investimentos necessários para atingir os objetivos institucionais, o que no PPA não é clarificado. Do PPA e da LDO, constrói-se a LOA, cujo detalhamento se dá por unidade orçamentária, sendo a aprovação encaminhado ao CONSUNI. Por fim, é enviada para a Câmara Municipal de Vereadores para aprovação e inclusão no orçamento da Prefeitura, cujo prazo de encaminhamento cumpre-se em agosto de cada ano.

4.10. Neste grupo de indicadores a CPA apresenta a sua percepção sobre a **Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
4.10. Coerência da sustentabilidade financeira apresentada pela IES com o estabelecido em documentos oficiais.						
4.10.1. Coerência entre a proposta orçamentária (anual e plurianual) e as políticas constantes nos documentos oficiais.				X		
4.10.2. Coerência entre as diretrizes orçamentárias e a proposta de desenvolvimento da FURB constante no PDI.				X		
4.10.3. Coerência entre a execução orçamentária e orçamento.					X	
4.10.4. Investimento em espaço físico de acordo com as demandas projetadas no PDI.				X		
4.10.5. Coerência entre a alocação de recursos para manutenção das instalações físicas com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).				X		
4.10.6. Coerência entre a alocação de recursos para atualização de equipamentos e materiais com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).				X		
4.10.7. Coerência entre a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).					X	

4.10.8. Participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento.					X	
--	--	--	--	--	---	--

4.10.1. Coerência entre a proposta orçamentária (anual e plurianual) e as políticas constantes nos documentos oficiais:

Conforme descrito no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, o orçamento é projetado sempre a partir das informações da execução orçamentária dos anos anteriores, ou seja, a partir de um histórico. Para as receitas, alguns elementos são considerados, como: tendência de variação no número de alunos, número de créditos financeiros faturados, inflação, previsão de repasses governamentais, previsão de captação de recursos, previsão de abertura de novas turmas e/ou cursos, contratação de serviços da FURB pela sociedade, recuperação de dívida ativa, entre outras. Para as despesas, considera-se: a variação da folha de pagamento, alíquotas do ISSBLU, reajustes de contratação de serviços (água, luz, telefone, limpeza, vigilância, aluguéis, planos de saúde), contratação de bolsistas e estagiários, planejamento de obras, sentenças judiciais e outras despesas que são observadas no momento de elaboração do orçamento.

Conforme entrevista realizada com o setor responsável pela elaboração do PPA e da LOA, a COPLAN, foi citada a Lei 4320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. No entanto, na FURB, não há políticas institucionais estabelecidas para orientar a elaboração do orçamento institucional. Assim, a CPA entende que há coerência, mas ainda com muito a ser realizado, mantendo a **nota 3** para o indicador.

4.10.2. Coerência entre as diretrizes orçamentárias e a proposta de desenvolvimento da FURB constante no PDI:

Como consta no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, a CPA entende que a FURB busca manter o equilíbrio financeiro orçamentário e desenvolver ações de desenvolvimento institucional coerentes com as diretrizes orçamentárias. Porém, destaca-se que o PDI vigente não foi orientador das diretrizes orçamentárias do período avaliado, ou seja: as ações propostas no PDI não direcionam a elaboração orçamentária, a qual ainda é realizada com base nas execuções dos anos anteriores. A CPA considerou que a instituição continua atendendo o mínimo, atribuindo **nota 3** ao indicador.

4.10.3. Coerência entre a execução orçamentária e orçamento:

A Tabela 144 traz uma análise da evolução das despesas orçadas e realizadas em comparação com a receita executada.

Tabela 144: Evolução das despesas orçada e realizada e da receita realizada

Ano	DESPESAS		Evolução Exec/Orç	RECEITAS
	Orçamento	Executado		Executado
2012	129.126.300,00	142.415.065	10,29%	143.553.072
2013	133.425.000,00	148.744.774	11,48%	148.829.766
2014	159.000.000,00	165.409.981	4,03%	157.167.479

Fonte: COPLAN

Cabe ressaltar que, em 2013, não foram orçadas receita/despesa referente ao repasse do Art. 170, por se entender na época que seriam extraorçamentárias. No entanto, para a execução a orientação de consultores foi que fossem lançadas orçamentariamente, pois o repasse do Estado para a FURB é orçamentária. Assim, se justifica a execução 11,48% superior ocorrida naquele exercício.

Diante às evidências, a CPA atribuiu **nota 4** ao indicador.

4.10.4. Investimento em espaço físico de acordo com as demandas projetadas no PDI:

De acordo com os relatórios do Sistema ERP, a rubrica *obras e instalações*, no período avaliado, foram investidos R\$ 964.718,47 (em 2012), R\$ 2.458.732,58 (em 2013) e R\$ 2.381.640,29 (em 2014). Nestes investimentos estão considerados Material de Consumo de todos os PCC's de Obras – PROAD (178-0, 178-2, 178-6, 178-7, 178-9, 284-1, 284-2, 292-0, 359-0, 449-0, 462-0, 493-0, 581-0, 582-0, 614-0); Material de Consumo da DAC (Materiais de Manutenção de Bens Imóveis e Materiais Elétricos e Eletrônicos); Pessoa Jurídica da DAC (Manutenção e Conservação de Bens Imóveis – contratação de mão de obra).

Para a adequada apuração dos investimentos realizados em despesas de capital é necessário que a Universidade qualifique os registros referentes a materiais de obras. Atualmente, todos os materiais são cadastrados no sistema ERP como Material de Consumo. Porém, quando utilizados em Obras, deveriam ser cadastrados nesta rubrica. Os serviços, idem.

Diante dos fatos, a CPA entende que a **nota deva ser 3**.

4.10.5. Coerência entre a alocação de recursos para manutenção das instalações físicas com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI):

No PDI 2010-2015, revisado em 2014, constam as seguintes metas, propostas para a Infraestrutura Física:

Quadro 19: Metas propostas para o desenvolvimento da Infraestrutura Física

Meta	Descrição
147	Institucionalizar plano de manutenção preventiva e conservação das instalações físicas;
149	Implementar medidas de melhoria da rede elétrica;
151	Implementar melhorias na infraestrutura institucional para comemoração dos 50 anos da FURB;
152	Concluir obras no Complexo Esportivo e entorno (ginásios, piscinas e rua Iguape);
158	Qualificar espaços acadêmico-administrativos nos diversos campi;
159	Transferir os setores do Bloco M para blocos do Campus 1;
167	Adquirir equipamentos de apoio às atividades de manutenção, conservação e serviços auxiliares

Fonte: PDI, organizado pela CPA

A CPA observa que a Universidade tem buscado constante qualificação, especialmente no que diz respeito à manutenção e preservação de suas edificações. De acordo com os relatórios do Sistema ERP, a rubrica *obras e instalações*, no período avaliado, foram investidos R\$ 964.718,47 (em 2012), R\$ 2.458.732,58 (em 2013) e R\$ 2.381.640,29 (em 2014), o que permitiu atender parcialmente as metas estabelecidas no PDI. Assim, a CPA entende que a FURB atende o referencial mínimo de qualidade nesse indicador, atribuindo a **nota 3**.

4.10.6. Coerência entre a alocação de recursos para atualização de equipamentos e materiais com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI):

As metas relacionadas no PDI relativas a alocação de recursos para atualização de equipamentos e materiais são listadas abaixo:

Quadro 20: Metas propostas para a atualização de equipamentos e materiais

Meta	Descrição
148	Definir um processo sistemático de manutenção dos ambientes de aprendizagem (espaço físico)
154	Executar reformas e obras diversas nos diversos campi e novos espaços;
157	Finalizar o Biotério Central no Campus 5;
164	Adequar o espaço físico para atendimento dos discentes deficientes.

Fonte: PDI, organizado pela CPA

Tabela 145: Investimento em infraestrutura (R\$) (2008-2014)

Investimento	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Equipamentos e Material Permanente	2.094.236,78	2.942.941,98	1.005.151,09	2.158.379,24	3.118.391,92	2.485.634,74	3.051.012,56
Material Bibliográfico	469.091,27	461.541,42	322.030,96	268.253,97	313.088,68	307.971,35	172.083,17
Obras e Instalações	2.854.287,92	1.658.487,89	246.746,34	1.294.013,67	964.718,47	2.458.732,58	2.381.640,29
Aquisição de Imóveis							
TOTAL	5.417.615,97	5.062.971,29	1.573.928,39	3.720.646,88	4.396.199,07	5.252.338,67	5.604.736,02

Fonte: Balancetes contábeis - ERP Thema

Observação: com a mudança do Sistema para o ERP Thema em 2010, as informações sobre Obras e Instalações foram incorporadas por outras contas orçamentárias. Para fazer o levantamento destes investimentos foram adotados os seguintes critérios:

- Material de Consumo de todos os PCC's de Obras - PROAD (178-0, 178-2, 178-6, 178-7, 178-9, 284-1, 284-2, 292-0, 359-0, 449-0, 462-0, 493-0, 581-0, 582-0, 614-0);
- Material de Consumo da DAC (Materiais de Manutenção de Bens Imóveis e Materiais Elétricos e Eletrônicos);
- Pessoa Jurídica da DAC (Manutenção e Conservação de Bens Imóveis - contratação de mão de obra).

A CPA observa que a Universidade tem buscado constante qualificação dos equipamentos e materiais, especialmente no que tange à adequação dos espaços e mobiliários de ensino-aprendizagem para estudantes com deficiência. Os recursos alocados no período estão apresentados na Tabela 145, atendendo parcialmente as metas estabelecidas no PDI.

Desta forma, a CPA entende que a FURB atende o referencial mínimo de qualidade nesse indicador, atribuindo a **nota 3**.

4.10.7. Coerência entre a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI):

No PDI (p.178) estão descritas as políticas de gestão e desenvolvimento de servidores docentes e técnico-administrativos. Também foram estabelecidas algumas metas para tal, conforme o Quadro 21:

Quadro 21: Metas relacionadas ao desenvolvimento dos servidores da FURB

Meta	Descrição
129	Implementar o Núcleo de Políticas de Formação (NUPOF);
130	Ampliar a participação dos servidores e as temáticas da formação institucional.
131	Intensificar a formação em metodologias e tecnologias inovadoras de ensino-aprendizagem (PROEN)
132	Qualificação docente.

Fonte: Organizado pela CPA a partir do PDI 2010-2015.

Os recursos alocados para capacitação dos servidores docentes e técnico-administrativos diz respeito aos abatimentos para formação dos TA e docentes, inclusive Idiomas, bem como liberação de horas para docentes, sem prejuízo de remuneração, para cursos *stricto sensu* (Mestrado e/ou Doutorado) e estágio pós-doutorado.

A Tabela 146 e Tabela 147 apresentam a evolução de docentes (afastados ou não) obtendo titulação acadêmica. A Tabela 148 apresenta informações referentes à formação institucional, cujas atividades são ofertadas para docentes e técnico-administrativos.

Tabela 146: Servidores docentes por tipo de afastamento (2014)

Tipo de Afastamento	2013			2014		
	Téc.-Adm.	Docente	Total	Téc.-Adm.	Docente	Total
Doutorado Integral	0	6	6	0	7	7
Doutorado Parcial	0	0	0	0	4	4
Pós-Doutorado Integral	0	6	6	0	2	2
Mestrado Parcial	0	0	0	3	1	4

Fonte: Adaptada pela CPA a partir do Relatório Institucional de Atividades. DGDP/PROAD

Tabela 147: Afastamento de docentes para qualificação (2012-2014)

Tipo de Afastamento		2012			2013			2014		
		M	D	Pós-D	M	D	Pós-D	M	D	Pós-D
Afastamento Total	Com A. F.	-	8	1	-	6	6	-	12	5
	Sem A. F.	-	-	-	-	-	-	-	4	-
Afastamento Parcial	Com A. F.	-	1	-	-	-	-	1	5	-
	Sem A. F.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem Afastamento	Com A. F.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Sem A. F.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total parcial		-	9	1	-	6	6	1	21	5
TOTAL ANO			10			12			27	

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – DGDP/ PROAD.

Observação: A. F. = Auxílio Financeiro

Tabela 148: Formação Institucional em números (2012-2014)

Descrição	2012 I	2012 II	2013 I	2013 II	2014 I	2014 II
Atividades	58	61	75	54	114	34
Vagas ofertadas	2.937	2.608	2.912	2.800	4.725	1.690
Inscritos	1.521	1.276	1.566	1.184	2.303	1.049
Concluintes (100% participação)	1.200	1.025	1.086	900	1.826	943
Carga horária	258h30min	295h	376h30min	260h	447h30min	174h31min

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.

Obs.: Obs.: Importante considerar que o número de inscritos e concluintes se refere a soma de participação de um mesmo servidor em mais de uma atividade.

Tabela 149: Servidores atendidos pelo benefício da Instrução (2012-2014)

Tipo de benefício	2012	2012	2013	2013	2014	2014
	I	II	I	II	I	II
Instrução do servidor	101	108	108	155	125	141

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.

A CPA entendeu que existe coerência entre os recursos alocados e as políticas constantes no PDI, considerando a **nota 4** para o indicador.

4.10.8. Participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento:

Questionário aplicado a gestão superior e setorial sobre a participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento, aponta para uma participação parcial, como pode ser observado no Gráfico 25:

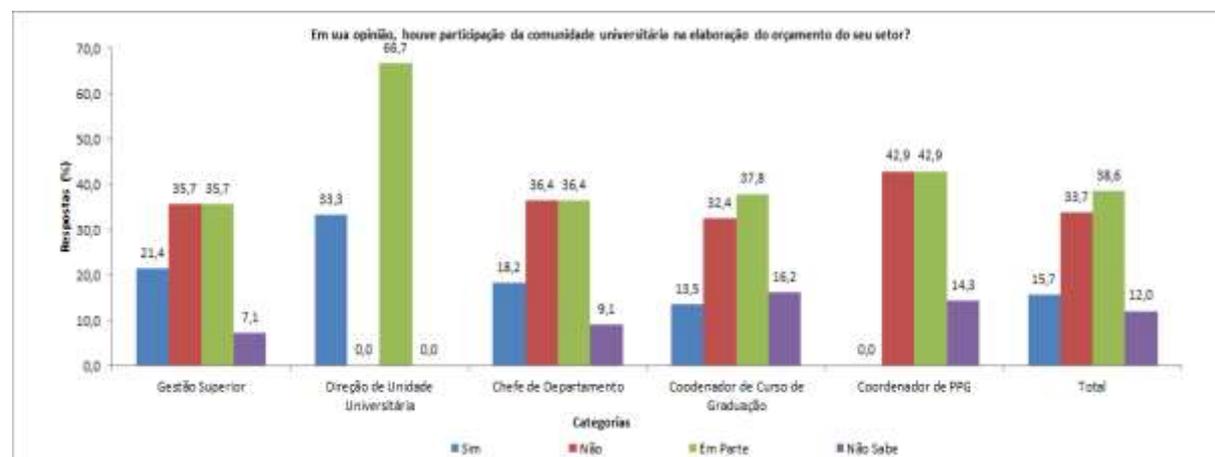


Gráfico 25: Participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento do setor

Fonte: Pesquisa da CPA

O PDI 2010-2015 cita a meta 116: *Institucionalizar a elaboração participativa do orçamento*. Na prática, a COPLAN organiza as informações no sistema de orçamento, já fixando o valor que corresponde às despesas com pessoal, bem como informando às

Unidades Orçamentárias o montante total para as demais despesas, montante que será distribuído nas diversas rubricas da Unidade pelo gestor.

Cabe ressaltar que as decisões tomadas nos conselhos superiores (CONSUNI e CEPE) impactam o orçamento de forma significativa, sendo que o parecer de impacto orçamentário e financeiro é solicitado com bastante frequência na análise dos processos. Assim, considera-se que há participação na elaboração do orçamento, pois trata-se de órgãos de representação e de participação da comunidade universitária. A CPA entendeu que deve **ser atribuída a nota 4**.

4.11. Neste grupo de indicadores a CPA apresenta a sua percepção sobre a Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
4.11. Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos.						
4.11.1. Distribuição de recursos entre as diversas rubricas orçamentárias.						X
4.11.2. Diversificação das fontes de captação de recursos.			X			
4.11.3. Cumprimento das obrigações trabalhistas.						X
4.11.4. Pontualidade no pagamento de salários nos últimos seis meses.						X
4.11.5. Comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a 65%) com a receita corrente.			X			

4.11.1. Distribuição de recursos entre as diversas rubricas orçamentárias:

Para análise do indicador, apurou-se que nos orçamentos de 2012 a 2014 as principais rubricas possuem previsão orçamentária definida. O sistema de contabilidade da FURB opera nos termos das regras de controle definidas para as entidades públicas, registrando os eventos e transações em contas contábeis específicas, qualificando os gastos segundo suas naturezas – de acordo com o plano contábil de contas. Diante dos fatos, a CPA manteve a **nota 5**.

4.11.2. Diversificação das fontes de captação de recursos:

A receita da instituição, no último triênio, é apresentada na tabela que segue:

Tabela 150: Receitas da Universidade (2012-2014)

	2012		2013		2014	
Receita Graduação e Especialização	94.082.735,46	65,54%	104.145.476,16	69,98%	108.467.595,90	69,01%
Receita Mestrado e Doutorado	2.411.459,53	1,68%	2.613.708,69	1,76%	2.676.179,48	1,70%
Receita ETEVI	2.330.860,53	1,62%	2.541.812,05	1,71%	2.794.606,70	1,78%
Laboratório de Línguas	555.915,59	0,39%	566.187,58	0,38%	550.573,05	0,35%
Receita de expediente	1.039.328,79	0,72%	1.179.708,79	0,79%	1.247.172,71	0,79%
Prestação de serviços	8.960.385,19	6,24%	8.654.968,88	5,82%	7.981.574,22	5,08%
Receita de dívida ativa	7.033.105,18	4,90%	5.367.490,50	3,61%	6.817.672,07	4,34%
IRRF	7.572.851,34	5,28%	7.681.047,19	5,16%	8.611.884,96	5,48%
Transferências correntes	13.839.455,39	9,64%	10.320.219,37	6,93%	11.174.576,07	7,11%
Outras Rec. Correntes/vinculadas	4.242.780,15	2,96%	4.314.610,30	2,90%	4.743.440,15	3,02%
Receitas patrimoniais	1.484.173,50	1,03%	1.444.535,99	0,97%	2.102.204,78	1,34%
	143.553.050,65	100,00%	148.829.765,50	100,00%	157.167.480,09	100,00%

Fonte: COPLAN

A partir destes dados, observa-se que, no período em questão não houve diversificação das receitas, pois há dependência institucional da participação das receitas de graduação e especialização e reduziu-se a participação das receitas de prestação de serviços. Cabe ressaltar que, no PDI, está definida a meta 97: *Diversificar as fontes de recursos*.

A CPA entende que não houve evolução nesse indicador, e mantém a **nota 2**.

4.11.3. Cumprimento das obrigações trabalhistas e 4.11.4. Pontualidade no pagamento de salários nos últimos seis meses:

A FURB tem como prática remunerar seus servidores e prestadores de serviço com pontualidade (salários, encargos e benefícios) e, em alguns casos, antecipadamente, a exemplo de parte do 13º salário em Agosto.

Quadro 22: Pagamento de salários dos servidores FURB

2012		2013		2014	
Cálculo Mensal	Data Realizada	Cálculo Mensal	Data Realizada	Cálculo Mensal	Data Realizada
12/2011	07/01/2012	12/2012	07/01/2013	12/2013	07/01/2014
01/2012	06/02/2012	01/2013	06/02/2013	01/2014	06/02/2014
02/2012	06/03/2012	02/2013	06/03/2013	02/2014	07/03/2014
03/2012	05/04/2012	03/2013	05/04/2013	03/2014	04/04/2014
04/2012	07/05/2012	04/2013	07/05/2013	04/2014	07/05/2014
05/2012	06/06/2012	05/2013	06/06/2013	05/2014	06/06/2014

2012		2013		2014	
Cálculo Mensal	Data Realizada	Cálculo Mensal	Data Realizada	Cálculo Mensal	Data Realizada
06/2012	06/07/2012	06/2013	05/07/2013	06/2014	04/07/2014
07/2012	06/08/2012	07/2013	06/08/2013	07/2014	06/08/2014
08/2012	06/09/2012	08/2013 – 13° Salário	20/08/2013	08/2014	05/09/2014
09/2012	05/10/2012	08/2013	06/09/2013	09/2014	06/10/2014
10/2012	07/11/2012	09/2013	04/10/2013	10/2014	06/11/2014
10/2012 – 13° Salário	19/10/2012	10/2013	07/11/2013	11/2014	05/12/2014
11/2012	06/12/2012	11/2013	06/12/2013	11/2014 – 13° Salário	28/11/2014
12/2012 – 13° Salário	19/12/2012	12/2013 – 13° Salário	17/12/2013	12/2014 – 13° Salário	16/12/2013
12/2012	07/01/2013	12/2013	07/01/2014	12/2014	06/01/2015

Fonte: FURB – Portal do Servidor

Diante dos fatos, a CPA entende que a **nota 5** deve ser mantida para os dois indicadores.

4.11.5. Comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a 65%) com a receita corrente:

De acordo com o Relatório da Controladoria Geral da FURB (disponível em http://www.furb.br/web/upl/arquivos/201504240926440.analise_execucao_orcamentaria_2014.pdf?20151021172059) “As despesas de pessoal e encargos sociais cujos gastos no ano de 2014 foram de R\$ 112.547.516,07 equivalem a **71,61%** das receitas correntes efetivamente arrecadadas. Em comparação com o ano anterior, houve aumento de 12,45%.”. Em 2013, a Controladoria emitiu o seguinte parecer: “As despesas de pessoal e encargos sociais cujos gastos no ano de 2013 foram de R\$ 100.083.108,99 equivalem a **67,25%** das receitas correntes efetivamente arrecadadas. Em comparação com o ano anterior, houve aumento de 5,57%.”

Considerando as evidências, a CPA entende que a instituição não atende ao mínimo necessário, permanecendo o indicador com **nota 2**.

4.12. Neste grupo de indicadores a CPA apresenta a sua percepção sobre as **Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão:**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
4.12. Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.						
4.12.1. Previsão orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão.						X
4.12.2. Previsão orçamentária para as áreas institucionais: cultura.						X
4.12.3. Previsão orçamentária para as áreas institucionais: gestão.						X
4.12.4. Execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão.						X
4.12.5. Execução orçamentária para as áreas institucionais: cultura.						X
4.12.6. Execução orçamentária para as áreas institucionais: gestão.						X

4.12.1. à 4.12.3. Previsão orçamentária para as áreas institucionais:

- ensino, pesquisa, extensão (4.12.1.);
- cultura (4.12.2.);
- gestão (4.12.3.):

Conforme descrito no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, há previsão orçamentária para as áreas institucionais ensino, pesquisa, extensão, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 151: Receitas: Realizadas e Orçada (R\$): 2011-2015

RECEITAS	Realizado 2011	%	Realizado 2012	%	Realizado 2013	%	Realizado 2014	%	Orçado 2015	%
1. Receitas de Ensino	96.472.247	73,87%	105.654.836	73,60%	113.947.770	76,56%	119.794.249	76,22%	132.031.000	77,21%
a. Graduação.....	83.962.259	64,29%	92.047.221	64,12%	101.376.718	68,12%	108.087.081	66,86%	117.181.000	68,53%
b. Scricito sensu.....	2.747.925	2,10%	2.411.460	1,68%	2.666.383	1,79%	3.042.872	1,94%	2.700.000	1,58%
c. Ensino médio.....	2.279.823	1,75%	2.330.861	1,62%	2.531.812	1,70%	2.784.607	1,77%	3.000.000	1,73%
d. FURB Idiomas.....	581.435	0,45%	555.916	0,39%	556.188	0,37%	540.573	0,34%	500.000	0,29%
e. Alunos especiais.....	246.921	0,19%	228.034	0,16%	244.651	0,16%	281.319	0,18%	300.000	0,18%
f. Dívida ativa.....	5.733.537	4,41%	7.035.664	4,90%	5.347.491	3,59%	6.817.757	4,34%	7.000.000	4,09%
g. PICT + Projeto Acredito.....	900.347	0,69%	1.045.680	0,73%	1.224.547	0,82%	1.240.240	0,79%	1.350.000	0,79%
2. Outras Receitas Operacionais	26.907.091	20,60%	28.487.774	19,84%	27.050.025	18,18%	28.789.091	18,32%	29.469.000	17,23%
a. Receitas de serviços.....	3.901.376	2,99%	1.929.325	1,34%	1.423.989	0,96%	1.546.951	0,98%	3.319.000	1,94%
b. Repasse servidores afastados.....	945.101	0,72%	1.020.000	0,71%	2.208.809	1,48%	2.058.888	1,31%	2.200.000	1,29%
c. Rec. Análises.....	3.045.528	2,33%	2.988.983	2,08%	2.684.143	1,80%	2.409.280	1,53%	3.500.000	2,05%
d. Rec. Projetos Especiais.....	2.261.253	1,73%	2.490.250	1,73%	3.060.323	2,06%	2.666.045	1,70%	2.500.000	1,46%
e. Lato sensu.....	1.592.673	1,22%	759.241	0,53%	1.364.686	0,92%	1.793.782	1,14%	1.800.000	1,05%
f. Taxas de expediente.....	930.829	0,71%	1.039.329	0,72%	1.179.709	0,79%	1.247.173	0,79%	1.650.000	0,96%
g. Rec. diversas.....	2.542.466	1,95%	2.603.449	1,81%	2.466.550	1,66%	1.786.444	1,14%	0	0,00%
h. Multas e Juros.....	2.072.239	1,59%	2.152.419	1,50%	2.105.801	1,41%	2.683.112	1,71%	2.500.000	1,46%
i. Imposto de venda.....	6.972.414	5,34%	7.573.350	5,28%	7.681.047	5,16%	8.611.885	5,48%	8.000.000	4,68%
j. Transf. para projetos.....	2.643.212	2,02%	5.931.428	4,13%	2.874.967	1,93%	3.985.532	2,54%	4.000.000	2,34%
3. RECEITA OPERACIONAL BRUTA (=1+2)	123.379.338	94,48%	134.142.610	93,44%	140.997.795	94,74%	148.583.340	94,54%	161.500.000	94,44%
4. Receita de capital e financeim	7.213.026	5,52%	9.410.441	6,56%	7.831.926	5,26%	8.584.140	5,46%	9.500.000	5,56%
a. Receitas financeiras.....	1.235.203	0,95%	1.484.174	1,03%	1.444.556	0,97%	2.102.205	1,34%	1.500.000	0,88%
b. CREDOC (FME).....	0	0,00%	1.019.734	0,71%	42.138	0,03%	38.803	0,02%	0	0,00%
c. Transf. Capital.....	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2.000.000	1,17%
d. Operações de crédito.....	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
e. AFE - Art. 170 e outros.....	5.977.823	4,58%	6.906.534	4,81%	6.345.252	4,26%	6.446.132	4,10%	6.000.000	3,51%
	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
5. RECEITA TOTAL (=3+4)	130.592.363	100%	143.553.051	100%	148.829.721	100%	157.167.480	100%	171.000.000	100%

Fonte: Balançetes contábeis – ERP Thema.

Por se tratar de uma prática institucionalizada, manteve-se a **nota 5** para o indicador.

4.12.4 à 4.12.6. Execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão (4.12.4.); Cultura (4.12.5.); Gestão (4.12.6.):

De acordo com o Balanço Crítico (2014) a Universidade utiliza os planos de centro de custos (denominados na FURB de PCC ou, no sistema ERP, de Local), evidenciando a execução orçamentária (Receitas e Despesas) nas áreas institucionais ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão. Desta forma, a CPA atribuiu a **nota 5** aos indicadores.

Quadro 23: Pontos positivos e fragilidades do Eixo 4 e recomendações da CPA**Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre Eixo 4**

Plano de carreira dos docentes implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas.

Plano de carreira dos servidores técnico-administrativo implementado, com práticas consolidadas e institucionalizadas;

Coerência entre o plano de carreira e a gestão de pessoas (servidores docentes).

Coerência entre o plano de carreira e a gestão de pessoas (servidores técnico-administrativos).

Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores docentes na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados;

Critérios claramente definidos de progressão na carreira do magistério superior (docente), regulamentados e efetivamente aplicados.

Programas de assistência e melhoria à qualidade de vida com práticas consolidadas e institucionalizadas.

Condições de trabalho docente de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.

Desenvolvimento profissional docente coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.

Condições de trabalho do corpo técnico-administrativo de acordo com o estabelecido nos documentos institucionais.

Nível de qualificação dos docentes.

Relação (%) entre os docentes com formação em nível de Especialização e o total dos docentes.

Relação (%) entre os docentes com Mestrado e o total dos docentes.

Relação (%) entre os docentes com Doutorado e o total de docentes.

Existência de políticas de capacitação para os docentes com práticas consolidadas e institucionalizadas.

Existência de critérios para a participação de docentes em pós-graduação *stricto sensu* com incentivo institucional.

Existência de critérios para participação docente em cursos de formação continuada com incentivo institucional.

Existência de critérios para participação docente em intercâmbios.

Coerência da área de capacitação docente com os interesses institucionais.

Promoção de cursos e seminários voltados para a formação pedagógica.

Auxílio institucional aos docentes no desempenho de suas atividades didático-pedagógicas

Assessoramento aos professores e coordenadores na elaboração e execução das atividades docentes.

Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo integral tenham, no mínimo, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

Envolvimento dos professores em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão.

Satisfação dos professores em relação ao seu desenvolvimento profissional.

Satisfação dos professores em relação às condições de trabalho.

Plano de carreira docente disponível (publicado) para a comunidade acadêmica.

Coerência do perfil (formação e experiência) dos técnico-administrativos com as políticas constantes nos documentos institucionais.

Existência de políticas ou projetos de capacitação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.

Existência de critérios para a concessão de incentivos destinados a apoiar servidores técnico-administrativos para cursar graduação e pós-graduação.

Existência de critérios para participação dos servidores técnico-administrativos em cursos de formação continuada com incentivo institucional.

Relação (%) entre servidores técnico-administrativos estatutários e técnico-administrativos não estatutários.

Nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos.

Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação ao seu desenvolvimento profissional.

Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação às condições de trabalho.

Disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária.

Coerência da organização e da gestão institucional com as políticas constantes no PDI.

Adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da FURB.

Organização da condução dos processos de tomada de decisões.

Divulgação das decisões colegiadas para a comunidade universitária.

Presença de espaço para representação dos estudantes em órgãos da Universidade.

Adequação dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões.

Coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais.

Existência de critérios para composição dos Conselhos Superiores.

Representatividade dos diversos segmentos nos Conselhos Superiores.

Funcionamento e autonomia dos Conselhos Superiores em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários

Regularidade do funcionamento dos Conselhos Superiores.

Existência de critérios para composição dos colegiados dos cursos.

Regularidade do funcionamento dos colegiados de curso.

Representatividade discente nos colegiados de curso.

Funcionamento e autonomia dos colegiados dos cursos em consonância com os dispositivos regimentais e estatutários.

Comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas.

Existência de um **sistema de registro acadêmico** que atenda às necessidades institucionais e dos discentes, considerando organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.

Coerência entre a execução orçamentária e orçamento

Coerência entre a alocação de recursos para a capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).

Participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento.

Distribuição de recursos entre as diversas rubricas orçamentárias

Cumprimento das obrigações trabalhistas

Pontualidade no pagamento de salários nos últimos seis meses.

Previsão orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão.

Previsão orçamentária para as áreas institucionais: cultura.

Previsão orçamentária para as áreas institucionais: gestão.

Execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão.

Execução orçamentária para as áreas institucionais: cultura.

Execução orçamentária para as áreas institucionais: gestão.

Pontos frágeis que requerem melhoria no Eixo 4 e Recomendações da CPA:

FRAGILIDADE(S)	RECOMENDAÇÕES
Critérios claramente definidos de seleção e admissão de servidores técnico-administrativos na instituição, regulamentados e efetivamente aplicados.	Desenvolver e aplicar processo seletivo para técnico-administrativos temporários aos moldes do que ocorre com o corpo docente (PSPS);
Critérios claramente definidos de progressão na carreira funcional (técnico-administrativa), regulamentados e efetivamente aplicados.	Definir os critérios de progressão na carreira funcional, especialmente no que tange aos cursos de formação.

Desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo coerente com o estabelecido nos documentos institucionais.	Promover a formação do corpo técnico-administrativo sob a perspectiva educacional (SINAES/ IES públicas);
Políticas de adequação do perfil (formação e experiência) técnico-administrativo às atividades da FURB.	Promover formação específica ao corpo técnico-administrativo para adequar às atividades que o mesmo desenvolve na FURB, levando-se em consideração a natureza dos cargos para os quais houve concurso;
Compatibilidade entre a formação e experiência profissional acumuladas e as funções exercidas pelo corpo técnico-administrativo.	Identificar e registrar a experiência profissional acumulada pelos servidores técnico-administrativos;
Existência de programas e ações voltados para o acompanhamento e avaliação das atividades docente.	Qualificar a avaliação do ensino (realizada pelo estudante), de modo a tornar a amostra representativa; Responsabilizar o coordenador de curso pelo preenchimento da avaliação do ensino pelos estudantes; Promover avaliação dos docentes em cargo de gestão, de pesquisador, de extensionista e/ou prestador de serviço;
Relação entre a quantidade de professores em regime de tempo integral e o total de professores	Melhorar o índice de docentes enquadrados no regime de trabalho Tempo Integral na FURB; Diminuir o número de docentes com contrato temporários e emergenciais;
Existência de política de alocação de horas (regime de trabalho) no qual esteja previsto que docentes de tempo parcial tenham, no mínimo, 25% de sua carga horária reservada para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes	Consolidar a política de regime de tempo parcial (TPH) na FURB; Rever a Resolução nº 70 (distribuição das horas docentes);
Programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos.	Aperfeiçoar programas e ações voltadas ao acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos; Executar a avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos;
Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões.	Promover a comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões;
Coerência entre a proposta orçamentária (anual e plurianual) e as políticas constantes nos documentos oficiais.	Alinhar a proposta orçamentária (LOA e PPA) com os investimentos necessários e previstos no PDI;
Coerência entre as diretrizes orçamentárias e a proposta de desenvolvimento da FURB constante no PDI.	
Investimento em espaço físico de acordo com as demandas projetadas no PDI.	Qualificar os registros referentes a materiais de obras. Atualmente, todos os materiais são cadastrados no sistema ERP como Material de Consumo. Porém, quando utilizados em Obras, deveriam ser cadastrados nesta rubrica. Os serviços, idem.
Coerência entre a alocação de recursos para manutenção das instalações físicas com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).	Definir no PDI o projeto de modernização dos espaços físicos da Universidade, bem como rever, anualmente, os equipamentos e materiais, devido aos avanços tecnológicos;
Coerência entre a alocação de recursos para atualização de equipamentos e materiais com as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).	
Diversificação das fontes de captação de recursos	Ampliar a captação de recursos para execução dos projetos de pesquisa e extensão; Captar recursos de órgãos de fomento, fundos de multas, entre outras possibilidades; Captar recursos para execução de atividades de

	<p>cultura (FITUB, Camerata, entre outros); Ampliar a prestação de serviços; Ampliar o número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> (especialização);</p>
<p>Comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a 65%) com a receita corrente.</p>	<p>Estabelecer um % ideal de comprometimento da folha de pagamento (salário + encargos) em relação à receita corrente. Planejar os custos com recursos humanos e manter-se, no máximo, em 65% das receitas correntes;</p>

EIXO 5: INFRAESTRUTURA

A dimensão Infraestrutura agrupa a parte espacial da Universidade (Espaço Físico), a parte tecnológica (tecnologia da informação e comunicação) e a Biblioteca. Na FURB, a infraestrutura física e de TIC é administrada a partir de órgãos (divisões) ligados a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), com funções bem específicas, a saber:

1. Divisão de Administração do Campus (DAC) que compete planejar, controlar, organizar e coordenar as atividades de construção civil, manutenção e conservação do patrimônio, exceto de equipamentos/ instalações de informática, bem como supervisionar e manter os serviços de segurança patrimonial.
2. Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), responsável pela administração dos recursos de informática necessários às atividades de ensino. Pesquisa, extensão e administração da Universidade com competência para elaborar políticas e diretrizes de informática, administrar os recursos de informática, prover suporte e treinamento de informática para os usuários da universidade e desenvolver e manter sistemas de informações.
3. Divisão de Administração de Materiais (DAM), responsável pela contratação (por licitação ou compra direta) de bens de serviços, bem como por sua distribuição e controle.
4. Divisão de Administração Contábil e Patrimonial (DACP) responsável por todo o patrimônio da FURB e por toda a parte contábil.
5. Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP), que fundamentalmente planeja controla e gerencia as atividades de RH da FURB, promovendo concursos públicos para o provimento de vagas, gerenciando o sistema de folha de pagamento e prestando assistência social aos servidores.
6. Divisão de Administração Financeira (DAF) - responsável pelas contas a pagar e receber, pelos cálculos de crédito financeiro e pela análise de viabilidade dos cursos.

Ainda, a infraestrutura de biblioteca é de responsabilidade da Biblioteca Universitária.

INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

5.1. Neste grupo de indicadores a CPA apresenta a sua percepção sobre a **Infraestrutura Física da FURB.**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
5.1. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação com o estabelecido em documentos oficiais.						
5.1.1. Participação da comunidade nas políticas de espaço físico.						X
5.1.2. Existência de um Plano Diretor (espaço físico) nos documentos oficiais (PDI).					X	
5.1.3. Coerência entre a execução do Plano Diretor (espaço físico) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).					X	
5.1.4. Existência de Plano de manutenção e conservação das instalações físicas nos documentos oficiais.				X		
5.1.5. Coerência entre a manutenção e a conservação das instalações físicas e as políticas constantes nos documentos oficiais				X		
5.1.6. Existência de diretrizes de adequação do espaço físico para atendimento às pessoas com deficiência nos documentos oficiais.					X	
5.1.7. Coerência entre a adequação do espaço físico para atendimento às pessoas com deficiência e as políticas constantes nos documentos oficiais.				X		
5.1.8. Existência de diretrizes ao acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet nos documentos oficiais.						X
5.1.9. Coerência entre a utilização de equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet e as políticas constantes nos documentos oficiais.					X	
5.1.10. Existência de Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> nos documentos oficiais.				X		
5.1.11. Coerência entre a expansão e atualização dos <i>softwares</i> e as políticas constantes nos documentos oficiais			X			
5.1.12. Existência de Plano de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores nos documentos oficiais.			X			
5.1.13. Coerência entre a expansão e/ou atualização dos			X			

equipamentos dos laboratórios e demais setores e as políticas constantes nos documentos oficiais.						
5.1.14. Existência de um Plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos nos documentos oficiais.				X		
5.1.15. Coerência entre as práticas de manutenção realizadas nos equipamentos e as políticas constantes nos documentos oficiais			X			
5.1.16. Existência de normas de segurança para os laboratórios e instalações especiais.				X		
5.1.17. Existência de Plano de aquisição, expansão e/ou atualização do acervo da Biblioteca, considerando as proposta pedagógica dos cursos e as prioridades para as bibliografias básicas e complementares.						X
5.1.18. Coerência entre as práticas de aquisição, expansão e atualização do acervo coerentes com as Políticas constantes na instituição.						X

5.1.1. Participação da comunidade nas políticas de espaço físico:

No PDI 2010-2015 (p. 206) constam as diretrizes gerais da política de espaço físico da Universidade, inseridas na revisão realizada em 2014. Conforme relatado pela gestão no Balanço Crítico (2014), o Plano Diretor de Espaço Físico da FURB (PDEFI), foi construído a partir de consultas realizadas à comunidade universitária por meio de questionários, os quais evidenciaram as demandas de intervenção em cada um dos campi. Além disso, foram realizadas inúmeras apresentações (fóruns presenciais, virtuais, reuniões de colegiados, Pró-Reitorias, entre outros), nas quais as considerações foram consideradas no macrozoneamento dos campi.

Desta forma, a CPA entende que os textos propostos para o PDI foram construídos a partir das contribuições da comunidade, por meio dos fóruns, das reuniões e apresentações realizadas com a comunidade universitária e atribuiu para este indicador **nota 5**.

5.1.2. Existência de um Plano Diretor (espaço físico) nos documentos oficiais (PDI):

O PDI 2010-2015 (p. 209), apresenta o Plano Diretor de Espaço Físico Institucional (PDEFI), aprovado no CONSUNI em 2014. No PDI estão contemplados o macrozoneamento (diretrizes gerais e princípios); as diretrizes gerais de integração das políticas de espaço físico da Universidade com as políticas urbanas municipais: Distrito Universitário e Mobilidade; as diretrizes gerais para a política de espaço físico da Universidade; as diretrizes gerais para a

gestão da política de espaço físico da Universidade: elaboração, implantação e gestão do PDEFI.

A CPA entende que, embora avanços significativos tenham ocorrido no que concerne à existência de um Plano Diretor de Espaço Físico, o mesmo encontra-se em discussão e desenvolvimento, carecendo de maior detalhamento. Assim, a CPA entende que a **nota 4** é ideal para o indicador.

5.1.3. Coerência entre a execução do Plano Diretor (espaço físico) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI):

Conforme citado anteriormente, o PDI 2010-2015 menciona diretrizes para elaboração do PDEFI (p.209). Algumas estratégias de ações foram tomadas em 2014, tais como:

- 1) Diagnosticar as demandas da comunidade universitária de espaço físico (questionário, fóruns presencial e virtual do PDI);
- 2) aprovar proposta do PDEFI no CONSUNI;
- 3) Atender as demandas de espaço físico existentes que chegam via protocolo eletrônico.

A CPA entende que existe coerência entre a execução do Plano Diretor (espaço físico) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI). Porém o PDEFI não está plenamente institucionalizado, sendo a **nota 4** a mais adequada para esse indicador.

5.1.4. Existência de Plano de manutenção e conservação das instalações físicas nos documentos oficiais:

No PDI 2010-2015 (p. 221) constam os objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à infraestrutura física da FURB. Para o objetivo XLI *Consolidar ações de manutenção preventiva e de conservação das instalações* (p. 222), foram traçadas estratégias de ação, e estabelecidos os setores responsáveis e prazos para o período de 2014-2015. Embora a CPA observe um avanço em relação a autoavaliação do período 2009-2011, com proposição de metas e ações estratégicas para que o plano seja institucionalizado, as informações contidas no PDI não caracterizam um Plano de manutenção e conservação das instalações físicas.

Desta forma, a comissão entende que a FURB continua atendendo o referencial mínimo de qualidade mantendo a **nota 3** para o indicador.

5.1.5. Coerência entre a manutenção e a conservação das instalações físicas e as políticas constantes nos documentos oficiais:

Conforme descrito anteriormente, no PDI da FURB constam os objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura física da Instituição (p. 221 e 222, quadro 43), com o objetivo XLI: *Consolidar ações de manutenção preventiva e de conservação das instalações* (p. 222).

Os protocolos de intervenções no espaço físico é apresentado na Tabela 152. Os recursos aplicados na ampliação, modernização e recuperação das salas de aula e laboratórios neste ano podem ser observados na Tabela 153. Porém, conforme observado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, o processo de manutenção e conservação continua ocorrendo, quase sempre, a partir das demandas que surgem dos diversos setores administrativos à DAC, não acontecendo de forma planejada (preventiva).

Tabela 152: Protocolos de Espaço Físico

Ano	Abertura de protocolos	Encerrados no Ano ¹	Pendentes Acumulados
2012 ²	179	107	72
2013	93	34	131
2014	49	41	137

Fonte: ERP – Sistema de Protocolo – posição em 31/12/2013.

Observações: ¹ Encerrados entre 01/01 e 31/12 de cada ano

² Acumulados protocolos anteriores, em meio físico.

Tabela 153: Investimento em infraestrutura (R\$) (2008-2014)

Investimento	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Equipamentos e Material Permanente	2.094.236,78	2.942.941,98	1.005.151,09	2.158.379,24	3.118.391,92	2.485.634,74	3.051.012,56
Material Bibliográfico	469.091,27	461.541,42	322.030,96	268.253,97	313.088,68	307.971,35	172.083,17
Obras e Instalações	2.854.287,92	1.658.487,89	246.746,34	1.294.013,67	964.718,47	2.458.732,58	2.381.640,29
Aquisição de Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.417.615,97	5.062.971,29	1.573.928,39	3.720.646,88	4.396.199,07	5.252.338,67	5.604.736,02

Fonte: Balançetes contábeis – ERP Thema

Observação: com a mudança do Sistema para o ERP Thema em 2010, as informações sobre Obras e Instalações foram incorporadas por outras contas orçamentárias. Para fazer o levantamento destes investimentos foram adotados os seguintes critérios:

- Material de Consumo de todos os PCC's de Obras – PROAD (178-0, 178-2, 178-6, 178-7, 178-9, 284-1, 284-2, 292-0, 359-0, 449-0, 462-0, 493-0, 581-0, 582-0, 614-0);

- Material de Consumo da DAC (Materiais de Manutenção de Bens Imóveis e Materiais Elétricos e Eletrônicos);

- Pessoa Jurídica da DAC (Manutenção e Conservação de Bens Imóveis – contratação de mão de obra).

Em entrevista, aplicada a chefia da DAC relatou-se que há inúmeras demandas não atendidas, tanto em ambientes de sala de aula quanto em ambientes administrativos, devidas a

escassez de mão de obra. Sendo assim, a CPA considera que a instituição continua apenas a atender ao referencial mínimo de qualidade e mantém a **nota 3**, para o indicador.

5.1.6. Existência de diretrizes de adequação do espaço físico para atendimento às pessoas com deficiência nos documentos oficiais:

O PDI 2010-2015 (p. 225), apresenta a meta nº 164: *Adequar o espaço físico para atendimento dos discentes deficientes*. Para alcançar a meta, foram propostas algumas estratégias de ação, que visam atender às legislações federais, estaduais e municipais, com prazos e responsáveis estabelecidos. Em função da existência das metas e estratégias de ações estabelecidas no PDI, bem como pelo fato da instituição seguir as determinações estabelecidas pela NBR 9050, a CPA sugere que a **nota 4** seja atribuída ao indicador.

5.1.7. Coerência entre a adequação do espaço físico para atendimento às pessoas com deficiência e as políticas constantes nos documentos oficiais:

Para fins de análise do indicador, são consideradas *pessoas com deficiência* aquelas que autodeclararam tal condição em sua matrícula (estudante) ou em sua contratação (servidores).

Informações oriundas do Relatório Institucional de Atividades 2013 (p. 127 até 131), apontam para um acompanhamento dos alunos com algum tipo de deficiência física. No ano de 2013 foram atendidos 69 discentes. A responsabilidade é da Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE).

O PDI 2010-2015 (p. 225), apresenta a meta nº 164: *Adequar o espaço físico para atendimento dos discentes deficientes*. Para alcançar a meta, foram propostas algumas estratégias de ação, cujo intuito é garantir a implantação das políticas de acessibilidade. Visitas *in loco* deixam a entender que a FURB procura atender as determinações da NBR 9050, realizando melhorias em sua estrutura física (estacionamentos, prédios e calçadas). Entretanto, há muito a ser realizado no sentido de promover a acessibilidade universal.

Na Tabela 154 estão apresentados os quantitativos dos servidores da FURB com deficiência, nos tipos classificados:

Tabela 154: Servidores da FURB com deficiência (2013-2014)

Tipo Deficiência	2013			2014		
	Téc.-Adm.	Docente	Total	Téc.-Adm.	Docente	Total
Deficiência Visual	0	1	1	0	0	0
Deficiência Física	1	7	8	4	0	4
Surdez	0	1	1	0	3	3
Total	1	9	10	4	3	7

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – DGDP/ PROAD.

A CPA considera que a instituição atende o referencial mínimo de qualidade neste indicador, limitando-se a atender a legislação vigente, mantendo a **nota 3**.

5.1.8. Existência de diretrizes ao acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet nos documentos oficiais:

A Resolução nº 22/2007 normatiza a utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação da FURB. Na Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) existe a Divisão de Modalidades de Ensino (DME), responsável pela disponibilidade dos recursos audiovisuais e multimídia nos espaços de ensino. Na revisão do PDI, em 2014, foram estabelecidas as metas 174: *Institucionalizar o Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação (PDTIC)* e 175: *Definir as políticas institucionais de TIC na Instituição*. Para alcançar tais metas, foram propostas algumas estratégias de ação, prazos e responsáveis.

A comissão observou avanços nesse indicador, em relação a autoavaliação 2009-2011. Entretanto, ressalta-se que é preciso institucionalizar o PDTIC. Desta forma, atribuiu **nota 5** para o indicador.

5.1.9. Coerência entre a utilização de equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet e as políticas constantes nos documentos oficiais:

Na revisão do PDI, realizada em 2014, foi estabelecida como meta a *Institucionalização do Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação (PDTIC)*. A Resolução nº 22/2007 normatiza a utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação da FURB. Na Tabela 155 é apresentada a infraestrutura de equipamentos e recursos de informática disponível para as atividades na instituição no período de 2012 a 2014.

Tabela 155: Infraestrutura de informática (2012-2014)

Atividade	Descrição	Quantidades		
		2012	2013	2014
Atividade Fim: Ensino	Computadores para ensino	1.503	1.371	1.425
	Notebooks/ Equipamentos particulares conectados via Wireless[1]	3.935	5.493	9.327
	% computadores em rede	99,9	99,9	99,9
Atividade Fim: Pesquisa/ Extensão/ Preparação Ensino	Computadores em laboratórios de pesquisa	204	186	219
	Computadores para outras atividades fim	225	187	182
	% computadores em rede	99,8	99,8	99,9
Atividade Meio: Administrativo	Computadores	1.340	1.396	1.467
	% computadores em rede	100	99,9	99,9
TOTAL	Computadores	3.276	3.140	3.153
	Notebooks/Equipamentos particulares conectados via Wireless[2]	3.935	5.493	9.327
	Computadores em rede	7.211	8.633	12.480
	% computadores em rede	99,9	99,9	99,9

Fonte: DTI E DGDP (PROAD)/ COPLAN –BI

[1] Notebooks particulares conectados simultaneamente em pico de acesso.

[2] Notebooks particulares conectados simultaneamente em pico de acesso.

Por meio de visitas *in loco* foi possível identificar que a maioria dos ambientes de ensino possuem recursos audiovisuais e de multimídia. A FURB disponibiliza à comunidade acadêmica 218 salas de aula estruturadas com condicionadores de ar, projetor multimídia, caixas de som e amplificador. Há também uma equipe de profissionais para atendimento de apoio à comunidade acadêmica.

Existem equipamentos diferenciados de TIC (Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) e sala de videoconferência). Através de contrato acadêmico específico firmado junto à Microsoft, todos os alunos têm à disposição versões licenciadas de softwares para uso em equipamentos pessoais: Windows, Project, Visio, Visual Studio. Quanto aos equipamentos de multimídia e audiovisuais, há no orçamento investimentos previstos anualmente pois os ambientes de aprendizagem são prioridade para a instituição.

Na entrevista realizada com a chefia da DTI foi informado que os estudantes têm acesso à internet à disposição nos ambientes de aprendizagem, bem como na biblioteca, para

complementação de seus estudos. Além disso, a biblioteca universitária possui um conjunto de computadores para uso geral.

Por considerar uma prática em vias de consolidação, a CPA considerou **nota 4** para o indicador.

5.1.10. Existência de Plano de expansão e atualização dos softwares nos documentos oficiais:

Conforme citado anteriormente, o Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação (PDTIC) não está institucionalizado, o que não permite comprovar a existência de plano de expansão e atualização dos *softwares* nos documentos oficiais. Por outro lado, observa-se que a instituição evoluiu em relação processo de autoavaliação 2009-2011 pois na revisão do PDI, em 2014, foram estabelecidas as metas 174: *Institucionalizar o Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação – PDTIC* e a 175: *definir as políticas institucionais de TIC na Instituição*. De uma forma geral a expansão e atualização ocorre conforme as necessidades dos setores da universidade.

Entrevista feita com a chefia da DTI demonstra que, apesar de não existir um plano documentado de expansão, a diretiva técnica é priorizar contratos de softwares que incluam atualização de versões e suporte técnico. Os equipamentos *servidores de infraestrutura* obedecem a um plano de atualização tecnológica contínua, com intuito de prover segurança e adequação aos demais equipamentos. Softwares específicos, como os de engenharia, estão em constante processo de atualização. A universidade prevê investimentos ao longo do ano para atualizar a grande quantidade de softwares. A CPA considera que atualmente a FURB atende o referencial mínimo de qualidade e considerou **nota 3** ao indicador.

5.1.11. Coerência entre a expansão e atualização dos softwares e as políticas constantes nos documentos oficiais:

No Balanço Crítico (2014), a CPA constatou que a instituição ainda não institucionalizou seu Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação (PDTIC). Tal processo é uma das metas do PDI, para o próximo período de vigência.

Conforme já observado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, a FURB utiliza vários softwares (*Oracle, B.I, ERP*, entre outros), os quais fazem parte da infraestrutura de TIC da Universidade. Entretanto, a expansão e atualização desses softwares continuam a ocorrer de forma desvinculada de um documento oficial. Assim sendo, para o indicador, a CPA manteve a **nota 2**.

5.1.12. Existência de Plano de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores nos documentos oficiais:

No PDI foi traçado o objetivo XLIV: *Consolidar ações de Manutenção Preventiva e de conservação de Equipamentos*, cujas metas vinculadas são 165: *Institucionalizar o plano de manutenção preventiva e corretiva de Equipamentos da FURB*; 166: *Institucionalizar plano de expansão e/ou atualização de equipamentos dos laboratórios e demais setores de apoio ao ensino, pesquisa e extensão*. (PDI, p. 226).

A CPA entende que, embora as metas constem no documento da instituição, o Plano ainda não foi elaborado, atribuindo **a nota 2** ao indicador.

5.1.13. Coerência entre a expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores e as políticas constantes nos documentos oficiais:

Conforme citado no indicador anterior, no PDI 2015-2015 (p. 226) foi traçado o objetivo XLIV: *Consolidar ações de Manutenção Preventiva e de conservação de Equipamentos*, tendo como meta 166: *Institucionalizar plano de expansão e/ou atualização de equipamentos dos laboratórios e demais setores de apoio ao ensino, pesquisa e extensão*. Trata-se de uma meta a ser alcançada no período de vigência do plano, ou seja, o ano de 2015.

Conforme apontado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, os equipamentos, de modo geral, são adquiridos por meio de projetos de pesquisa, ou de captação de recursos específica (ex.: PROINFRA, PROEQUIPAMENTOS, etc.) ou, ainda, quando comprados pela Universidade, decorrem de solicitações feitas pelas Unidades Universitárias aos setores competentes, não caracterizando um plano de ação.

Desta forma, a CPA mantém **a nota 2** para o indicador.

5.1.14. Existência de um Plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos nos documentos oficiais:

O PDI apresenta o quadro 43, com objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura física. O objetivo XLIV: *Consolidar ações de Manutenção Preventiva e de conservação de Equipamentos*, tem como meta 165: *Institucionalizar o plano de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos da FURB*, com prazo até 2015. (PDI, p. 221).

Nos Relatórios de Atividades Institucionais 2013 e 2014 não foram encontradas citações com relação a atividades preventivas ou dotação orçamentária para os mesmos. Em entrevista realizada com a chefia da DAC a resposta foi que não existe um plano de

manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos. No entanto, existe um *Plano de Manutenção Mensal para Extintores de Incêndio* e um *Plano de Manutenção Anual para os Hidrantes e Mangueiras de Incêndio*, seguindo as recomendações do INMETRO e do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. Da mesma forma, para os equipamentos de refrigeração, vem sendo realizada a manutenção preventiva desde 2014.

Entrevista realizada também com a chefia DTI mostra que não existe um plano de manutenção preventiva dos equipamentos. No que tange à manutenção corretiva dos computadores, informou-se que os equipamentos licitados são adquiridos com garantia de reposição de peças pelo fabricante por um período entre 2 e 5 anos, dependendo do tipo de equipamento. Para os equipamentos que encontram-se fora de garantia, a diretiva técnica da DTI é substituir as peças defeituosas com maior brevidade possível, sempre que a capacidade do equipamento for adequada à utilização.

Diante do exposto, a CPA considera positivo o fato da universidade ter estabelecido como meta, no PDI, um plano Manutenção Preventiva e de conservação de Equipamentos, com pessoal responsável e prazo estabelecido para sua aprovação, o que denota avanços para este indicador em relação aos Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011. A comissão entende que a FURB atende ao referencial mínimo de qualidade para o indicador atribuindo **nota 3** para o mesmo.

5.1.15. Coerência entre as práticas de manutenção realizadas nos equipamentos e as políticas constantes nos documentos oficiais:

Conforme citado no indicador anterior, foi estabelecida a meta *Institucionalizar o plano de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos da FURB*, no PDI. A CPA entende que não é possível aferir a coerência entre o que é feito e o que deveria estar num plano de ação. Algumas práticas de manutenção e conservação de equipamentos são observadas (equipamentos de ar condicionado e de equipamentos de segurança) enquanto que, para os outros equipamentos, a manutenção é feita a medida que é solicitado, pelas unidades universitárias e administrativas.

Diante do exposto, a CPA entende que a **nota 2** deva ser mantida para o indicador.

5.1.16. Existência de normas de segurança para os laboratórios e instalações especiais:

O PDI 2010-2015 (p.221) apresenta os objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à infraestrutura física. O objetivo XLIII *Consolidar ações de melhoria na segurança e saúde da comunidade universitária* (p. 225) tem como meta 162: *Institucionalizar a Política de Segurança da FURB*, com a estratégia de ação *Estabelecer e aprovar a política de segurança, especialmente normatização para segurança de laboratórios e instalações especiais da FURB*, com prazo estabelecido até 2015. A CPA considerou positivo o fato da Universidade se propor a estabelecer uma política de Segurança, demonstrando que houve avanços para este indicador, em relação ao Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011.

Questionário aplicado aos chefes de departamentos apontam que existam normas de segurança, conforme pode ser observado na Tabela 156:

Tabela 156: Existência de normas de segurança para os laboratórios e instalações especiais

Existem normas de segurança para os laboratórios e instalações especiais (considerar o período 2012-2014)?	Chefe de Departamento
	Freq. (%)
Sim	68,2
Não	31,8
Total	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

A chefia da DAC, em entrevista afirmou que existem normas, específicas para cada laboratório. Entretanto, não há, ainda, um programa de gestão para tornar essas normas institucionalizadas.

A CPA entende que as ações de segurança continuam sendo executadas desconectadas de uma política, entretanto, entende que a FURB atende ao referencial mínimo de qualidade, mantendo a **nota 3** para o indicador.

5.1.17. Existência de Plano de aquisição, expansão e/ou atualização do acervo da Biblioteca, considerando as proposta pedagógica dos cursos e as prioridades para as bibliografias básicas e complementares:

De acordo com o PDI, a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Universitária da FURB está regulamentada por meio da Resolução nº 46/2012, de 06 de novembro de 2012, e tem por finalidade orientar o processo de seleção e aquisição de obras

do acervo, sejam elas provenientes de compra, doação ou permuta, bem como orientar o remanejamento e descarte das mesmas (PDI, p. 241). Na prática, os pedidos de aquisição são feitos via sistema e o material é adquirido conforme disponibilidade orçamentária, dando-se preferência à Bibliografia Básica e complementares previstas nos planos de ensino de cada disciplina.

A Tabela 157 apresenta as aquisições de materiais efetuadas pela biblioteca em 2014 e, a Tabela 158, os recursos destinados à aquisição de material bibliográfico no mesmo ano.

Tabela 157: Aquisições de materiais efetuadas (2014)

Tipo de material	Títulos	Volumes			
		Compra	Doação	Permuta	TOTAL
Livros	1.928	1.392	1.801	0	3.193
Monografias, Teses, Dissertações	614	3	609	0	612
Folhetos	20	0	31	0	31
Materiais Especiais	75	0	80	0	80
Normas Técnicas	35	33	2	0	35
Outros	1	0	1	0	1
Periódicos	0	2.925	1.359	44	4.328
TOTAL	2.673	4.353	3.883	44	8.280

Fonte: Biblioteca Universitária

Tabela 158: Recursos destinados à aquisição de material bibliográfico (R\$) (2014)

Área	Livros	Periódicos	Material especial	Acesso remoto	TOTAL
Administração e Serviços Auxiliares	3.291,99	1.795,22	0,00	0,00	5.087,21
Administração Pública	0	70,00	0,00	0,00	70,00
Agricultura	0	152,00	0,00	0,00	152,00
Arquitetura e Urbanismo	19,90	2.133,88	0,00	0,00	2.153,78
Artes	1.253,75	0	0,00	0,00	1.253,75
Astronomia	0,00	0	0,00	0,00	0,00
Biblioteconomia	25,00	0,00	0,00	0,00	25,00
Biografia	313,75	0,00	0,00	0,00	313,75
Biologia	1.564,00	0	0,00	0,00	1.564,00

Área	Livros	Periódicos	Material especial	Acesso remoto	TOTAL
Botânica	576,89	110,00	0,00	0,00	686,89
Ciência Política	321,00	125,00	0,00	0,00	446,00
Ciências Puras	23,90	552,90	0,00	0,00	576,80
Comércio, Comunicação e Transportes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio exterior	78,50	80,00	0,00	0,00	158,50
Construção Civil	1.055,36	0	0,00	0,00	1.055,36
Contabilidade	181,02	32,00	0,00	0,00	213,02
Costumes	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Design	707,63	70,00	0,00	0,00	777,63
Dicionários e Enciclopédias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direito	11.238,21	15.717,03	0,00	0,00	26.955,24
Ecologia e Meio Ambiente	55,60	231,00	0,00	0,00	286,60
Economia	2.653,97	928,12	0,00	0,00	3.582,09
Economia Doméstica	308,50	153,00	0,00	0,00	461,50
Educação	517,30	1.394,60	0,00	0,00	1.911,90
Educação Física e Recreação	766,65	253,01	0,00	0,00	1.019,66
Enfermagem	1.209,60	170,00	0,00	0,00	1.379,60
Engenharia	694,94	0,00	0,00	0,00	694,94
Engenharia Civil	2.255,08	1.944,00	0,00	0,00	4.199,08
Engenharia Elétrica	396,45	1.510,89	0,00	0,00	1.907,34
Engenharia Florestal	456,00	0,00	0,00	0,00	456,00
Engenharia Química	2.419,17	192,00	0,00	0,00	2.611,17
Engenharia Têxtil	0	408,98	0,00	0,00	408,98
Estatística Demográfica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Farmácia	812,60	350,00	0,00	0,00	1.162,60
Filosofia	607,99	419,00	0,00	0,00	1.026,99
Física	84,96	60,00	0,00	0,00	144,96
Fisioterapia	764,10	80,00	0,00	0,00	844,10
Generalidades	1.271,66	20.353,58	0,00	2.238,00	23.863,24
Geografia	141,80	303,60	0,00	0,00	445,40
Geologia	0	230,00	0,00	0,00	230,00

Área	Livros	Periódicos	Material especial	Acesso remoto	TOTAL
História	221,42	425,07	0,00	0,00	646,49
Informática	1.137,19	273,23	0,00	0,00	1.410,42
Linguagem	95,91	580,00	0,00	0,00	675,91
Literatura	525,20	117,60	0,00	0,00	642,80
Literatura Infanto-Juvenil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marketing e Propaganda	428,54	693,80	0,00	0,00	1.122,34
Matemática	576,10	143,00	0,00	0,00	719,10
Medicina	23.173,86	660,03	0,00	0,00	23.833,89
Metodologia Científica	355,64	0,00	0,00	0,00	355,64
Moda	528,90	8.169,24	0,00	0,00	8.698,14
Nutrição	1.235,70	577,00	0,00	0,00	1.812,70
Odontologia	1.460,70	520,00	0,00	0,00	1.980,70
Paleontologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Psicologia	508,80	214,50	0,00	0,00	723,30
Química	116,00	1.018,00	0,00	0,00	1.134,00
Religião	0	125,00	0,00	0,00	125,00
Serviço Social	90,60	592,80	0,00	0,00	683,40
Sociologia	1.053,08	129,80	0,00	0,00	1.182,88
Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tecnologia de Alimentos	0,00	634,00	0,00	0,00	634,00
Telecomunicações	267,00	0,00	0,00	0,00	267,00
Turismo	0,00	272,10	0,00	0,00	272,10
Veterinária	3.505,91	1.662,00	0,00	0,00	5.167,91
Zoologia	0,00	250,00	0,00	0,00	250,00
TOTAL	71.347,82	66.876,98	0,00	2.238,00	140.462,80

Fonte: Biblioteca Universitária

Em entrevista aplicada ao Diretor da Biblioteca, confirmou-se que a aquisição de material bibliográfico é centralizada e, se dá, por meio das sugestões dos docentes na página da própria BU/FURB, pelas orientações da Resolução nº 46/2012. As informações obtidas demonstram que o indicador está muito além do referencial mínimo e a CPA considerou a **nota 5** para o indicador.

5.1.18. Coerência entre as práticas de aquisição, expansão e atualização do acervo coerentes com as políticas constantes na instituição:

Conforme citado anteriormente, a Resolução nº 46/2012, de 06 de Novembro de 2012, regulamenta a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Universitária da FURB.

Na prática, observa-se que os pedidos são feitos conforme estabelecido na resolução, ou seja: as aquisições são feitas via sistema e o material é adquirido conforme disponibilidade de orçamento, dando-se preferência à Bibliografia Básica e complementares previstas nos planos de ensino de cada disciplina. Isto demonstra coerência entre o que está sendo realizado e o que está estabelecido nos documentos oficiais.

Em entrevista aplicada ao Diretor da Biblioteca confirmou-se que as aquisições, a partir da perspectiva dos docentes, integram as necessidades dos planos de ensino e parâmetros norteadores da Resolução nº 46/2012, e dos indicadores do instrumento de avaliação de cursos do SINAES. O foco constante da BU/FURB é a atualização e a qualificação do acervo.

As informações obtidas pela comissão demonstram que o indicador está muito além do referencial mínimo e a CPA considerou **nota 5** para o indicador.

5.2. Neste grupo de indicadores a CPA apresenta a sua percepção sobre as **Instalações gerais: ESPAÇO FÍSICO**

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
5.2. Instalações gerais: espaço físico						
5.2.1. Adequação das instalações administrativas às necessidades institucionais (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).					X	
5.2.2. Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função do número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário, limpeza, segurança, acessibilidade e conservação.					X	
5.2.3. Adequação do(s) auditório(s) às necessidades institucionais (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).					X	
5.2.4. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho).				X		

5.2.5. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para chefes de departamento (gabinete de trabalho).				X		
5.2.6. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores) considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.					X	
5.2.7. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.				X		
5.2.8. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: existência de espaço disponível para reuniões (para colegiados e departamentos).					X	
5.2.9. Adequação das instalações para atendimento aos discentes (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação, Protocolo de atendimento).					X	
5.2.10. Adequação das instalações para pleno desenvolvimento das atividades administrativas: secretaria, direção, Praça de atendimento ao estudante e Protocolo, tesouraria.				X		
5.2.11. Adequação das instalações às condições de acesso para os portadores de necessidades especiais temporários e permanentes (rampas com inclinação adequada, elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais de estacionamento de acordo com as exigências legais, piso podotátil, braile nas placas de sinalização, elemento sonoro de aviso de senhas de atendimento e andares no elevador, outros).				X		
5.2.12. Adequação do espaço físico às atividades de extensão.				X		
5.2.13. Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa.				X		
5.2.14. Existência e adequação de espaço de convívio e de alimentação da comunidade acadêmica (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).				X		
5.2.15. Coerência entre o número de estudantes e a capacidade de laboratórios existentes (de acordo com as normas de segurança).				X		
5.2.16. Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).				X		

5.2.17. Adequação da infraestrutura destinada à CPA.					X	
--	--	--	--	--	---	--

5.2.1. Adequação das instalações administrativas às necessidades institucionais (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação):

Questionário aplicado a comunidade acadêmica aponta para os seguintes resultados:

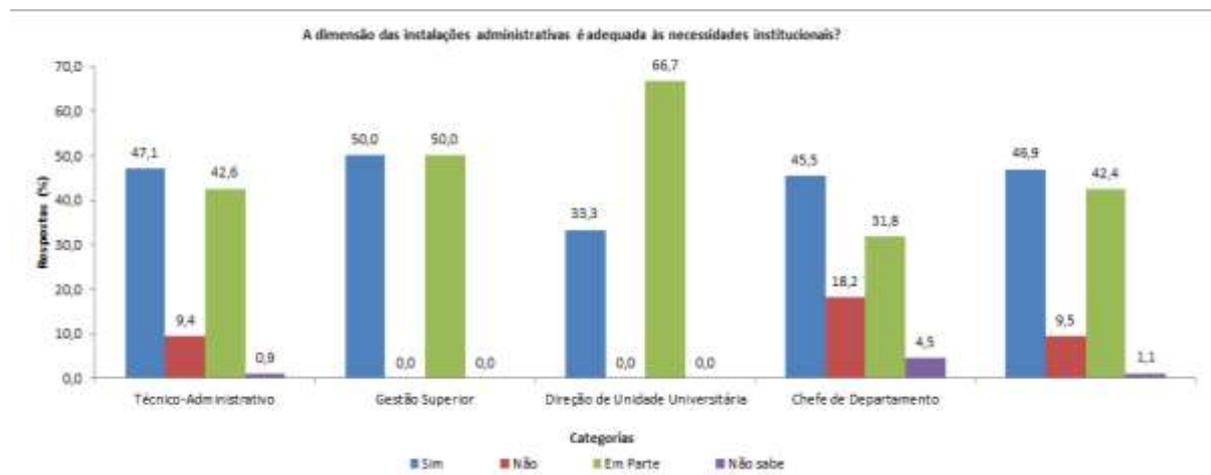


Gráfico 26: Adequação da dimensão das instalações administrativas

Fonte: Pesquisa da CPA

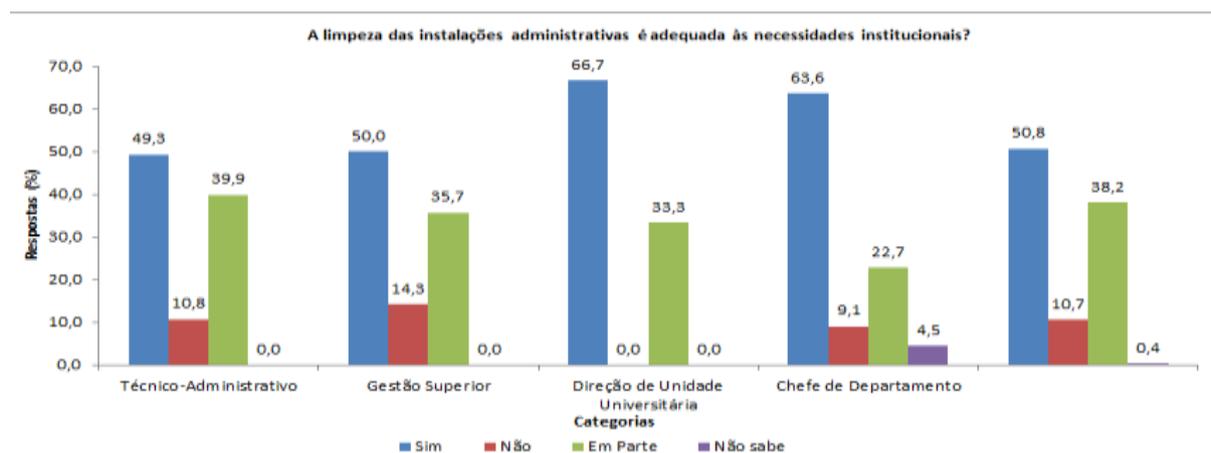


Gráfico 27: Adequação da limpeza das instalações administrativas

Fonte: Pesquisa da CPA

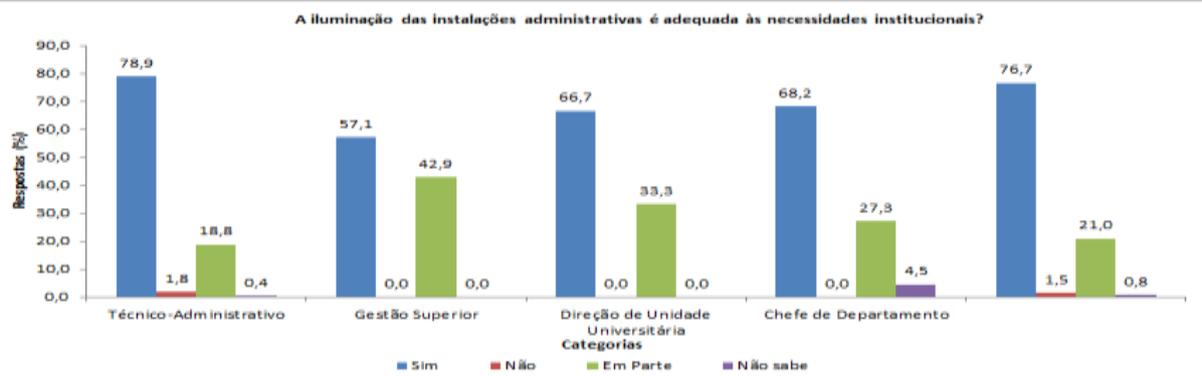


Gráfico 28: Adequação da iluminação das instalações administrativas
Fonte: Pesquisa da CPA

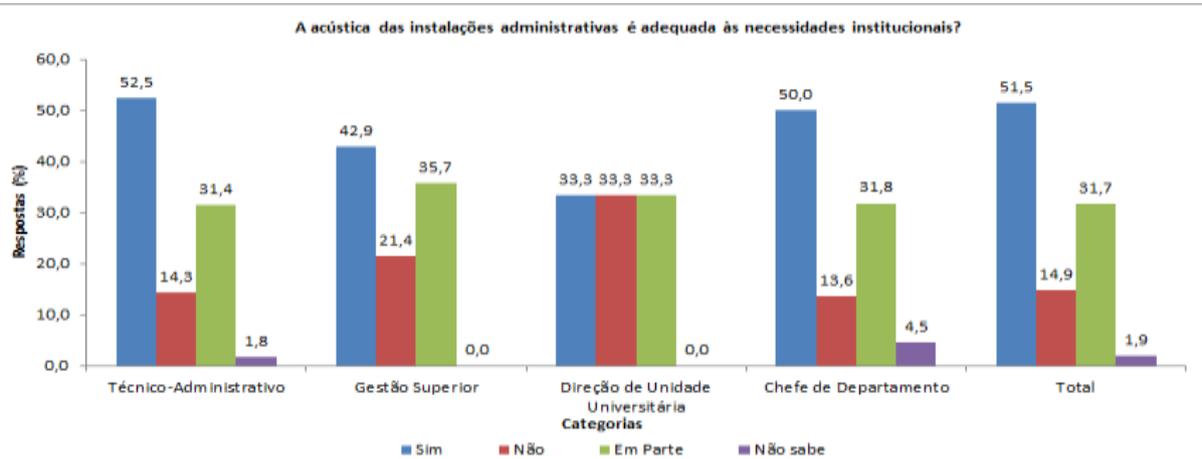


Gráfico 29: Adequação da acústica das instalações administrativas
Fonte: Pesquisa da CPA

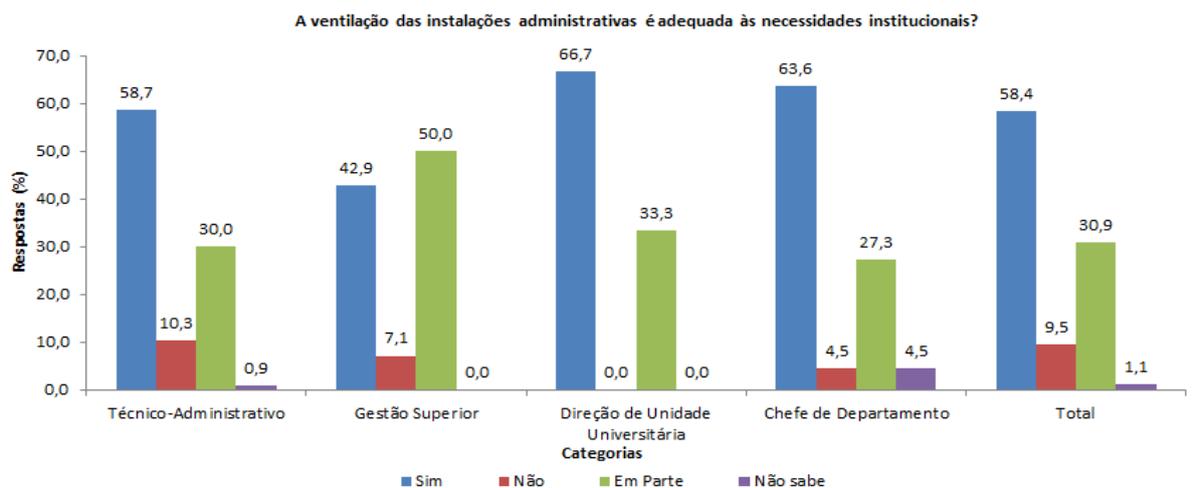


Gráfico 30: Adequação da ventilação das instalações administrativas
Fonte: Pesquisa da CPA

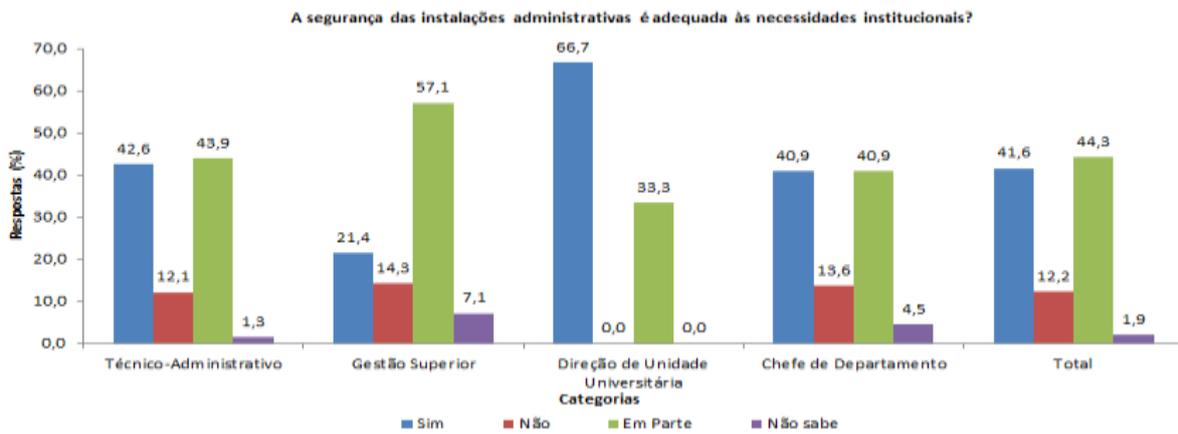


Gráfico 31: Adequação da segurança das instalações administrativas

Fonte: Pesquisa da CPA

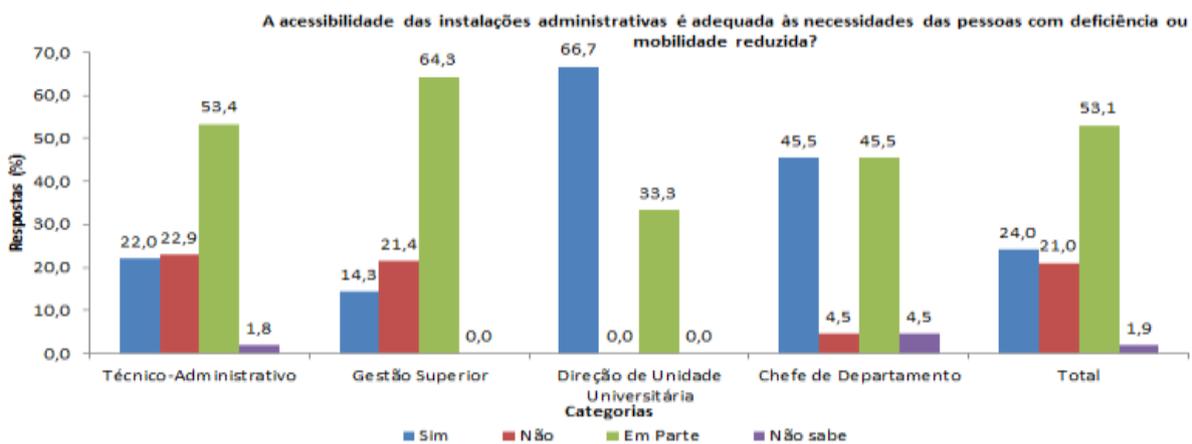


Gráfico 32: Adequação da acessibilidade das instalações administrativas

Fonte: Pesquisa da CPA

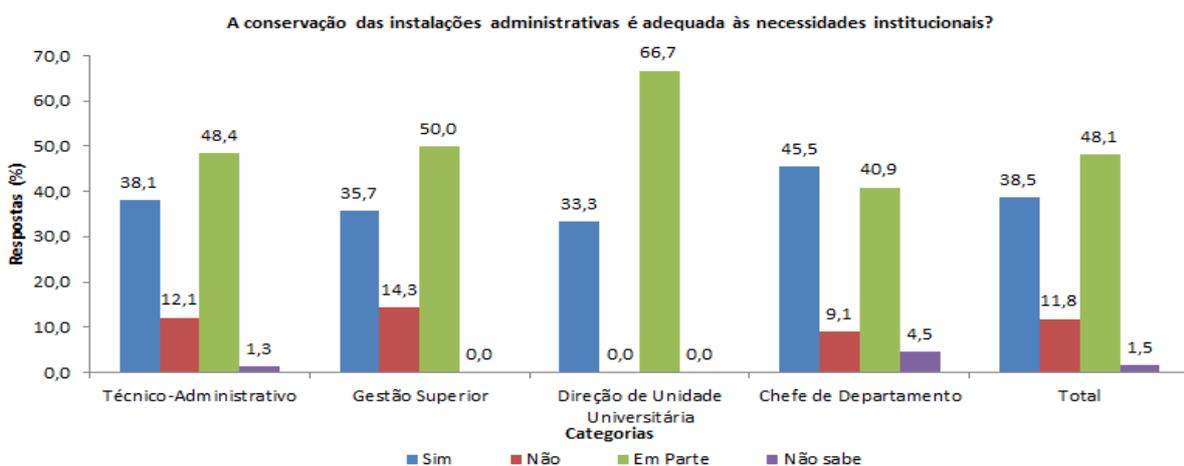


Gráfico 33: Adequação da conservação das instalações administrativas

Fonte: Pesquisa da CPA

Utilizando-se, ainda, os resultados da pesquisa **Qualidade De Vida No Trabalho (QVT)**, realizado pelo Instituto de Pesquisas Sociais da FURB em 2013, cuja amostra foi de 270 servidores técnico-administrativos, obteve-se o seguinte resultado:

Tabela 159: Em que medida você se sente confortável no ambiente de trabalho?

Avaliação	Citações	Frequência
1 - Nada	2	0,70%
2 - Muito pouco	15	5,60%
3 - Mais ou menos	73	27,00%
4 - Bastante	152	56,30%
5 - Extremamente	28	10,40%
Total	270	100%

De acordo com os resultados das pesquisas (CPA e QVT), pode-se inferir que a Universidade, no que tange às instalações administrativas, está atendendo além do referencial mínimo de qualidade, podendo melhor no que concerne à acessibilidade, segurança e conservação. Desta forma, a CPA considera a **nota 4** a mais adequada ao indicador.

5.2.2. Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função do número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário, limpeza, segurança, acessibilidade e conservação:

O PDI apresenta o quadro 43, com objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura física (p. 221). Em relação à adequação do espaço físico às atividades de ensino, a meta 148 propõe *definir um processo sistemático de manutenção dos ambientes de aprendizagem (espaço físico)*, cuja estratégias de ação são *requalificar a infraestrutura atual das salas de aula (quadros, cortinas, projetores, caixas de som, iluminação, carteiras e cadeiras, piso, tela, acessibilidade); revitalizar/ adequar os ambientes de aprendizagem; elaborar manual com padrões para as salas de aulas, com indicadores de qualidade de referência*. A meta 162 *Institucionalizar a Política de Segurança* tem como estratégia de ação *realizar Laudo Ambiental sobre as questões de acústica, iluminação, ventilação, etc. nas salas de aula*.

O Relatório Institucional de Atividades 2014 lista a quantidade de salas por campus (referência 2012-2014) e número de usuários, não apresentando, no entanto, informações referentes à acústica, iluminação, ventilação, mobiliário, limpeza por sala. Tais informações podem ser observadas na Tabela 160, Tabela 161, Tabela 162 e Tabela 163:

Tabela 160: Salas de Aula Campus I (2012-2014)

Campus I	2012		2013*		2014	
Capacidade (pessoas)	Quantidade	Área	Quantidade	Área	Quantidade	Área
10-20	4	101,76	4	101,76	4	110,76
21-30	23	987,24	27	1.151,10	26	1.109,55
31-40	9	443,22	9	443,22	8	404,41
41-50	41	2.343,39	48	2.741,66	48	2.673,45
51-60	47	3.926,70	45	3.558,49	45	3.558,49
61-70	13	1.254,48	13	1.137,58	13	1.137,58
71-80	3	316,35	3	211,50	3	211,50
TOTAL	140	9.373,14	149	9.345,31	147	9.205,74

Fonte: Sistema Espaço Físico – 2013 (informações em 31/12)

Observação: *2013 – A partir deste ano estão incluídas as salas de aula no Galpão do curso de Arquitetura e Urbanismo

Tabela 161: Salas de Aula Campus II (2012-2014)

Campus II	2012		2013		2014	
Capacidade (pessoas)	Qde	Área	Qde	Área	Qde	Área
10-20	5	174,00	9	295,50	9	295,50
21-30	6	217,83	6	217,83	7	219,65
31-40	3	163,72	3	163,72	3	163,72
41-50	11	680,67	11	680,67	10	611,37
51-60	11	744,25	9	619,61	9	619,61
61-70	2	190,60	2	190,60	2	190,60
71-80	1	103,65	1	103,65	1	103,65
TOTAL	39	2.274,72	41	2.271,58	41	2.237,43

Fonte: Sistema Espaço Físico – 2013 (informações em 31/12)

Tabela 162: Salas de Aula Campus III (2012-2014)

Campus III	2012		2013		2014	
Capacidade (pessoas)	Quantidade	Área	Quantidade	Área	Quantidade	Área
10-20	1	30,50	1	30,50	1	30,50
21-30	-	-	-	-	-	-
31-40	-	-	1	61,28	1	61,28
41-50	1	96,10	1	96,10	1	96,10
51-60	11	845,15	12	924,45	11	924,45
61-70	3	257,55	3	257,55	3	257,55
71-80	-	-	-	-	-	-
TOTAL	16	1.229,30	18	1.369,88	17	1.290,58

Fonte: Sistema Espaço Físico – 2013 (informações em 31/12)

Tabela 163: Salas de Aula Campus V (2011-2013)

Campus V	2012		2013		2014	
Capacidade (pessoas)	Quantidade	Área	Quantidade	Área	Quantidade	Área
10-20	-	-	-	-	1	27,25
21-30	2	63,40	1	31,70	2	72,98
31-40	1	41,70	1	41,70	1	48,95
41-50	2	109,95	2	109,95	1	61,00
51-60	1	72,40	1	72,40	1	72,40
61-70	-	-	-	-	-	-
71-80	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6	287,45	5	255,75	6	282,58

Fonte: Sistema Espaço Físico – 2013 (informações em 31/12)

Questionário aplicado aos professores e estudantes apontam para o atendimento satisfatório em vários aspectos relacionados aos espaços destinados ao ensino, como pode ser observado na Tabela 164:

Tabela 164: Qualidade do espaço físico para as atividades de ensino

QUESTÕES	DOCENTES (em %)				ESTUDANTES (em %)			
	SIM	NÃO	EM PARTE	NÃO SABE	SIM	NÃO	EM PARTE	NÃO SABE
Em relação ao número de usuários (capacidade), o espaço físico para as atividades de ensino é adequado?	65,2	8,7	25,8	0,3	57,8	11,3	30	0,9
Em relação à acústica, o espaço físico para as atividades de ensino, é adequado?	56,2	13,3	30,1	0,3	49,3	17,6	31,1	2
Em relação à iluminação, o espaço físico para as atividades de ensino, é adequado?	74,5	6,1	19,1	0,3	68	8,8	22,3	0,9
Em relação à ventilação, o espaço físico para as atividades de ensino, é adequado?	56,2	11,9	31,6	0,3	49,2	17,8	32,3	0,7
Em relação ao mobiliário, o espaço físico para as atividades de ensino, é adequado?	59,1	10,1	30,4	0,3	50,3	14	34,8	0,9
A limpeza do espaço físico para as atividades de ensino é adequada?	74,8	5,2	19,7	0,3	65,2	8,1	26,1	0,7

Fonte: Pesquisa da CPA

A partir das entrevistas, a CPA observa que os aspectos menos satisfatórios dizem respeito a ventilação e à acústica. Por meio de visita *in loco* aos ambientes de ensino, a CPA observou que no que tange a climatização, há uma problemática relacionada aos tipos de condicionadores de ar, que, por sua vez, causam fragilidades relacionadas à acústica. Por isso, a CPA atribuiu a **nota 4** para o indicador.

5.2.3. Adequação do(s) auditório(s) às necessidades institucionais (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação):

Questionário aplicado aos servidores da FURB e aos estudantes apontam para os resultados que podem ser observados nos gráficos a seguir:

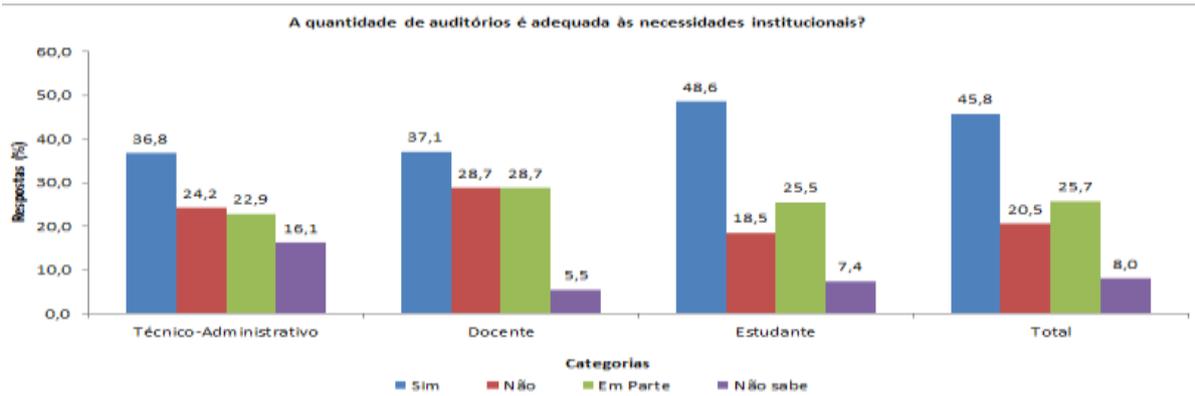


Gráfico 34: Adequação da quantidade de auditórios às necessidades da FURB

Fonte: Pesquisa da CPA

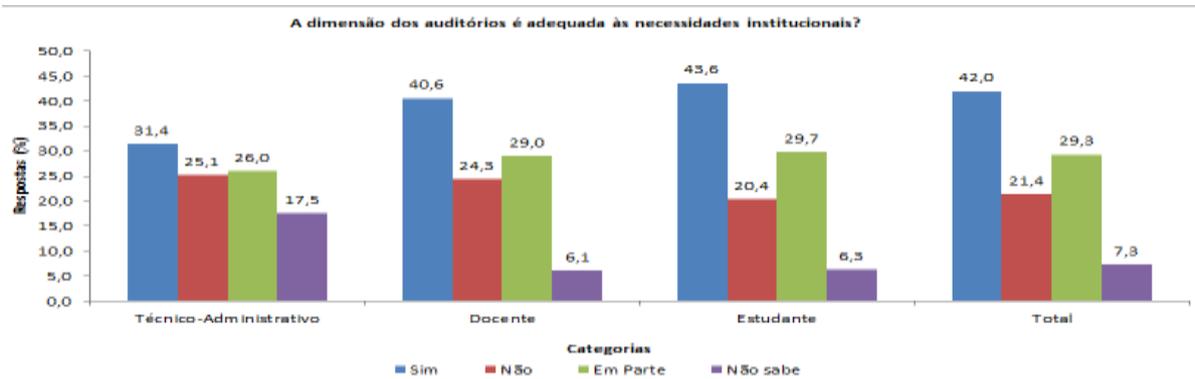


Gráfico 35: Adequação da dimensão dos auditórios às necessidades da FURB

Fonte: Pesquisa da CPA

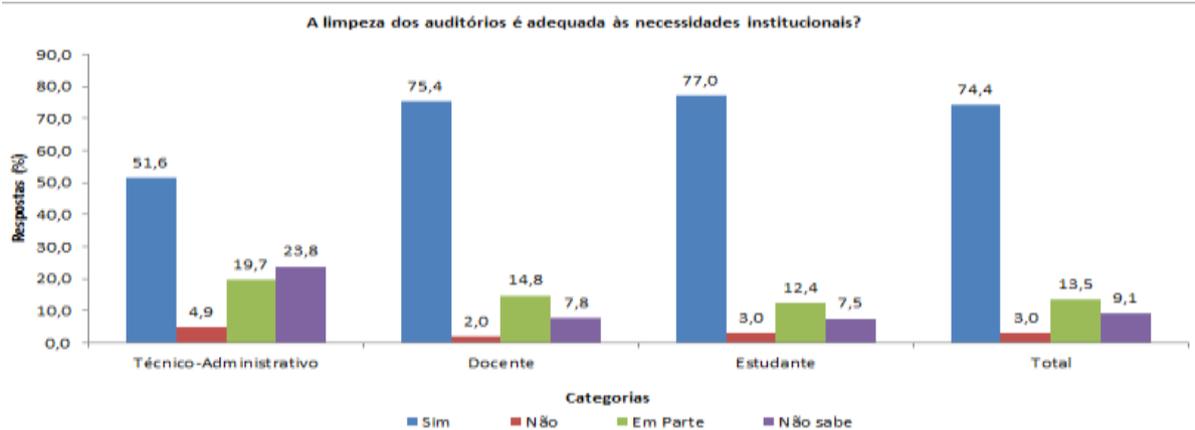


Gráfico 36: Adequação da limpeza dos auditórios às necessidades da FURB

Fonte: Pesquisa da CPA

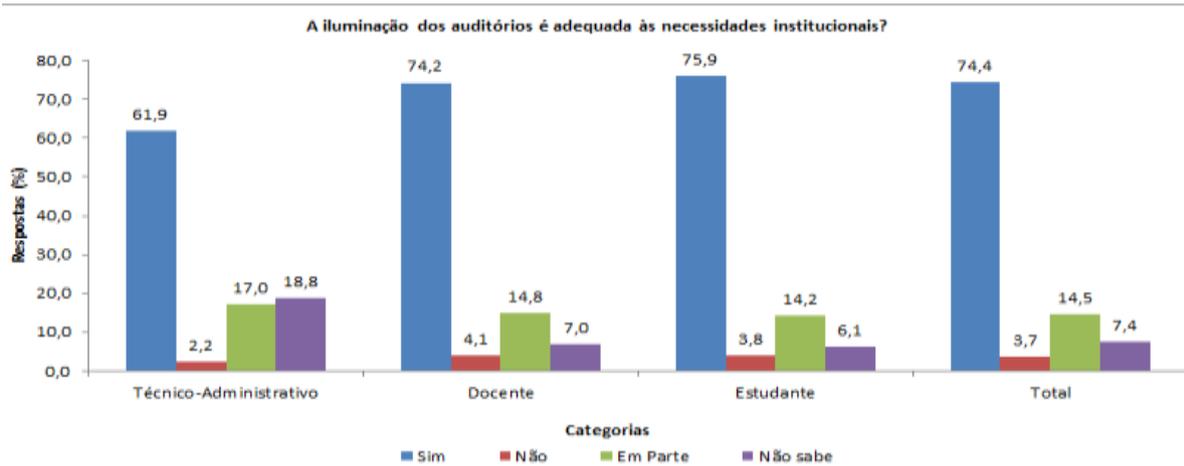


Gráfico 37: Adequação da iluminação dos auditórios às necessidades da FURB

Fonte: Pesquisa da CPA

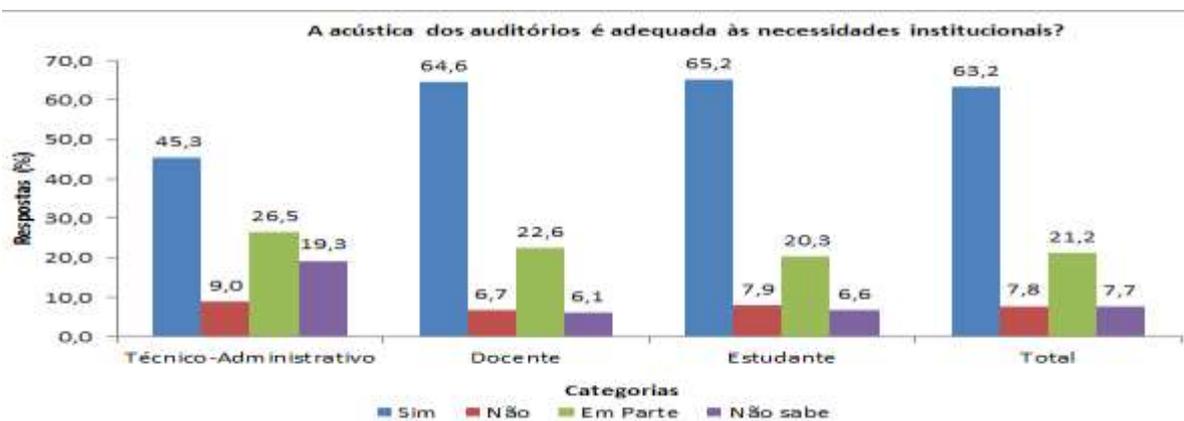


Gráfico 38: Adequação da acústica dos auditórios às necessidades da FURB

Fonte: Pesquisa da CPA

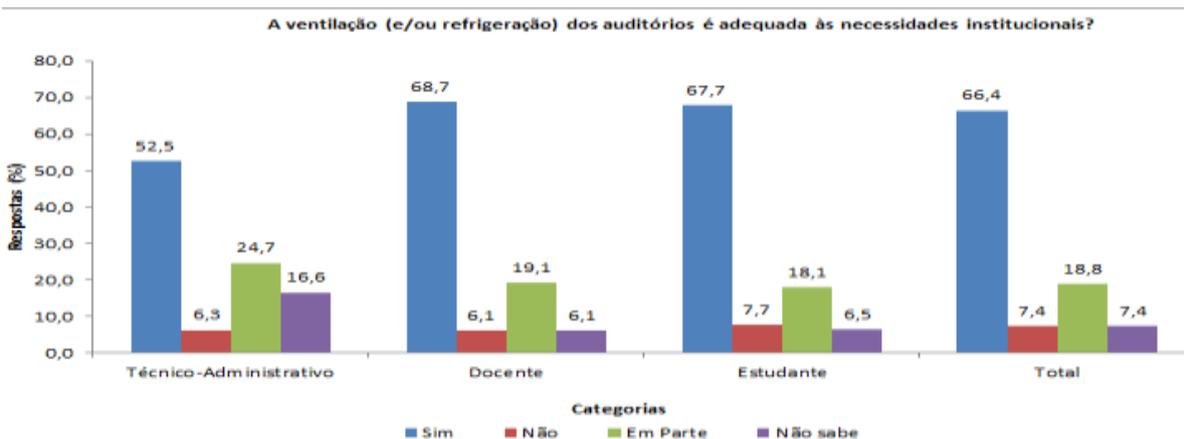


Gráfico 39: Adequação da ventilação dos auditórios às necessidades da FURB

Fonte: Pesquisa da CPA

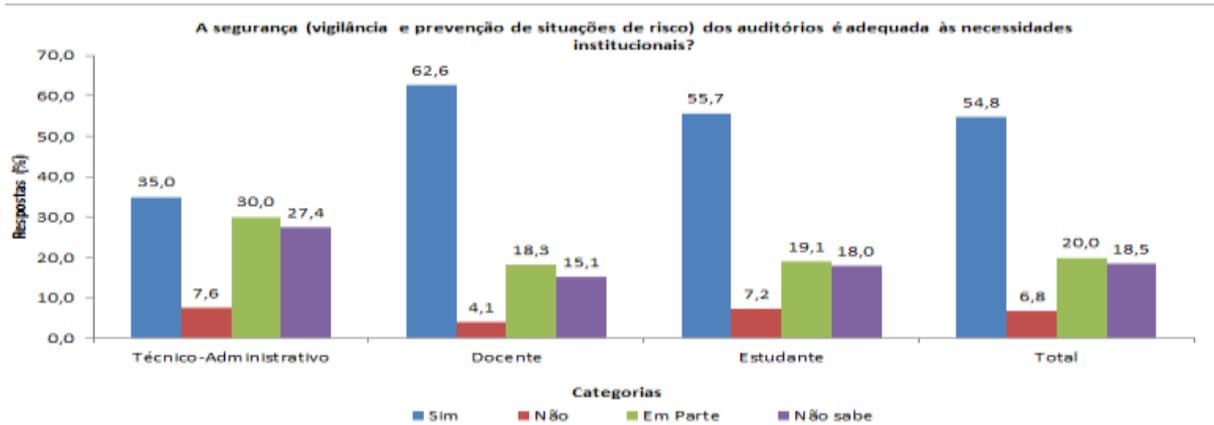


Gráfico 40: Adequação da segurança dos auditórios às necessidades da FURB

Fonte: Pesquisa da CPA

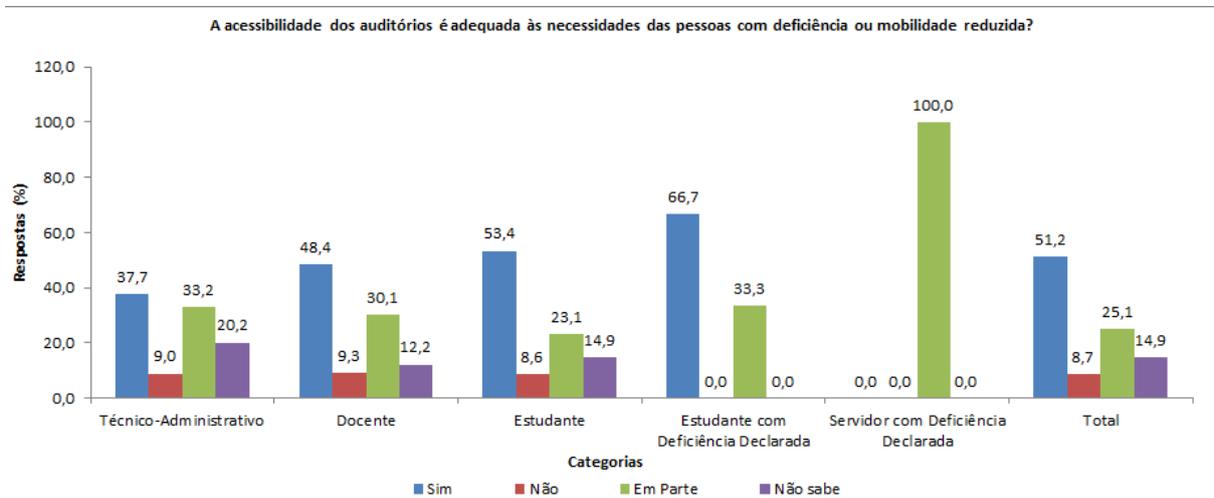


Gráfico 41: Adequação da acessibilidade dos auditórios

Fonte: Pesquisa da CPA

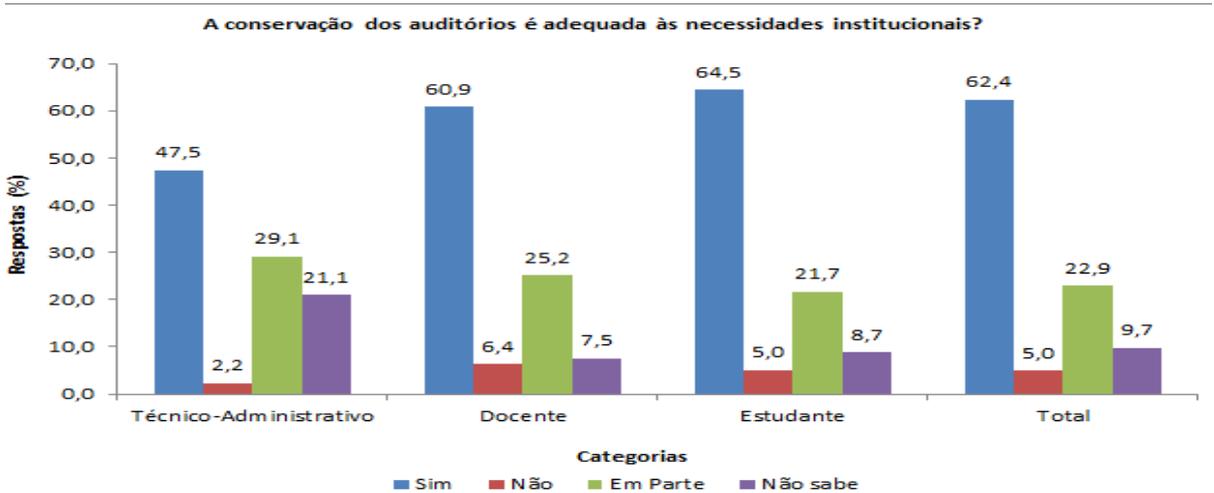


Gráfico 42: Adequação da conservação dos auditórios às necessidades da FURB

Fonte: Pesquisa da CPA

As informações obtidas pela comissão mostram que a FURB atende ao indicador além do referencial mínimo, exceto no que tange à acessibilidade. Sendo assim, a CPA atribuiu a **nota 4** ao indicador.

5.2.4. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho):

No PDI apresenta-se o quadro 43, com objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura física (p. 221). No que tange à adequação do espaço físico às atividades acadêmica-administrativa, a meta 163: *adequar os espaços físicos às atividades acadêmicas-administrativas para atender as recomendações do MEC*, cuja estratégias de ação são: *adequar os espaços físicos as atividades acadêmicas administrativas para gestores setoriais, docentes e estudantes*.

O Relatório Institucional de Atividades 2014 apresenta informações referentes ao detalhamento da área (m²) por tipo de utilização, comprovando que a instituição possui espaço físico para atividades administrativas. Entretanto, não deixa claro que esteja incluído instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho), conforme pode ser observado na Tabela 165:

Tabela 165: Detalhamento da área (m²) por tipo de utilização, por Campus (2012-2014)

CAMPI	2012			2013*			2014		
	Qtde.	Área Útil	% Área/Campus	Qtde.	Área Útil	% Área/Campus	Qtde.	Área Útil	% Área/Campus
Campus I	1.492	54.657,44	100	1.519	60.825,14	100	1.518	60.996,63	100
1. Ensino	140	9.373,14	17,15	149	9.874,19	16,23	148	9.793,6	16,06
2. Ensino Específico	41	3.742,39	6,85	39	3.654,85	6,01	36	3587,7	5,8
3. Administrativo	388	9528,1	17,43	400	10.152,73	16,69	398	10.321,25	16,92
4. Laboratórios	187	10.402,13	19,03	197	15.509,46	25,50	194	15.445,51	25,32
5. Lab. de Inform.	10	1.022,35	1,87	9	886,84	1,46	9	886,84	1,45
6. Lab. de Inform. Específico de Cursos	5	329,04	0,60	7	486,38	0,80	7	486,38	0,80
7. Salas Docentes	26	588,55	1,08	27	619,18	1,02	31	689,07	1,13
8. Auditórios	4	559,98	1,02	4	559,98	0,92	4	559,98	0,92
9. Salas de Reunião	7	171,58	0,31	7	175,33	0,29	7	175,33	0,29
10. Inst. Sanitárias	166	2.253,70	4,12	166	2.253,70	3,71	166	2253,7	3,69
11. Áreas Convivência	17	856,94	1,57	17	859,77	1,41	15	783,04	1,28

12. Outros	497	15.450,70	28,27	493	15.413,89	25,34	499	15.635,39	25,63
13. Eventos	4	378,84	0,69	4	378,84	0,62	4	378,84	0,62
Campus II *	496	15.248,32	100	503	15.249,21	100	497	15.231,75	100
1. Ensino	39	2.274,72	14,92	41	2.271,58	14,90	41	2.267,68	14,89
2. Ensino Específico	4	338,18	2,22	4	338,18	2,22	4	338,18	2,22
3. Administrativo	85	3.950,77	25,91	89	3.956,44	25,95	86	3.931,13	25,81
4. Laboratórios	124	3.959,69	25,97	124	3.959,69	25,97	122	4.041,18	26,53
5. Lab. de Inform.	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Lab. de Inform. Específico de Cursos	10	740,41	4,86	10	740,41	4,86	9	680,58	4,47
7. Salas Docentes	4	78,77	0,52	4	78,77	0,52	4	73,40	0,48
8. Auditórios	1	131,4	0,86	1	131,40	0,86	1	131,40	0,86
9. Salas de Reunião	3	62,68	0,41	3	62,98	0,41	2	45,52	0,30
10. Inst. Sanitárias	42	518,14	3,40	42	518,14	3,40	42	518,14	3,40
11. Áreas Convivência	8	256,14	1,68	8	256,14	1,68	7	248,84	1,63
12. Outros	175	2.839,92	18,62	176	2.837,98	18,61	178	2.858,20	18,76
13. Eventos	1	97,5	0,64	1	97,50	0,64	1	97,50	0,64
Campus III**	261	8.756,87	100	260	8.736,16	100	260	8.736,16	100
1. Ensino	16	1.229,3	14,04	18	1.369,88	15,68	17	1.290,58	14,77
2. Ensino Específico	2	173,19	1,98	2	25,79	0,30	2	25,79	0,30
3. Administrativo	15	552,03	6,30	13	411,45	4,71	24	988,63	11,32
4. Laboratórios	88	3.566,43	40,73	87	3.519,93	40,29	69	3.135,24	35,89
5. Lab. de Inform.	0	0	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
6. Lab. de Inform. Específico de Cursos	9	497,88	5,69	9	497,88	5,70	0	0,00	0,00
7. Salas Docentes	5	86,06	0,98	5	86,06	0,99	4	67,22	0,77
8. Auditórios	0	0	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
9. Salas de Reunião	0	0	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
10. Inst. Sanitárias	26	290,04	3,31	26	290,04	3,32	26	290,04	3,32
11. Áreas Convivência	3	240,87	2,75	3	240,87	2,76	3	240,87	2,76
12. Outros	97	2.121,07	24,22	97	2.294,26	26,26	98	2.313,10	26,48
13. Eventos				0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Campus V	378	7.134,12	100	393	7.221,85	100	383	7.046,49	100
1. Ensino	6	287,45	4,03	5	255,75	3,54	6	284,05	4,03
2. Ensino Específico	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
3. Administrativo	36	738,86	10,36	36	725,86	10,05	39	696,83	9,89

4. Laboratórios	172	3.372,31	47,27	172	3.344,37	46,31	161	3.265,53	46,34
5. Lab. de Inform.	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
6. Lab. de Inform. Específico de Cursos	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
7. Salas Docentes	0	0,00	0,00	1	31,70	0,44	1	11,30	0,16
8. Auditórios	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
9. Salas de Reunião	6	97,39	1,37	7	103,39	1,43	8	144,69	2,05
10. Inst. Sanitárias	52	441,18	6,18	57	489,34	6,78	47	406,66	5,77
11. Áreas Convivência	10	132,72	1,86	12	159,22	2,20	13	189,57	2,69
12. Outros	96	2.064,21	28,93	103	2.112,22	29,25	108	2.047,86	29,06
13. Eventos				0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Campus VI	4	602	100	4	602	100	4	602	100
3. Administrativo	4	602	100,00	4	602	100	4	602	100
TOTAL	2.631	86.398,75	-	2.679	92.634,36	-	2.662	92.613,03	-

Fonte: Sistema Espaço Físico (informações em 31/12)

Observações: ¹ Em todos os somatórios estão incluídas as subdivisões internas dos ambientes.

* 2013 – A partir deste ano estão incluídos, no campus I os ambientes de duas edificações locadas, Ed. Cristiana e Galpão do curso de Arquitetura e Urbanismo.

** Inclui: Nos laboratórios estão a Clínica Odontológica e o Ambulatório de Fisioterapia

Legenda:

1. Ensino = Salas de aula;
2. Ensino Específico = Bibliotecas, monitorias; salas especiais de mestrados
3. Administrativo = Espaços de administração;
4. Laboratórios = Laboratórios, Ginásios, Campo de futebol;
5. Lab. de Informática = laboratórios de informática
6. Lab. de Inform. Específico de Cursos = laboratório de uso específico de um curso
7. Sala Docentes = sala de professores (grupo e individuais)
8. Auditórios
9. Salas de reuniões
10. Inst. Sanitárias = sanitários e vestiários
11. Áreas de Convivência = Refeitórios, copas, cantinas, cozinhas;
12. Outros = Depósitos, garagens cobertas, áreas concedidas, área complementar predial, circulações, oficina;
13. Eventos = espaços destinados a exposições e eventos.

Questionário aplicado aos coordenadores de curso de graduação, pode-se observar que as instalações são adequadas ou em parte, como apresentado na Tabela 166:

Tabela 166: Adequação das instalações para coordenadores de curso

As instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho) são adequadas?	Coordenador de Curso de Graduação	
		Freq. (%)
	Sim	48,6
	Não	16,2
	Em Parte	35,1
	Total	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

As informações obtidas pela comissão mostram que o indicador atende o referencial mínimo e a CPA mantém a **nota 3**.

5.2.5. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para chefes de departamento (gabinete de trabalho):

O PDI apresenta o quadro 43, com objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura física (PDI, p. 221). Em relação à meta 163: *Adequar os espaços físicos às atividades acadêmicas-administrativas para atender as recomendações do MEC*, tem-se como estratégias de ação *adequar os espaços físicos as atividades acadêmicas administrativas para gestores setoriais, docentes e estudantes*.

A Tabela 165, apresentada no indicador 5.2.4., comprova que a instituição possui espaço físico para atividades administrativas, mas não deixa claro que estejam incluídas instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho).

Em entrevista aos chefes de departamento, pode-se observar que as instalações são adequadas ou em parte, como apresentado na Tabela 167:

Tabela 167: Adequação das instalações para chefias de departamento

As instalações para chefias de departamento (gabinete de trabalho) são adequadas?	Chefe de Departamento	
		Freq. (%)
Sim		45,5
Não		22,7
Em Parte		31,8
Não Sabe		0,0
Total		100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

As informações obtidas pela comissão demonstram que o indicador atende o referencial mínimo e a CPA mantém a **nota 3**.

5.2.6. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores) considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática:

Conforme registrado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011 e visita *in loco*, existem espaços nos quais os docentes podem permanecer enquanto não estão em sala de aula. No Campus I existe um ambiente no qual os professores se reúnem para convivência (Bloco A). No Campus II, existe uma sala de professores no Bloco D. Em alguns departamentos existem salas de trabalho para os docentes. No Campus III, próximo à Biblioteca, existe uma sala de reuniões na qual ficam os escaninhos dos docentes do curso de Odontologia. Além disso, há também salas de professores do curso de farmácia.

No que tange à pós-graduação *lato-sensu*, não há determinação de espaço específico como sala de professores, pois a maioria destes vem à FURB apenas para lecionar (direto para sala de aula), não permanecendo na instituição em outros horários. Já na pós-graduação *stricto-sensu*, de modo geral, há espaços de uso comum para os docentes dos programas (salas de professores/de reuniões).

Questionário aplicado aos docentes apontam para uma adequação das instalações acadêmico-administrativas ou em partes, como pode ser observado na Tabela 168:

Tabela 168: Adequação das instalações para docentes de graduação e de pós-graduação

QUESTÕES	DOCENTES (em %)			
	SIM	NÃO	EM PARTE	NÃO SABE
As instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores e de reuniões) são adequadas, em relação à quantidade?	35,1	24,1	36,2	4,6
As instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores e de reuniões) são adequadas, em relação à dimensão?	38,0	22,0	35,9	4,1
As instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores e de reuniões) são adequadas, em relação à limpeza?	67,5	4,6	23,5	4,3
As instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores e de reuniões) são adequadas, em relação à iluminação?	72,8	5,2	17,1	4,9
As instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores e de reuniões) são adequadas, em relação à acústica?	59,4	14,2	20,9	5,5
As instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores e de reuniões) são adequadas, em relação à ventilação?	59,4	8,7	26,7	5,2
As instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores e de reuniões) são adequadas, em relação à segurança?	61,4	5,8	25,8	7,0
As instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores e de reuniões) são adequadas, em relação à acessibilidade?	51,6	12,2	28,1	8,1
As instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores e de reuniões) são adequadas, em relação à conservação?	55,7	7,5	32,5	4,3
As instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores e de reuniões) são adequadas, em relação à infraestrutura de informática?	24,4	26,5	43,3	5,8

Fonte: Pesquisa da CPA

Desta forma, a CPA considerou atribuir ao indicador a **nota 4**.

5.2.7. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática:

No PDI está o quadro 43 com os objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura física (PDI, p. 221). A meta 163: *Adequar os espaços físicos às atividades acadêmicas-administrativas para atender as recomendações do MEC* tem como estratégias de Ação: *Adequar os espaços físicos as atividades acadêmicas administrativas para gestores setoriais, docentes e estudantes.*

A Tabela 165, apresentada no indicador 5.2.4., comprova que a instituição possui espaço físico para atividades administrativas, mas não deixa claro que esteja incluído instalações para os docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho).

Questionário aplicado aos professores enquadrados no Regime de tempo integral sobre as instalações para realização de suas atividades, apontam para os resultados apresentados na Tabela 169:

Tabela 169: Adequação das instalações para docentes de Tempo Integral

QUESTÕES	DOCENTES (em %)			
	SIM	NÃO	EM PARTE	NÃO SABE
As instalações para docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) são adequadas em relação à quantidade?	43,2	16,8	36,8	3,2
As instalações para docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) são adequadas em relação à dimensão?	47,4	15,8	34,7	2,1
As instalações para docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) são adequadas em relação à limpeza?	69,5	6,3	21,1	3,2
As instalações para docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) são adequadas em relação à iluminação?	67,4	7,4	21,1	4,2
As instalações para docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) são adequadas em relação à acústica?	37,9	26,3	31,6	4,2
As instalações para docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) são adequadas em relação à ventilação?	55,8	11,6	28,4	4,2
As instalações para docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) são adequadas em relação à segurança?	58,9	5,3	32,6	3,2
As instalações para docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) são adequadas em relação à acessibilidade?	42,1	17,9	35,8	4,2

As instalações para docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) são adequadas em relação à conservação?	50,5	5,3	40,0	4,2
As instalações para docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) são adequadas em relação à infraestrutura de informática?	29,5	22,1	46,3	2,1

Fonte: Pesquisa da CPA

As informações obtidas pela comissão apontam para o atendimento adequado ou em partes em relação ao indicador e a CPA manteve a **nota 3**.

5.2.8. Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: existência de espaço disponível para reuniões (para colegiados e departamentos):

A Tabela 170 apresenta os espaços disponíveis e utilizados pelos Centros:

Tabela 170: Áreas administrativas por Unidade da FURB 2014

Centros / Departamentos	Campus	Sala	Área Total (m²)	Área - Atendimento	Área - Direção	Área - Reuniões	Área de curso (coordenação e departamento)	
CCEAL – Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras	1	I-202	165,81	59,00	16,06	Na sala da direção		
Depto Letras Coordenação Cursos de Letras e Alemão Revista Linguagens							35,67	
Coordenação Cursos de Pedagogia e Ed. Especial							27,88	
Departamento de Educação							12,36	
Assessoria Pedagógica							7,89	
Depto Artes Coordenações Cursos de Artes Visuais, Moda, Teatro, Música, Artes Visuais (Parfor)	1	S-110 e S-111	84,55			15,29	26,14	
							42,90	
CCEN – Centro de Ciências Exatas e Naturais	1	S-228	85,70	65,75	19,56	Na sala da direção		
Depto Ciências Naturais e coordenação do curso de Ciências Biológicas							42,92	
Depto Física							28,86	
Depto Matemática e coordenação do curso de Matemática							42,92	
Depto Química e coordenação do curso de Química							S-312	43,40
							S-310	Salas prof ^{os}
Depto Sistemas e Computação e	T-210	Depto / Coordenação / Salas prof ^{os}		239,30				

Centros / Departamentos	Campus	Sala	Área Total (m ²)	Área - Atendimento	Área - Direção	Área - Reuniões	Área de curso (coordenação e departamento)
coordenação dos cursos de Sistemas de Informação e Ciências da Computação							
CCHC – Centro de Ciências Humanas e Comunicação	1	R-131	53,57	38,46	11,11	Não tem, utilizam sala de aula R-129 no período vespertino	
Depto Comunicação Social e coordenação do curso de Comunicação Social	1	R-111					20,93
Depto Ciências Sociais e Filosofia, coordenação Ciências Sociais e Ciências da Religião	1	R-112a					25,35
Depto História e Geografia e coordenação do História	1	R-112b					25,35
Depto Serviço Social e coordenação do curso de Serviço Social	1	R-112c					30,41
Curso de Ciências da Religião	1	R-130a					11,11
CCJ – Centro de Ciências Jurídicas	1	B-101	140,62	64,11	13,62	21,07 (prof ^{os})	
Depto Direito	1	B-101					16,45
Coordenação do curso	1	B-101					12,25
CCS – Centro de Ciências da Saúde	1	J-105	191,50	59,88	25,30	14,75	z
Depto Medicina e coordenação do curso de Medicina							39,38
Depto Fisioterapia e coordenação do curso de Fisioterapia							24,41
Depto Enfermagem e coordenação do curso de Enfermagem							24,25
Depto Medicina Veterinária e coordenação do curso de Medicina Veterinária							19,78 + 24,24
Reuniões	1	J-					
Depto Psicologia e coordenação do curso de Psicologia	1	J-003					37,81
Depto Educação Física e coordenação do curso de Ed. Física	1	V-205					30,24
Depto Ciências Farmacêuticas e coordenação dos cursos de Farmácia e de Biomedicina	3	A-600					35,78
Depto Odontologia e coordenação do curso de Odontologia	3	B-102					94,63

Centros / Departamentos	Campus	Sala	Área Total (m ²)	Área - Atendimento	Área - Direção	Área - Reuniões	Área de curso (coordenação e departamento)
Coordenação do curso de Nutrição	3	A-400					35,70
CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas	1	D-101	216,00	54,89	19,14+7,56 (vice)	15,64 +18,03 (prof's)	
Depto Ciências Econômicas e coordenação do curso de Ciências Econômicas							15,62
Depto Ciências Contábeis e coordenação do curso de Ciências							15,40
Depto e Coordenações dos cursos de Administração / Turismo e Lazer/ Secretariado Executivo Bilingue/ Tecnologia em Marketing e Tecnologia em Comércio Exterior							44,75
CCT – Centro de Ciências Tecnológicas	2	I-001	79,70	57,64	11,00	22,17	
Depto Arquitetura e Urbanismo e coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo	1	GA-001					48,90
Depto Engenharia Civil e coordenação do curso de Eng. Civil	2	C-002					20,00
	2	C-004	Sala de professores				106,17
Depto Engenharia Elétrica e Telecomunicações e coordenação dos cursos Eng. Elétrica e Eng. de Telecomunicações	2	F-201	Depto / Coordenação / Salas prof's				221,73
Depto Engenharia Florestal e coordenação do curso de Eng. Florestal	2	H-011					22,75
	2	diversas	Salas de professores				78,78
Depto Engenharia de Produção e Design e coordenação do curso de Eng. de Produção	2	A-002					29,50
	2	A-001	Sala de professores				54,60
Coordenação do curso de Design	2	B-002					21,32
Depto Engenharia Química e coordenação dos cursos de Eng. Química e Eng. de Alimentos	2	I-303	Depto / Coordenação / Salas prof's				197,43
ETEVI – Escola Técnica Vale do Itajaí	1	G-100 G-102	64,31	37,31	27,00	47,43 (E-001 – sala prof's)	28,51 (G-104 - Projetos)
	1	F-002					26,81 (coord. Pedag.)

Fonte: COPLAN – Sistema de Espaço Físico – 2014

No PDI, o quadro 43 apresenta os objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura física (p. 221), com a meta 163: *Adequar os espaços físicos às atividades*

acadêmicas-administrativas para atender as recomendações do MEC, com a estratégias de ação Adequar os espaços físicos as atividades acadêmicas administrativas para gestores setoriais, docentes e estudantes.

Questionário aplicado aos coordenadores de curso de graduação e aos chefes de departamentos apontam para a existência destes espaços, conforme apresentado na Tabela 171:

Tabela 171: Espaços disponíveis para reuniões dos colegiados e departamentos

Existem espaços disponíveis para reuniões dos colegiados e departamentos?	Chefe de Departamento	Coordenador de Curso de Graduação
	Freq. (%)	Freq. (%)
Sim	63,6	81,1
Não	36,4	18,9
Não Sabe	0,0	0,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

A CPA considera que a **nota 4** seja a mais apropriada ao indicador.

5.2.9. Adequação das instalações para atendimento aos discentes (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação, Protocolo de atendimento):

Questionário aplicado aos docentes da FURB apontam para a adequação das instalações para atendimento aos discentes, como pode ser observado na Tabela 172:

Tabela 172: Adequação das instalações para atendimento aos discentes

QUESTÕES	DOCENTES (em %)			
	SIM	NÃO	EM PARTE	NÃO SABE
As instalações para atendimento aos estudantes (praça de atendimento, secretarias de centros e/ou de departamentos/cursos, entre outros) são adequadas, considerando a quantidade?	56,5	7,5	27,8	8,1
As instalações para atendimento aos estudantes (praça de atendimento, secretarias de centros e/ou de departamentos/cursos, entre outros) são adequadas, considerando a dimensão?	54,5	9,0	26,7	9,9
As instalações para atendimento aos estudantes (praça de atendimento, secretarias de centros e/ou de departamentos/cursos,	73,0	2,9	15,4	8,7

QUESTÕES	DOCENTES (em %)			
	SIM	NÃO	EM PARTE	NÃO SABE
entre outros) são adequadas, considerando a limpeza?				
As instalações para atendimento aos estudantes (praça de atendimento, secretarias de centros e/ou de departamentos/cursos, entre outros) são adequadas, considerando a iluminação?	76,5	3,5	12,2	7,8
As instalações para atendimento aos estudantes (praça de atendimento, secretarias de centros e/ou de departamentos/cursos, entre outros) são adequadas, considerando a acústica?	64,3	6,4	17,7	11,6
As instalações para atendimento aos estudantes (praça de atendimento, secretarias de centros e/ou de departamentos/cursos, entre outros) são adequadas, considerando a ventilação?	70,1	3,8	18,0	8,1
As instalações para atendimento aos estudantes (praça de atendimento, secretarias de centros e/ou de departamentos/cursos, entre outros) são adequadas, considerando a segurança?	65,2	3,5	20,9	10,4
As instalações para atendimento aos estudantes (praça de atendimento, secretarias de centros e/ou de departamentos/cursos, entre outros) são adequadas, considerando a acessibilidade?	52,5	6,7	29,6	11,3
As instalações para atendimento aos estudantes (praça de atendimento, secretarias de centros e/ou de departamentos/cursos, entre outros) são adequadas, considerando a conservação?	61,2	4,6	26,4	7,8

Fonte: Pesquisa da CPA

A partir dos resultados obtidos, a CPA considera que, para o indicador deva ser **nota 4**.

5.2.10. Adequação das instalações para pleno desenvolvimento das atividades administrativas: secretaria, direção, Praça de atendimento ao estudante e Protocolo, tesouraria.

A FURB disponibiliza, como principal espaço para atendimento à comunidade universitária, a Praça de Atendimento ao Estudante, na qual são realizados atendimentos presenciais dos estudantes, principalmente no período de matrícula de calouros. Também ocorrem atendimentos virtuais, os quais podem ser acessados no Portal Acadêmico, por meio do site www.furb.br (<http://www.furb.br/web/1603/servicos/portal-academico/apresentacao>).

A Tabela 173 apresenta informações sobre as áreas administrativas e de atendimento, oriundas do Sistema de Espaço Físico (COPLAN), das Unidades Universitárias e dos Programas de Pós-graduação da FURB:

Tabela 173: Áreas administrativas por Unidade da FURB 2014

Centros / Departamentos	Campus	Sala	Área Total (m²)	Área - Atendimento	Área - Direção	Área - Reuniões	Área de curso (coordenação e departamento)
CCEAL – Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras	1	I-202	165,81	59,00	16,06	Na sala da direção	
Depto Letras Coordenação Cursos de Letras e Alemão Revista Linguagens							35,67
Coordenação Cursos de Pedagogia e Ed. Especial							27,88
Departamento de Educação							12,36
Assessoria Pedagógica							7,89
Depto Artes Coordenações Cursos de Artes Visuais, Moda, Teatro, Música, Artes Visuais (Parfor)	1	S-110 e S-111	84,55			15,29	26,14
							42,90
CCEN – Centro de Ciências Exatas e Naturais	1	S-228	85,70	65,75	19,56	Na sala da direção	
Depto Ciências Naturais e coordenação do curso de Ciências Biológicas	1	T-203					42,92
Depto Física	1	I-603					28,86
Depto Matemática e coordenação do curso de Matemática	1	S-224					42,92
Depto Química e coordenação do curso de Química	1	S-312					43,40
	1	S-310	Salas prof's				130,60
Depto Sistemas e Computação e coordenação dos cursos de Sistemas de Informação e Ciências da Computação	1	T-210	Depto / Coordenação / Salas prof's				239,30
CCHC – Centro de Ciências Humanas e Comunicação	1	R-131	53,57	38,46	11,11	Não tem, utilizam sala de aula R-129 no período vespertino	
Depto Comunicação Social e coordenação do curso de Comunicação Social	1	R-111					20,93
Depto Ciências Sociais e Filosofia, coordenação Ciências Sociais e Ciências da Religião	1	R-112a					25,35
Depto História e Geografia e coordenação do História	1	R-112b					25,35
Depto Serviço Social e coordenação do curso de Serviço Social	1	R-112c					30,41

Centros / Departamentos	Campus	Sala	Área Total (m ²)	Área - Atendimento	Área - Direção	Área - Reuniões	Área de curso (coordenação e departamento)
Curso de Ciências da Religião	1	R-130a					11,11
CCJ – Centro de Ciências Jurídicas	1	B-101	140,62	64,11	13,62	21,07 (prof ^{os})	
Depto Direito	1	B-101					16,45
Coordenação do curso	1	B-101					12,25
CCS – Centro de Ciências da Saúde	1	J-105	191,50	59,88	25,30	14,75	z
Depto Medicina e coordenação do curso de Medicina							39,38
Depto Fisioterapia e coordenação do curso de Fisioterapia							24,41
Depto Enfermagem e coordenação do curso de Enfermagem							24,25
Depto Medicina Veterinária e coordenação do curso de Medicina Veterinária							19,78 + 24,24
Reuniões	1	J-					
Depto Psicologia e coordenação do curso de Psicologia	1	J-003					37,81
Depto Educação Física e coordenação do curso de Ed. Física	1	V-205					30,24
Depto Ciências Farmacêuticas e coordenação dos cursos de Farmácia e de Biomedicina	3	A-600					35,78
Depto Odontologia e coordenação do curso de Odontologia	3	B-102					94,63
Coordenação do curso de Nutrição	3	A-400					35,70
CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas	1	D-101	216,00	54,89	19,14 + 7,56 (vice)	15,64 + 18,03 (prof^{os})	
Depto Ciências Econômicas e coordenação do curso de Ciências Econômicas							15,62
Depto Ciências Contábeis e coordenação do curso de Ciências							15,40
Depto e Coordenações dos cursos de Administração / Turismo e Lazer/ Secretariado Executivo Bilingue/ Tecnologia em Marketing e Tecnologia em Comércio Exterior							44,75

Centros / Departamentos	Campus	Sala	Área Total (m ²)	Área - Atendimento	Área - Direção	Área - Reuniões	Área de curso (coordenação e departamento)
CCT – Centro de Ciências Tecnológicas	2	I-001	79,70	57,64	11,00	22,17	
Depto Arquitetura e Urbanismo e coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo	1	GA-001					48,90
Depto Engenharia Civil e coordenação do curso de Eng. Civil	2	C-002					20,00
	2	C-004	Sala de professores				106,17
Depto Engenharia Elétrica e Telecomunicações e coordenação dos cursos Eng. Elétrica e Eng. de Telecomunicações	2	F-201	Depto / Coordenação / Salas prof ^{os}				221,73
Depto Engenharia Florestal e coordenação do curso de Eng. Florestal	2	H-011					22,75
	2	diversas	Salas de professores				78,78
Depto Engenharia de Produção e Design e coordenação do curso de Eng. de Produção	2	A-002					29,50
	2	A-001	Sala de professores				54,60
Coordenação do curso de Design	2	B-002					21,32
Depto Engenharia Química e coordenação dos cursos de Eng. Química e Eng. de Alimentos	2	I-303	Depto / Coordenação / Salas prof ^{os}				197,43
ETEVI – Escola Técnica Vale do Itajaí	1	G-100 G-102	64,31	37,31	27,00	47,43 (E-001 – sala prof ^{os})	28,51 (G-104 - Projetos)
	1	F-002					26,81 (coord. Pedag.)

Fonte: COPLAN – Sistema de Espaço Físico – 2014

Tabela 174: Áreas Administrativas e Acadêmicas dos Programas de Pós-graduação - 2014

Mestrados / Doutorados	Campus	Sala	Área (m ²)	Área - Atendimento	Área - Coordenação	Área – professores (gabinetes)	Área - Reuniões	Área estudos (acadêmicos)	Salas Exclusivas
PPG Educação (mestrado)	1	I-306	177,50	39,86	15,40	80,55 (5 salas)	35,10	-	-
PPG Administração (mestrado)	1	D-102	159,69	21,29	9,72	51,81 (8 salas)	21,29	28,30 + D-203 (26,81)	F-204 (55,41) F-206 (69,75)

Mestrados / Doutorados	Campus	Sala	Área (m ²)	Área - Atendimento	Área - Coordenação	Área – professores (gabinetes)	Área - Reuniões	Área estudos (acadêmicos)	Salas Exclusivas
PPG Ciências Contábeis (mestrado)	1	D-202	159,69	7,10 (mestr.)	8,25	85,53 (17 salas)	17,74	19,35	D-401 (26,81)
PPG Ciências Contábeis e Administração (doutorado)				8,20 (doutor.)					F-202 (34,32)
PPG Desenvolvimento Regional (mestrado/doutorado)	1	R-308 R-310 R-312	260,40	18,00	Na sala do professor	95,17 (6 salas)	-	121,94 (grupos)	-
PPG Química (mestrado)	1	Não tem uma área específica. Os professores utilizam as salas de professores do Depto de Química, assim como o coordenador. A secretaria utiliza um espaço no CCEN.							-
PPG Ensino de Ciências Naturais e Matemática (mestrado)	1	Não tem uma área específica. Os professores utilizam as salas de professores dos Deptos de cursos, assim como o coordenador. A secretaria utiliza um espaço no CCEN.							-
PPG Engenharia Ambiental (mestrado)	2	I-103	58,04	29,17	17,87	-	-		-
		I-102	59,11	-	-	-	-	59,11	-
PPG Engenharia Elétrica (mestrado)	2	F-201	Não tem uma área específica. Utilizam a estrutura do Depto. O coordenador utiliza a sala da vice direção do centro.						-
PPG Engenharia Florestal (mestrado)	2	H-013	Não tem uma área específica. Utilizam a estrutura do Depto.						-
PPG Engenharia Química (mestrado)	2	I-202	59,11	29,17	17,87	Utilizam a estrutura do Depto.			-

Fonte: COPLAN – Sistema de Espaço Físico – 2014.

O PDI apresenta objetivos e metas relacionadas à atendimento, a saber:

- Objetivo XXII: *Consolidar as ações de atendimento ao estudante, com a ação estratégica de divulgar atividades de atendimento aos estudantes pela CAE;*
- Objetivo XVIII: *Consolidar as ações da Ouvidoria, cuja meta relacionada é a 71: Monitorar e avaliar, semestralmente, a efetividades das ações e encaminhamentos da Ouvidoria, com a ação Melhorar a infraestrutura tecnológica da Ouvidoria (protocolo de ocorrências e de solução e relatórios);*

- A meta 76: *Institucionalizar o PIPA, com a ação elaborar protocolo de encaminhamento para o serviço de AEE aos docentes e coordenadores;*

Em relação à Tesouraria o atendimento é centralizado na Divisão de Administração Financeira (DAF), cujas instalações contam com 141,49 m² (mais 33,75 m² para a negociação), que estão adequadas a necessidade institucional.

Quanto a existência de protocolo de atendimento, no período avaliado não foi encontrado nenhum registro. Questionários aplicados aos docentes resultam nos dados da Tabela 175:

Tabela 175: Protocolo no atendimento ao estudante

Há registro de protocolo no atendimento ao estudante (Protocolo de Atendimento)?	Docente	
		Freq. (%)
	Sim	20,9
	Não	14,2
	Em Parte	8,1
	Não Sabe	56,8
	Total	100,0

Com relação ao indicador, a CPA considerou que a Instituição está fazendo além do referencial mínimo de qualidade e manteve a **nota 3**.

5.2.11. Adequação das instalações às condições de acesso para as pessoas com deficiência (rampas com inclinação adequada, elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais de estacionamento de acordo com as exigências legais, piso podotátil, braile nas placas de sinalização, elemento sonoro de aviso de senhas de atendimento e andares no elevador, outros):

No Relatório Institucional de Atividades 2014 apresenta-se o quadro Acessibilidade, o qual aponta algumas ações institucionais, relativas à determinadas estruturas, com o intuito de promover acesso às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Quadro 24: Acessibilidade arquitetônica para atendimento de pessoas com deficiência

Estrutura	Acesso	Fragilidade(s) apontada(s)
Estacionamentos	Vagas reservadas para pessoas com deficiência e idosos	O número de vagas reservadas é pequeno/ insuficiente; A pintura demarcatória de vaga está bastante deteriorada e a sinalização não está padronizada de acordo com a norma; Em alguns casos há cones impedindo que o próprio usuário deficiente estacione na vaga reservada; O piso dos estacionamentos são irregulares e as peças de concreto dificultam a mobilidade.
Prédios	Elevadores e rampas nos locais onde há deslocamento de deficientes	O número de elevadores para acesso aos blocos R, S, T e complexo esportivo é pequeno/ insuficiente para o fluxo de alunos; No caso de não funcionamento do elevador há necessidade de apoio veicular para transportar as pessoas com deficiência; A maior parte das rampas não possui inclinação adequada, não atendendo à Norma;
	Banheiros adaptados para deficientes	Alguns blocos possuem sanitários adaptados para pessoas com deficiência; entretanto na maioria dos blocos do campus 1 são inexistentes. Alguns dos sanitários adaptados existentes localizam-se no último box, dificultando o acesso ao cadeirante, especialmente pela largura insuficiente para deslocamento de cadeirante; Observou-se (in loco) a presença de móveis e material de limpeza na área destinada à transferência do cadeirante para bacia sanitária; O sentido de abertura de portas em desacordo com a NBR; Alguns sanitários exclusivos com bacia sanitária hospitalar (abertura frontal), proibida pela Norma.
	Corrimãos em rampas e escadas	As rampas existentes avaliadas no campus 1 não tem a inclinação adequada de acordo com a norma, e ainda nem todas possuem corrimão. As escadas e rampas necessitam de adequação dos corrimãos para duas alturas.
	Indicação através do piso Podotátil.	Alguns blocos possuem sinalização com piso tátil, entretanto descontinuada e sem relação com a sinalização.
	Bebedouros	Há poucos bebedouros com dois níveis de altura;
	Braile	A sinalização em Braille existe somente nos painéis dos elevadores.
Calçadas	Indicação através do piso Podotátil.	A sinalização com piso tátil é descontinuada no campus 1, não interligando espaços importantes como a biblioteca, por exemplo.

Fonte: elaborado pela CPA, com base no diagnóstico de acessibilidade realizado pela COPLAN.

Tabela 176: Vagas de Estacionamentos

Campus	Acadêmicos			Professores / Servidores			Carga e Descarga	TOTAL
	Geral	Deficientes	Idosos	Geral	Deficientes	Idosos		
1	312	9	17	221	5	12	10	586
Bloco M	138	1	-					139
Galpão Arq.	18	1	-					19
2	278	3	15	78	1	5	-	380
3	157	8	11	35	-	-	1 (ônibus)	211
5	Ambulatório	Hosp. Universit.	Biotério	Hosp. Veterinário				
	67	160	24	41				292

Fonte: Plantas de Implantação do Setor de Projetos DAC / Organizada por COPLAN – Espaço Físico

A FURB visa o atendimento da NBR 9050 e, em seu PDI propõe metas e ações, com prazos estabelecidos, mostrando que o referencial mínimo de qualidade está sendo atendido. A meta 164 propõe Adequar o espaço físico para atendimento dos discentes deficientes, com várias ações previstas para implantação até o ano de 2015.

Questionários aplicados aos estudantes e servidores com deficiência declarada apontam para adequação das condições de acesso às pessoas com mobilidade reduzida, ou em partes, como pode ser observado na Tabela 177, Tabela 178, Tabela 179, Tabela 180, Tabela 181, Tabela 182, Tabela 183 e Tabela 184:

Tabela 177: Adequação das rampas de acesso para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

As rampas de acesso têm as condições adequadas (inclinação, patamares e corrimãos) para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida?	Estudante com Deficiência Declarada	Servidor com Deficiência Declarada
	Freq. (%)	Freq. (%)
Sim	33,3	0,0
Não	0,0	0,0
Em Parte	50,0	0,0
Não Sabe	16,7	100,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Tabela 178: Adequação da dimensão dos elevadores para acesso e manobras com cadeiras de rodas

Os elevadores apresentam dimensões adequadas para acesso e manobras com cadeiras de rodas?	Estudante com Deficiência Declarada	Servidor com Deficiência Declarada
	Freq. (%)	Freq. (%)
Sim	66,7	100,0
Não	0,0	0,0
Em Parte	16,7	0,0
Não Sabe	16,7	0,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Tabela 179: Adaptação das instalações sanitárias para utilização de pessoas com deficiência

As instalações sanitárias adaptadas apresentam condições adequadas para utilização por pessoa com deficiência (barras de apoio, largura e abertura de portas, altura de lavatórios, área de manobra, área de chuveiros)?	Estudante com Deficiência Declarada	Servidor com Deficiência Declarada
	Freq. (%)	Freq. (%)
Sim	66,7	100,0
Não	16,7	0,0
Em Parte	16,7	0,0
Não Sabe	0,0	0,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Tabela 180: Adequação das vagas de estacionamento reserva para pessoas com deficiência

As vagas de estacionamento reservadas para pessoas com deficiência estão adequadas de acordo com as exigências legais (identificação, dimensionamento, localização)?	Estudante com Deficiência Declarada	Servidor com Deficiência Declarada
	Freq. (%)	Freq. (%)
Sim	50,0	100,0
Não	16,7	0,0
Em Parte	0,0	0,0
Não Sabe	33,3	0,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Tabela 181: Adequação da sinalização horizontal para pessoas com deficiência visual

A sinalização horizontal (podotátil) está adequada para pessoas com deficiência visual?	Estudante com Deficiência Declarada	Servidor com Deficiência Declarada
	Freq. (%)	Freq. (%)
Sim	33,3	0,0
Não	16,7	0,0
Em Parte	33,3	0,0
Não Sabe	16,7	100,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Tabela 182: Adequação da sinalização dos ambientes para pessoas com deficiência

A sinalização vertical tátil e/ou visual (identificação de ambientes) está adequada para pessoas com deficiência?	Estudante com Deficiência Declarada	Servidor com Deficiência Declarada
	Freq. (%)	Freq. (%)
Sim	50,0	0,0
Não	16,7	0,0
Em Parte	16,7	0,0
Não Sabe	16,7	100,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Tabela 183: Adequação da sinalização sonora em áreas de atendimento para pessoas com deficiência

A sinalização sonora de aviso de senhas em áreas de atendimento está adequada para pessoas com deficiência visual?	Estudante com Deficiência Declarada	Servidor com Deficiência Declarada
	Freq. (%)	Freq. (%)
Sim	16,7	0,0
Não	16,7	0,0
Em Parte	50,0	0,0
Não Sabe	16,7	100,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Tabela 184: Adequação da sinalização sonora nos elevadores para pessoas com deficiência

A sinalização sonora nos elevadores está adequada para pessoas com deficiência?	Estudante com Deficiência Declarada	Servidor com Deficiência Declarada
	Freq. (%)	Freq. (%)
Sim	0,0	0,0
Não	33,3	0,0
Em Parte	33,3	0,0
Não Sabe	33,3	100,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Diante das evidências, a CPA considerou a **nota 3** a mais apropriada ao indicador.

5.2.12. Adequação do espaço físico às atividades de extensão:

Conforme citado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011 “Salvo raras exceções, como Arte na Escola (no Bloco S), Feiras da Matemática (Ed. Cristina) e a ITCP (Bloco L) não há espaço físico exclusivo para extensão. Os trabalhos dos extensionistas, de modo geral, são realizados em locais comuns a outras atividades (espaço administrativo, laboratórios e salas de aula)”. (p. 172).

No Balanço Crítico (2014) a instituição registrou que, a partir do desenvolvimento do PDEFI, implantará a política de consulta prévia de espaço físico para qualquer projeto de pesquisa e/ou extensão vinculado à instituição que necessite de novo espaço físico ou adaptação do existente (inclusive pela chegada de equipamentos, alteração de rede de infraestrutura).

Questionário aplicado aos docentes e estudantes extensionistas da FURB (com base nos registros do SIPEX) apontam para adequação parcial do espaço físico para as atividades de extensão, como pode ser observado na Tabela 185:

Tabela 185: Adequação do espaço físico para as atividades de extensão

O espaço físico para as atividades de extensão são adequadas?	Docente Extensionista	Estudante Extensionista
	Freq. (%)	Freq. (%)
Sim	29,5	41,9
Não	18,2	19,4
Em Parte	43,2	35,5
Não Sabe	9,1	3,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Diante dos fatos de que a instituição está implantando o seu PDEFI, e que nele existe a preocupação com os espaços de pesquisa e extensão, que alguns segmentos (artes e matemática) possuem espaços exclusivos e que a visão dos alunos extensionistas, destes espaços, foram satisfatória, a CPA manteve a **nota 3** para o indicador.

5.2.13. Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa:

No Relatório Institucional de Atividades 2014 pode-se verificar a infraestrutura de ensino e pesquisa, apesar de não ficar claro a quantidade de laboratórios específicos para pesquisa.

Quadro 25: Laboratórios utilizados por curso (2014)

Centro / Departamento	Curso	Laboratórios utilizados por Curso
Centro de Ciências da Educação		
Departamento de Artes	Teatro	Lab. de Teatro (3 ambientes); Lab. de Dança; Lab. de Gravura; Projeto Arte na Escola (extensão);
	Artes Visuais	Lab. de Cerâmica; Lab. de Gravura; Lab. de Escultura; Projeto Arte na Escola (extensão); Lab. de Fotografia; Lab. de Criação; Lab. de Informática.
	Música	Laboratórios de Música (5 ambientes).
Departamento de Letras	Letras – Inglês/Espanhol/Alemão	Lab. de Idiomas; Núcleo de Estudos Linguísticos (extensão).
	Letras – Licenciatura em Alemão	Lab. de Idiomas; Núcleo de Estudos Linguísticos (extensão).
Departamento de Educação	Pedagogia	Lab. de Cerâmica; Lab. de Escultura;

		Brinquedoteca; Lab. de Música; Lab. de Instrumentação de Ensino, NEEM – Núcleo de Estudos de Ensino da Matemática; Projeto Arte na Escola (extensão)
	Educação Especial	Brinquedoteca; Projeto Arte na Escola (extensão)
Centro de Ciências Exatas e Naturais		
Departamento de Ciências Naturais	Ciências Biológicas	Lab. de Anatomia (diversos ambientes); Lab. de Biotecnologia e Micropropagação Vegetativa; Lab. de Bioquímica; Lab. de Botânica; Lab. de Fisiologia; Lab. de Geociências; Lab. de Genética; Lab. de Histotécnica; Lab. de Imunologia; Lab. de Microscopia (2 ambientes); Lab. de Microbiologia; Lab. de Parasitologia; lab. de Taxidermia; Lab. de Zoologia; Herbário; Biotério (diversos ambientes); Lab. de Instrumentação de Ensino; Parque das Nascentes; Parque Natural Municipal São Francisco de Assis.
Departamento de Matemática	Matemática	Lab. de Matemática; NEEM – Núcleo de Estudos de Ensino da Matemática; Projeto Arte na Escola (extensão).
Departamento de Química	Química	Lab. de Análise Têxtil; Lab. de Físico-química; Lab. de Química Orgânica; Lab. de Química Analítica; Lab. de Química Geral (2 ambientes); Lab. de Química Inorgânica; Lab. de Alimentos; Lab. de Colorimetria; Lab. de Beneficiamento Têxtil; Pesquisa (3 ambientes); Lab. de Ensaio Físico-químicos; Lab. de Análise Instrumental (3 ambientes); Lab. de Física Experimental (2 ambientes)
Departamento de Sistemas e Computação	Sistemas de Informação	Lab. de Computação e Informática; lab. de Ensino-Aprendizagem (7 ambientes); Lab. de Redes de Computadores; Lab. de Robótica; Lab. de Qualidade de Software; Lab. de Computação Gráfica e Entretenimento Digital.
	Ciências da Computação	Lab. de Computação e Informática; lab. de Ensino-Aprendizagem (7 ambientes); Lab. de Redes de Computadores; Lab. de Robótica; Lab. de Qualidade de Software; Lab. de Computação Gráfica e Entretenimento Digital; Lab. de Eletrônica.
Centro de Ciências Humanas e Comunicação		
Departamento de Ciências Sociais e Filosofia	Ciências Sociais	
	Ciências da Religião	

Departamento de Comunicação	Comunicação Social	Lab. de Vídeo; Lab. de Áudio; Lab. de Criação; Agência Experimental; Lab. de Fotografia; Lab. de Fotografia Digital.
	Jornalismo	Curso em implantação
Departamento de História e Geografia	História	CEMOP – Centro de Memória Oral e Pesquisa; Lab. de Geoprocessamento; Projeto Arte na Escola (extensão)
Departamento de Serviço Social	Serviço Social	
Moda (Custo Gerencial)	Moda	Lab. de Cerâmica; Lab. de Escultura; Lab. de Gravura; Lab. de Criação; Lab. de Áudio; Lab. de Vídeo; Lab. de Fotografia; Lab. de Tecnologia de Confecção; Lab. de Tecnologia de Costura; Lab. de Computação Gráfica; Lab. de Engenharia Têxtil.
Centro de Ciências Jurídicas		
Departamento de Direito	Direito	Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)
Centro de Ciências da Saúde		
Departamento de Educação Física e Desportos	Educação Física	Lab. de Anatomia (diversos ambientes); Lab. de Ergonomia e Cineantropometria; Ginásio-escola, Ginásio de Esportes, Pista de Atletismo, Campo de Futebol, Sala de Musculação, Sala de Ginástica e Dança; Piscinas.
Departamento de Ciências Farmacêuticas	Farmácia	Ambulatório Universitário; Lab. de Análises Clínicas; Lab. de Anatomia (diversos ambientes); Lab. de Bioquímica; Lab. de Bioquímica Clínica; Lab. de Botânica; Lab. de Farmacognosia; Lab. de Pesquisa em Farmacologia; Lab. de Genética; Lab. de Físico-química; Lab. de Hematologia e Citologia Clínica; Lab. de Imunologia Clínica e Microbiologia Clínica; Lab. de Microscopia; lab. de Microbiologia, Parasitologia e Imunologia; Lab. de Química Analítica; Lab. de Química Farmacêutica; Lab. de Química Geral; Lab. de Química Inorgânica; Lab. de Tecnologia Farmacêutica; Lab. de Farmacodinâmica; Lab. de Química Farmacêutica; Lab. Pesquisa em Produtos Naturais; Lab. de Pesquisa em Bioanálises; Lab. de Habilidades.
	Nutrição	Lab. de Anatomia (diversos ambientes); Lab. de Alimentos; Lab. de Análises Clínicas; Lab. de Bioquímica; Lab. de Genética; Lab. de Imunologia; lab. Microbiologia; Lab. de Microscopia; Lab. de Parasitologia; Lab. de Pesquisa em

		Farmacologia; Lab. de Processamento de Alimentos; Técnica Dietética e Gastronomia.
	Biomedicina	Lab. de Anatomia (diversos ambientes); Lab. de Alimentos; Lab. de Bioquímica Clínica; Lab. de Microscopia; Lab. de Hematologia e Citologia; Lab. de Habilidades; Lab. de Química Farmacêutica.
Departamento de Fisioterapia	Fisioterapia	Clínica-escola de Fisioterapia; Lab. de Fisioterapia em Cardiorrespiratório; Lab. de Ortopedia e Traumatologia; Lab. de Neurologia; Lab. de Eletrotermofototerapia; Lab. de Anatomia; Piscina; Lab. de Cinesioterapia; Lab. de Fisioterapia Neurológica Experimental; Lab. de Habilidades.
Departamento de Medicina	Medicina	Hospital Regional Universitário; Ambulatório Universitário; Lab. de Anatomia; Lab. de Técnica Cirúrgica e Anestésica; Lab. de Análises Clínicas; Lab. de Bioquímica; Lab. de Genética; Lab. de Habilidades; Lab. de Imunologia; Lab. de Microbiologia; lab. de Anatomia Patológica; Lab. de Parasitologia; lab. de Microscopia; Lab. de Pesquisas em Bioanálise; Lab. de Tecnologia farmacêutica; Lab. de Pesquisa em Farmacologia.
Medicina Veterinária (não tem departamento)	Medicina Veterinária	Hospital Escola Veterinário; Lab. de Análises Clínicas; lab. de Bioquímica; Lab. de Farmacodinâmica; Lab. de Genética; Lab. de Hematologia e Citologia; Lab. de Imunologia; Lab. de Microbiologia; Lab. de Imunologia e Parasitologia Clínica; Lab. de Microscopia; Lab. de Parasitologia.
Departamento de Enfermagem	Enfermagem	Lab. de Habilidades; Lab. de Anatomia (diversos ambientes); Lab. de Genética; Lab. de Microbiologia; Lab. de Microscopia.
Departamento de Psicologia	Psicologia	Ambulatório Universitário; Lab. de Anatomia; Lab. de Dinâmica de Grupo; Lab. de Psicologia Experimental; Psicometria; Lab. de Farmacodinâmica; Núcleo de Práticas Jurídicas.
Departamento de Odontologia	Odontologia	Clínicas Odontológicas (4 ambientes); Clínica Cirúrgica; Lab. de Ortodontia; Lab. de Prótese; Clínica Radiológica (3 ambientes); Promoção de Saúde Bucal; Lab. de Apoio; Lab. de Escultura Dental (2 ambientes); Odontologia Preventiva; Central de Esterilização; Banco de dentes;

		lab. de Bioquímica; Lab. de Imunologia; Lab. de Microbiologia; Lab. de Microscopia; Lab. de Parasitologia; Lab. de Pesquisa em Farmacologia;
Centro de Ciências Sociais Aplicadas		
Departamento de Administração Turismo (não tem departamento)	Administração	
	Tecnologia em Comércio Exterior	
	Tecnologia em Marketing	
	Secretariado Executivo Bilíngue	Lab. de Idiomas.
	Turismo e Lazer*	
Departamento de Contabilidade	Ciências Contábeis	
Departamento de Economia	Ciências Econômicas	
Centro de Ciências Tecnológicas		
Departamento de Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura e Urbanismo	Lab. de Conforto Ambiental; Lab. de Projetação; Lab. de História; Diapoteca; Maquetaria (2 ambientes); Lab. de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto Aplicado à Análise Ambiental; lab. de Geociências; Lab. de Hidráulica e Instalações Hidrossanitárias; Lab. de Topografia e Cartografia; Lab. de Computação Científica; Pesquisa (NEUR).
Departamento de Engenharia de Produção e Design	Design	Maquetaria; Lab. de Informática para Produção e Design; Ergonomia; Lab. de Fotografia; Lab. de Computação Científica.
	Engenharia de Produção	Lab. de Ergonomia; Lab. de Informática para Produção e Design; Lab. de Física Experimental; Lab. de Química Analítica; Lab. de Química Geral; lab. de Química Inorgânica; Lab. de Reciclagem; Lab. de Ciência dos Materiais; Lab. de Computação Científica.
Departamento de Engenharia Civil	Engenharia Civil	Lab. de Geomecânica e Fundações; Lab. de Materiais; Lab. de Mecânica dos Sólidos e Estruturas; Lab. de Hidráulica e Instalações Prediais; Lab. de Geologia de Engenharia; Lab. de Solos e Geotecnia; Lab. de Topografia; Lab. de Computação Científica, Lab. de Química (diversos ambientes); Lab. de Física Experimental.
Departamento de Engenharia Elétrica e Telecomunicações	Engenharia Elétrica	Lab. de Máquinas Elétricas; Lab. de Automação e Controle; Lab. de Eletrônica

		de Potência; Lab. de Qualidade de Energia Elétrica; Lab. de Redes Convergentes; Lab. de Alta Tensão; Lab. de Análise de Óleos; Lab. de Acionamentos Elétricos; Lab. de Energias Alternativas; Lab. de Propagação e Antenas; Lab. de Eficiência Energética; Lab. de Telecomunicações; Lab. Física Experimental; Lab. de Computação Científica;
	Engenharia de Telecomunicações	Lab. de Máquinas Elétricas; Lab. de Automação e Controle; Lab. de Eletrônica de Potência; Lab. de Qualidade de Energia Elétrica; Lab. de Redes Convergentes; Lab. de Acionamentos Elétricos; Lab. de Energias Alternativas; Lab. de Propagação e Antenas; Lab. de Eficiência Energética; Lab. de Telecomunicações; Lab. Física Experimental; Lab. de Computação Científica;
	Engenharia Mecânica	Curso em implantação
Departamento de Engenharia Florestal	Engenharia Florestal	Lab. de Biotecnologia e Micropropagação Vegetal; Lab. de Botânica; Lab. de Dendrologia; Lab. de Colheitas, Estradas e Transporte Florestal; Lab. de Geoprocessamento e Georeferenciamento; Lab. de Mensuração Florestal; Lab. de Monitoramento e Proteção Florestal; Lab. de Processos de Industrialização da Madeira; Lab. de Silvicultura; Lab. de Solos Florestais; Lab. de Economia Florestal; Lab. de Secagem da Madeira; Lab. Multiuso (2 ambientes); Inventário Florístico-florestal de Santa Catarina; Lab. Computação Científica; Lab. de Genética; Lab. de Geociências; Lab. de Microscopia; Lab. de Zoologia.
Departamento de Engenharia Química	Engenharia Química	Lab. de Fenômenos de Transporte; Lab. de Operações Unitárias e Reatores Químicos; Lab. de Fluidodinâmica Computacional; Lab. de Termodinâmica; Lab. de Verificação e Validação; Lab. de Desenvolvimento de Processos; Lab. de Controle de Processos; Lab. de Engenharia Bioquímica; Lab. de Engenharia Têxtil; Lab. de Processamento de Alimentos; Lab. Química Geral e Inorgânica; Lab. de Química Orgânica; Lab. de Físico-química; Computação Científica.
	Engenharia de Alimentos	Lab. de Alimentos; Lab. de Controle de Processos; Lab. de Ensaio de Microbiologia; Lab. de Físico-Química; Lab. de Fluidodinâmica Computacional; Lab. de Operações Unitárias e Reatores; Lab. de Processamento de Alimentos; Lab. de Processos de Transferência; Lab. de

		Termodinâmica; Lab. de Verificação e Validação; Lab. Química Geral e Inorgânica; Lab. de Química Orgânica; Lab. de Química Analítica; Computação Científica.
--	--	--

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2014.

* A universidade dispõe de laboratórios de informática comuns a todos os cursos (1.164,30m²). Todos os cursos utilizam as salas de aula de forma compartilhada, bem como a estrutura do Complexo Desportivo para atividades de Práticas Desportivas e os Auditórios em cada campus.

Conforme citado no indicador 5.2.12., a instituição compromete-se que, a partir do desenvolvimento do PDEFI, implantar a política de consulta prévia de espaço físico para qualquer projeto de pesquisa e/ou extensão vinculado à instituição que necessite de novo espaço físico ou adaptação do existente (inclusive pela chegada de equipamentos, alteração de rede de infraestrutura).

Questionário aplicado aos docentes e estudantes pesquisadores da FURB (com base nos registros do SIPEX) apontam para adequação parcial do espaço físico para as atividades de extensão, como pode ser observado na Tabela 186:

Tabela 186: Adequação do espaço físico para as atividades de pesquisa

O espaço físico para as atividades de pesquisa são adequadas?	Docente Pesquisador	Estudante Pesquisador
	Freq. (%)	Freq. (%)
Sim	37,9	36,1
Não	19,7	11,3
Em Parte	40,9	50,5
Não Sabe	1,5	2,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Diante das evidências, a CPA considera que a instituição atende o referencial mínimo de qualidade e mantém a **nota 3** para o indicador.

5.2.14. Existência e adequação de espaço de convívio e de alimentação da comunidade acadêmica (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação):

No Relatório Institucional de Atividades 2014 apresenta-se o detalhamento da área (m²) por tipo de utilização. Nesta tabela observa-se que existem espaços de convivência, porém não traz o tipo de ambiente em questão.

Tabela 187: Detalhamento da área (m²) por tipo de utilização (2011-2014) ¹

CAMPI	2012			2013*			2014		
	Qtde.	Área Útil	% Área/Campus	Qtde.	Área Útil	% Área/Campus	Qtde.	Área Útil	% Área/Campus
Campus I	1.492	54.657,44	100	1.519	60.825,14	100	1.518	60.996,63	100
1. Ensino	140	9.373,14	17,15	149	9.874,19	16,23	148	9.793,6	16,06
2. Ensino Específico	41	3.742,39	6,85	39	3.654,85	6,01	36	3587,7	5,8
3. Administrativo	388	9528,1	17,43	400	10.152,73	16,69	398	10.321,25	16,92
4. Laboratórios	187	10.402,13	19,03	197	15.509,46	25,50	194	15.445,51	25,32
5. Lab. de Inform.	10	1.022,35	1,87	9	886,84	1,46	9	886,84	1,45
6. Lab. de Inform. Específico de Cursos	5	329,04	0,60	7	486,38	0,80	7	486,38	0,80
7. Salas Docentes	26	588,55	1,08	27	619,18	1,02	31	689,07	1,13
8. Auditórios	4	559,98	1,02	4	559,98	0,92	4	559,98	0,92
9. Salas de Reunião	7	171,58	0,31	7	175,33	0,29	7	175,33	0,29
10. Inst. Sanitárias	166	2.253,70	4,12	166	2.253,70	3,71	166	2253,7	3,69
11. Áreas Convivência	17	856,94	1,57	17	859,77	1,41	15	783,04	1,28
12. Outros	497	15.450,70	28,27	493	15.413,89	25,34	499	15.635,39	25,63
13. Eventos	4	378,84	0,69	4	378,84	0,62	4	378,84	0,62
Campus II *	496	15.248,32	100	503	15.249,21	100	497	15.231,75	100
1. Ensino	39	2.274,72	14,92	41	2.271,58	14,90	41	2.267,68	14,89
2. Ensino Específico	4	338,18	2,22	4	338,18	2,22	4	338,18	2,22
3. Administrativo	85	3.950,77	25,91	89	3.956,44	25,95	86	3.931,13	25,81
4. Laboratórios	124	3.959,69	25,97	124	3.959,69	25,97	122	4.041,18	26,53
5. Lab. de Inform.	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Lab. de Inform. Específico de Cursos	10	740,41	4,86	10	740,41	4,86	9	680,58	4,47
7. Salas Docentes	4	78,77	0,52	4	78,77	0,52	4	73,40	0,48
8. Auditórios	1	131,4	0,86	1	131,40	0,86	1	131,40	0,86
9. Salas de Reunião	3	62,68	0,41	3	62,98	0,41	2	45,52	0,30

10. Inst. Sanitárias	42	518,14	3,40	42	518,14	3,40	42	518,14	3,40
11. Áreas Convivência	8	256,14	1,68	8	256,14	1,68	7	248,84	1,63
12. Outros	175	2.839,92	18,62	176	2.837,98	18,61	178	2.858,20	18,76
13. Eventos	1	97,5	0,64	1	97,50	0,64	1	97,50	0,64
Campus III**	261	8.756,87	100	260	8.736,16	100	260	8.736,16	100
1. Ensino	16	1.229,3	14,04	18	1.369,88	15,68	17	1.290,58	14,77
2. Ensino Específico	2	173,19	1,98	2	25,79	0,30	2	25,79	0,30
3. Administrativo	15	552,03	6,30	13	411,45	4,71	24	988,63	11,32
4. Laboratórios	88	3.566,43	40,73	87	3.519,93	40,29	69	3.135,24	35,89
5. Lab. de Inform.	0	0	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
6. Lab. de Inform. Específico de Cursos	9	497,88	5,69	9	497,88	5,70	0	0,00	0,00
7. Salas Docentes	5	86,06	0,98	5	86,06	0,99	4	67,22	0,77
8. Auditórios	0	0	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
9. Salas de Reunião	0	0	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
10. Inst. Sanitárias	26	290,04	3,31	26	290,04	3,32	26	290,04	3,32
11. Áreas Convivência	3	240,87	2,75	3	240,87	2,76	3	240,87	2,76
12. Outros	97	2.121,07	24,22	97	2.294,26	26,26	98	2.313,10	26,48
13. Eventos				0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Campus V	378	7.134,12	100	393	7.221,85	100	383	7.046,49	100
1. Ensino	6	287,45	4,03	5	255,75	3,54	6	284,05	4,03
2. Ensino Específico	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
3. Administrativo	36	738,86	10,36	36	725,86	10,05	39	696,83	9,89
4. Laboratórios	172	3.372,31	47,27	172	3.344,37	46,31	161	3.265,53	46,34
5. Lab. de Inform.	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
6. Lab. de Inform. Específico de Cursos	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
7. Salas Docentes	0	0,00	0,00	1	31,70	0,44	1	11,30	0,16
8. Auditórios	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
9. Salas de Reunião	6	97,39	1,37	7	103,39	1,43	8	144,69	2,05
10. Inst. Sanitárias	52	441,18	6,18	57	489,34	6,78	47	406,66	5,77
11. Áreas Convivência	10	132,72	1,86	12	159,22	2,20	13	189,57	2,69
12. Outros	96	2.064,21	28,93	103	2.112,22	29,25	108	2.047,86	29,06
13. Eventos				0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Campus VI	4	602	100	4	602	100	4	602	100
3. Administrativo	4	602	100,00	4	602	100	4	602	100

TOTAL	2.631	86.398,75	-	2.679	92.634,36	-	2.662	92.613,03	-
-------	-------	-----------	---	-------	-----------	---	-------	-----------	---

Fonte: Sistema Espaço Físico – 2013 (informações em 31/12)

Observações: ¹ Em todos os somatórios estão incluídas as subdivisões internas dos ambientes.

* 2013 – A partir deste ano estão incluídos, no campus I os ambientes de duas edificações locadas, Ed. Cristiana e Galpão do curso de Arquitetura e Urbanismo.

** Inclui: Nos laboratórios estão a Clínica Odontológica e o Ambulatório de Fisioterapia

Legenda:

1. Ensino = Salas de aula;
2. Ensino Específico = Bibliotecas, monitorias; salas especiais de mestrados
3. Administrativo = Espaços de administração;
4. Laboratórios = Laboratórios, Ginásios, Campo de futebol;
5. Lab. de Informática = laboratórios de informática
6. Lab. de Inform. Específico de Cursos = laboratório de uso específico de um curso
7. Sala Docentes = sala de professores (grupo e individuais)
8. Auditórios
9. Salas de reuniões
10. Inst. Sanitárias = sanitários e vestiários
11. Áreas de Convivência = Refeitórios, copas, cantinas, cozinhas;
12. Outros = Depósitos, garagens cobertas, áreas concedidas, área complementar predial, circulações, oficina;
13. Eventos = espaços destinados a exposições e eventos.

O PDI apresenta a meta 154: *Executar reformas e obras diversas nos diversos campi e novos espaços, tendo como estratégia de ação revitalizar e criar novos espaços de convivência, com prazo final estabelecido para o ano de 2015 (p. 224).*

Questionário aplicado aos servidores e estudantes, apontam para a adequação dos espaços de convivência nos campi, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir:

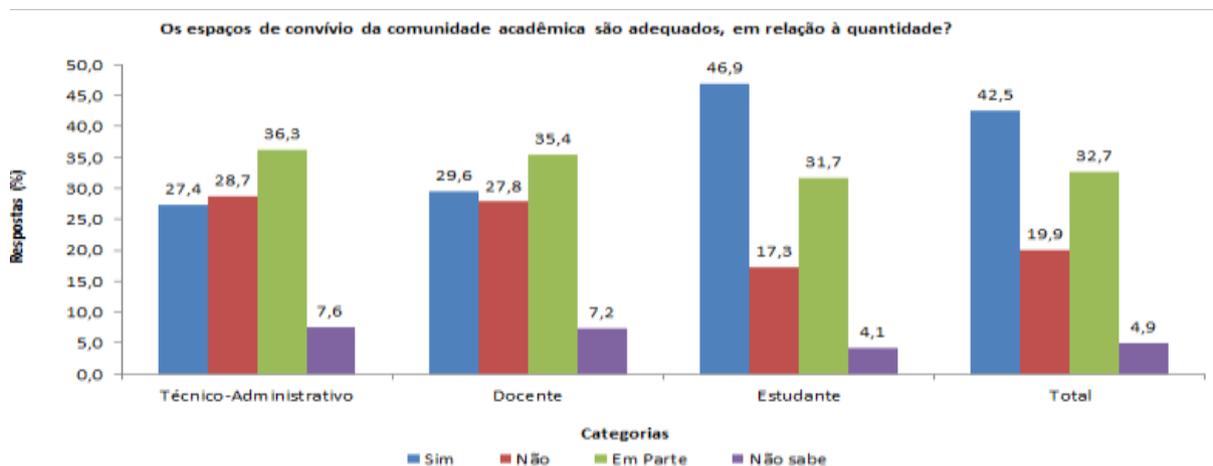


Gráfico 43: Adequação da quantidade de espaços de convívio da comunidade acadêmica

Fonte: Pesquisa da CPA

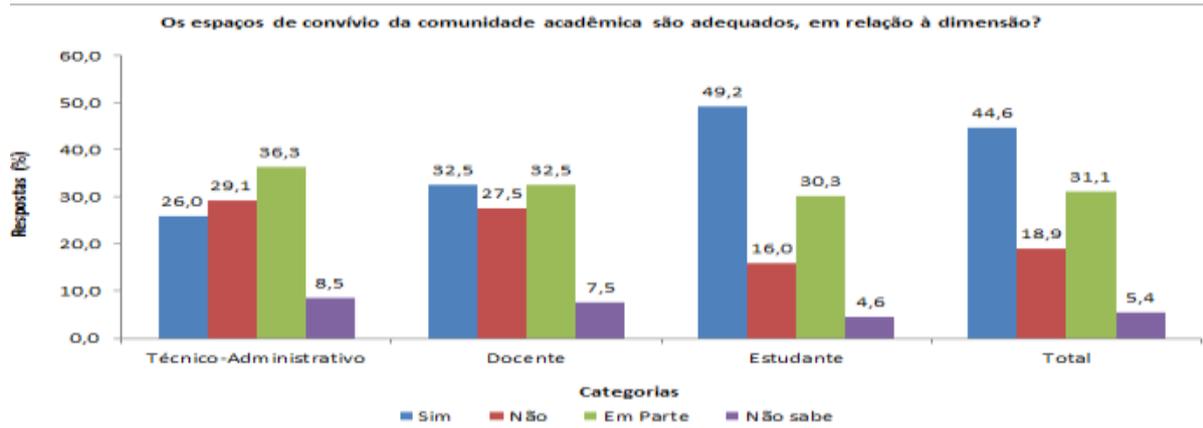


Gráfico 44: Adequação da dimensão dos espaços de convívio da comunidade acadêmica
Fonte: Pesquisa da CPA

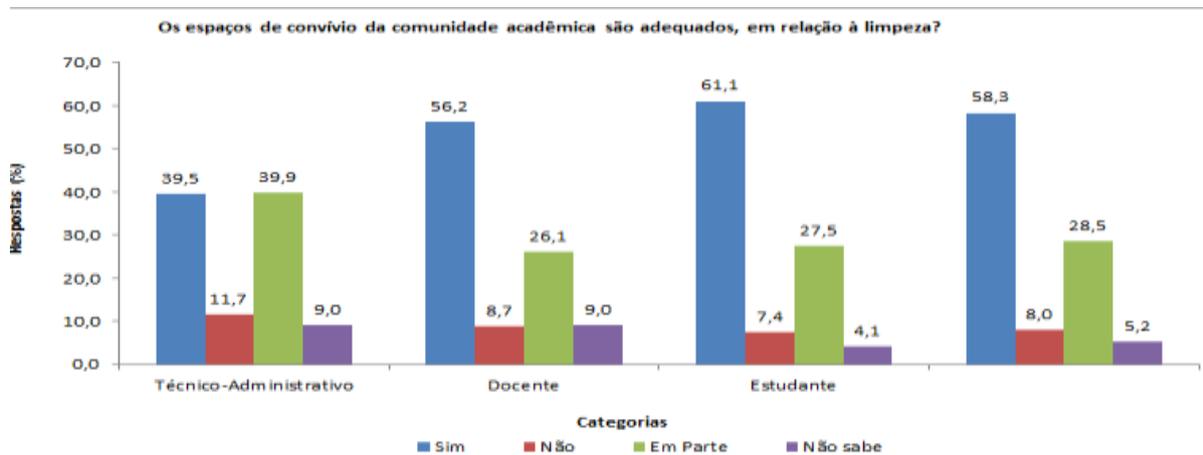


Gráfico 45: Adequação da limpeza dos espaços de convívio da comunidade acadêmica
Fonte: Pesquisa da CPA

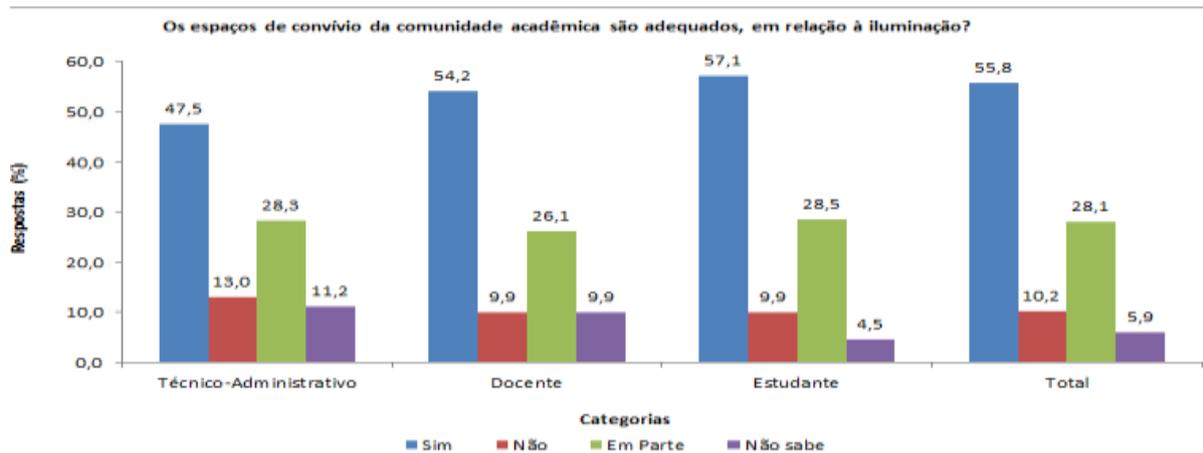


Gráfico 46: Adequação da iluminação dos espaços de convívio da comunidade acadêmica
Fonte: Pesquisa da CPA

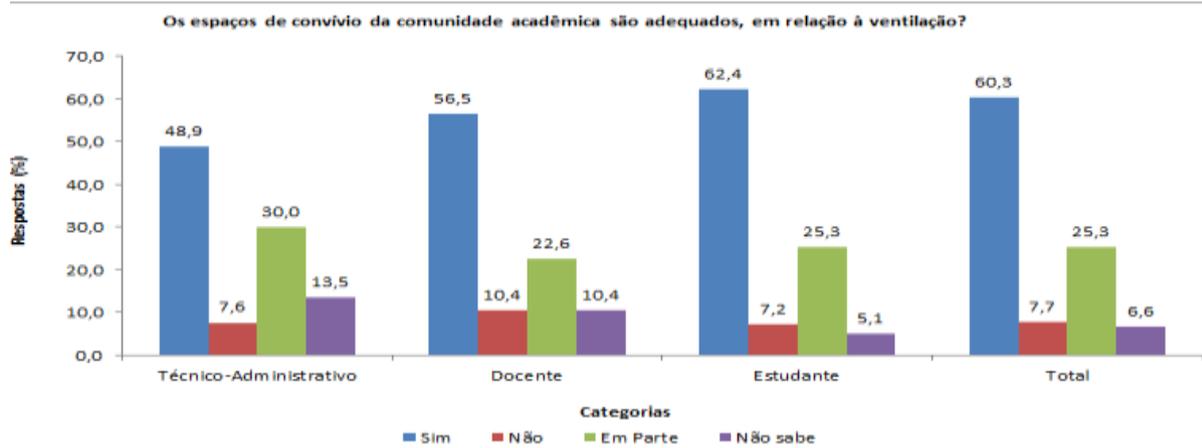


Gráfico 47: Adequação da ventilação dos espaços de convívio da comunidade acadêmica
Fonte: Pesquisa da CPA

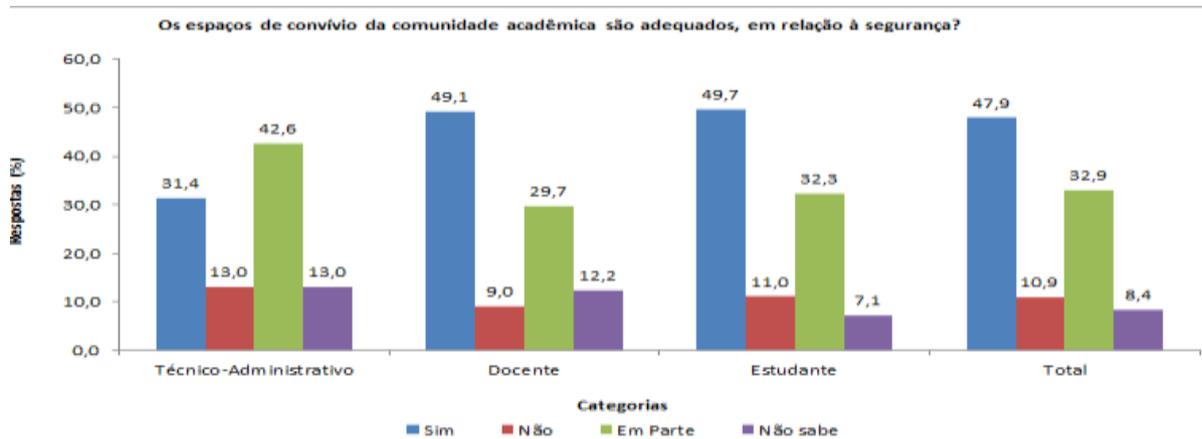


Gráfico 48: Adequação da segurança dos espaços de convívio da comunidade acadêmica
Fonte: Pesquisa da CPA

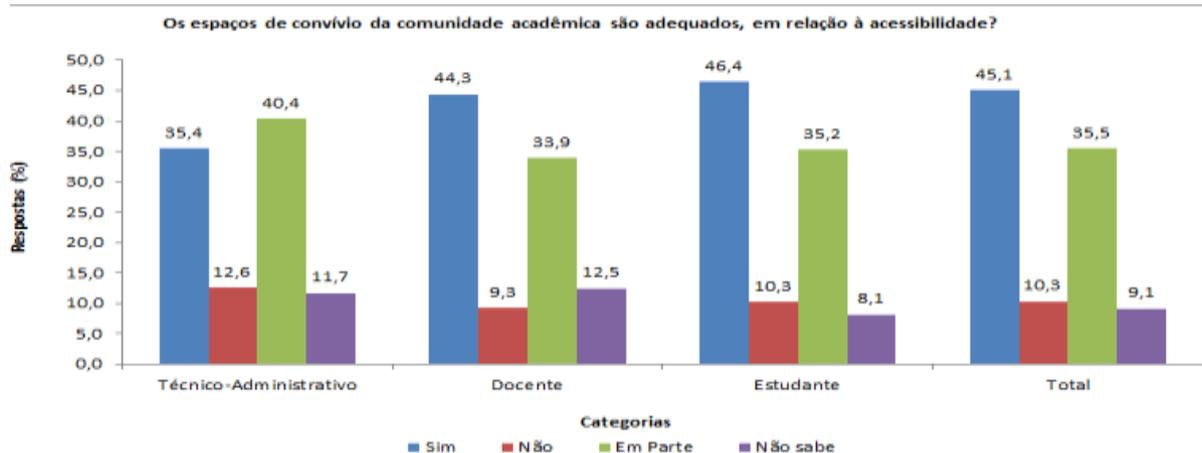


Gráfico 49: Adequação da acessibilidade dos espaços de convívio da comunidade acadêmica
Fonte: Pesquisa da CPA

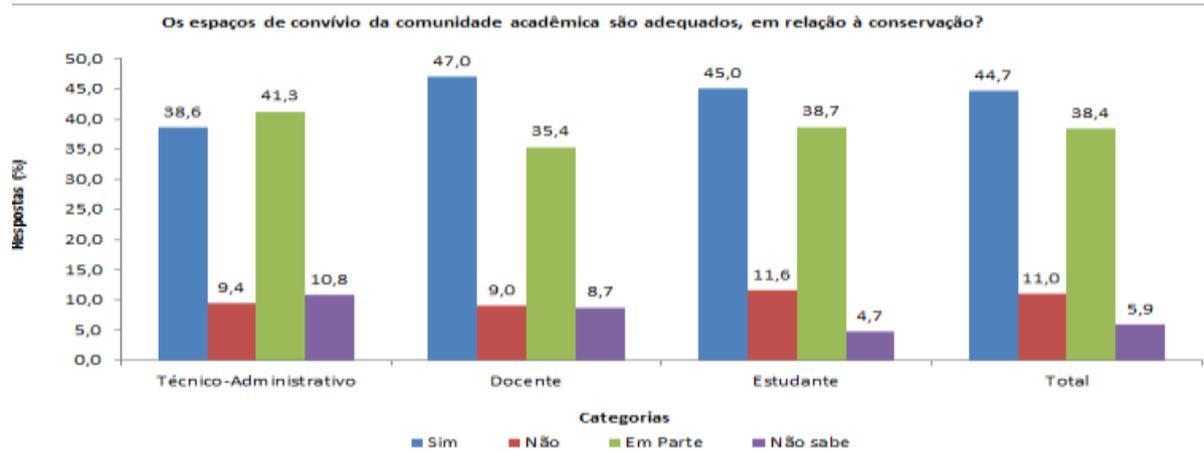


Gráfico 50: Adequação da conservação dos espaços de convívio da comunidade acadêmica
Fonte: Pesquisa da CPA

Visitas *in loco* mostram evolução na qualidade dos espaços de alimentação (cantinas e restaurantes) nos diversos aspectos observados (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação). No período foi criado o Restaurante Universitário (RU), desejo antigo da comunidade acadêmica.

A CPA considera que a instituição está atendendo apenas ao referencial mínimo de qualidade. Assim, manteve-se a **nota 3** para o indicador.

5.2.15. Coerência entre o número de estudantes e a capacidade de laboratórios existentes (de acordo com as normas de segurança):

No PDI consta a meta 162: *Institucionalizar a Política de Segurança*, cuja estratégia de ação é *estabelecer e aprovar a política de segurança, especialmente normatização para segurança de laboratórios e instalações especiais da FURB*, com prazo final em 2015 (p. 225).

De acordo com os contatos realizados pela CPA para entender as normas de segurança (com professores que atuam nos laboratórios e a chefia da DAC), observa-se que o número de estudantes *é compatível com a capacidade dos laboratórios existentes*. Segundo as opiniões obtidas, não há normativas de segurança que definam esses limites, *a quantidade de estudantes por laboratório é decidida em conjunto com os responsáveis por cada Laboratório, com a anuência da Segurança do Trabalho*. Leva-se em conta para essa definição, não somente a área de cada Laboratório, mas quantos estudantes podem ser atendidos com qualidade e com segurança durante as aulas práticas.

Questionário aplicado aos coordenadores de curso de graduação apontam para a coerência entre o número de estudantes nos laboratórios e as normas de segurança, como pode ser observado na Tabela 188:

Tabela 188: Coerência entre o número de estudantes nos laboratórios e as normas de segurança

O número de estudantes nos laboratórios da FURB é coerente com a capacidade dos mesmos (de acordo com as normas de segurança)?	Coordenador de Curso de Graduação	
		Freq. (%)
Sim		56,8
Não		16,2
Em Parte		21,6
Não Sabe		5,4
Total		100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Diante dos fatos, a CPA manteve a **nota 3** para o indicador.

5.2.16. Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação):

Conforme apresentado no indicador 5.2.14., o Relatório Institucional de Atividades 2014 apresenta o detalhamento da área (m²) da FURB por tipo de utilização. Observa-se a quantidade de instalações sanitárias por campus, não havendo nenhuma informação com relação aos aspectos utilizados como parâmetro de avaliação, tais como dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

No PDI (p. 225) consta a meta 164: *Adequar o espaço físico para atendimento dos discentes deficientes*, com a estratégia de ação *Adequar a funcionalidade das instalações sanitárias aos usuários deficientes (altura da pia, No que tange à abertura de portas, etc.)*, mostrando uma preocupação institucional com relação a acessibilidade aos banheiros.

Questionário aplicado aos servidores da FURB e aos estudantes apontam para a adequação das instalações sanitárias, cujos resultados podem ser observados nos gráficos a seguir:

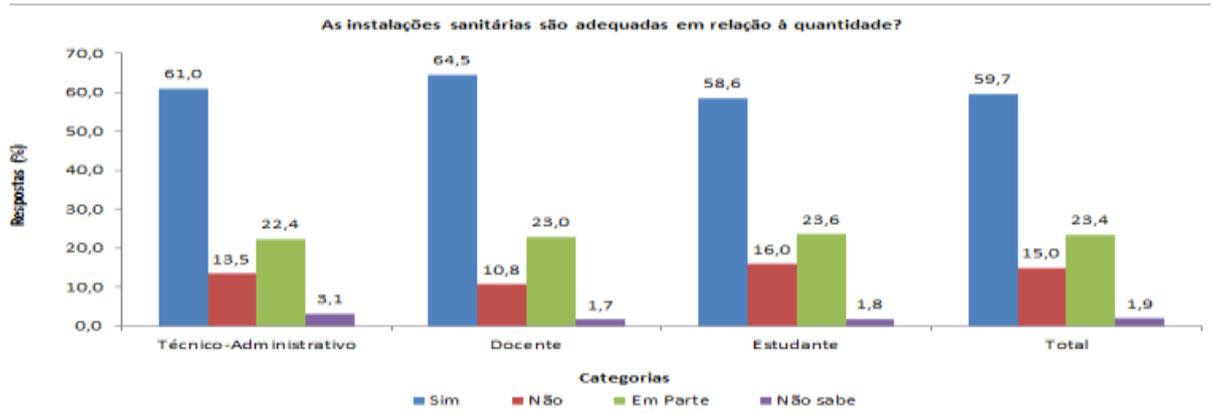


Gráfico 51: Adequação das instalações sanitárias, em relação à quantidade.

Fonte: Pesquisa da CPA

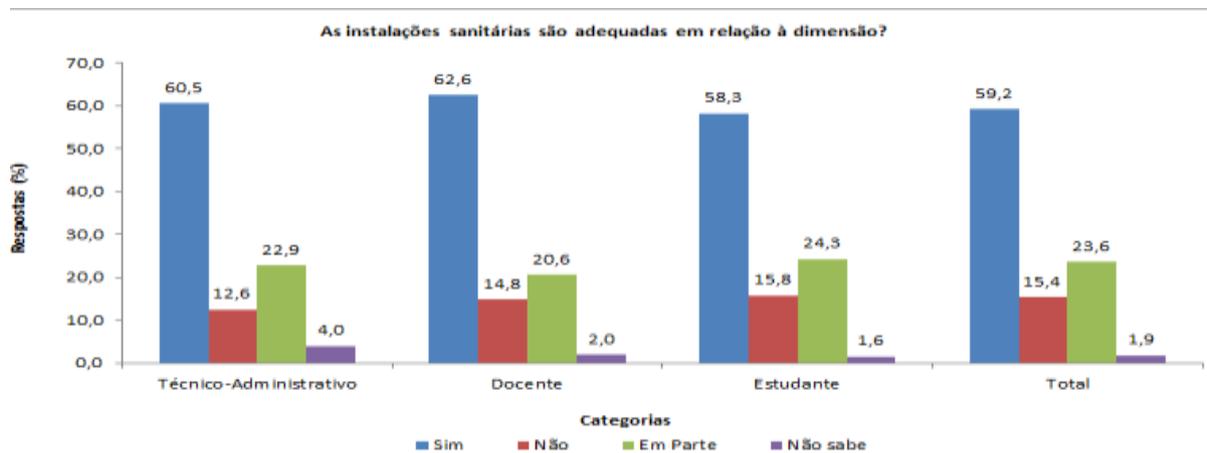


Gráfico 52: Adequação das instalações sanitárias, em relação à dimensão.

Fonte: Pesquisa da CPA

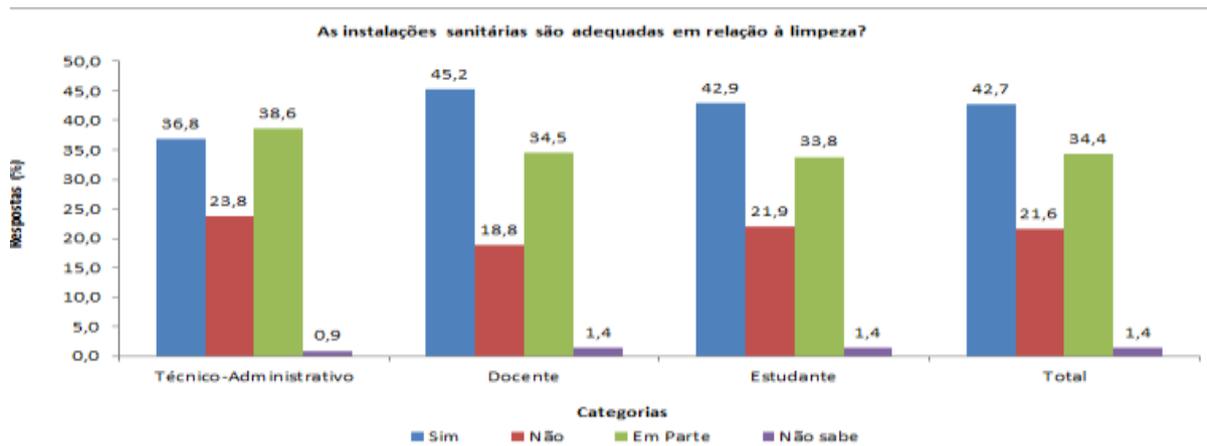


Gráfico 53: Adequação das instalações sanitárias, em relação à limpeza.

Fonte: Pesquisa da CPA

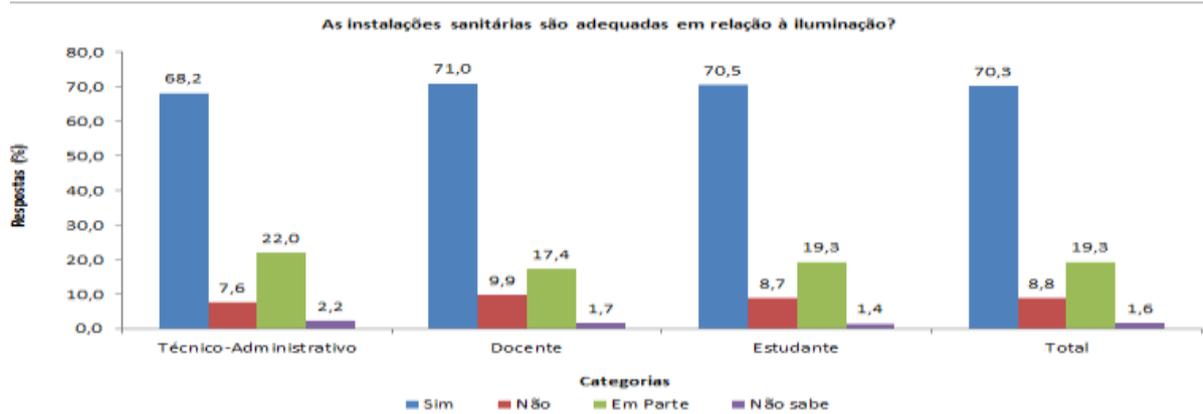


Gráfico 54: Adequação das instalações sanitárias, em relação à iluminação.

Fonte: Pesquisa da CPA

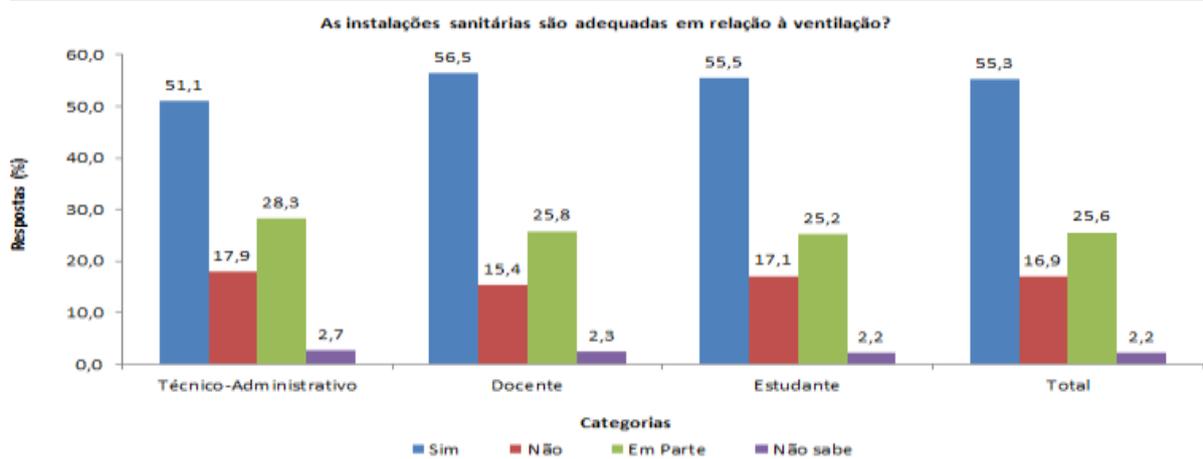


Gráfico 55: Adequação das instalações sanitárias, em relação à ventilação.

Fonte: Pesquisa da CPA

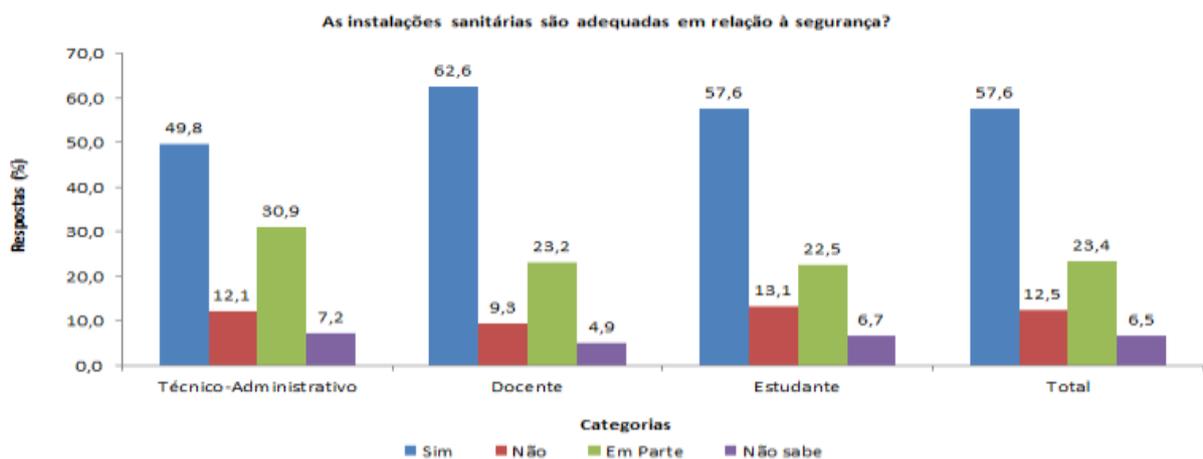


Gráfico 56: Adequação das instalações sanitárias, em relação à segurança.

Fonte: Pesquisa da CPA

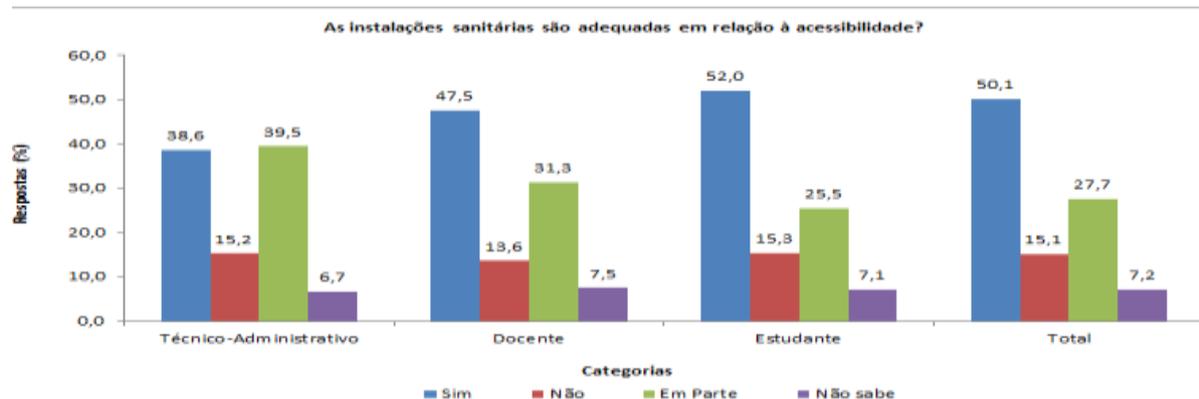


Gráfico 57: Adequação das instalações sanitárias, em relação à acessibilidade.

Fonte: Pesquisa da CPA

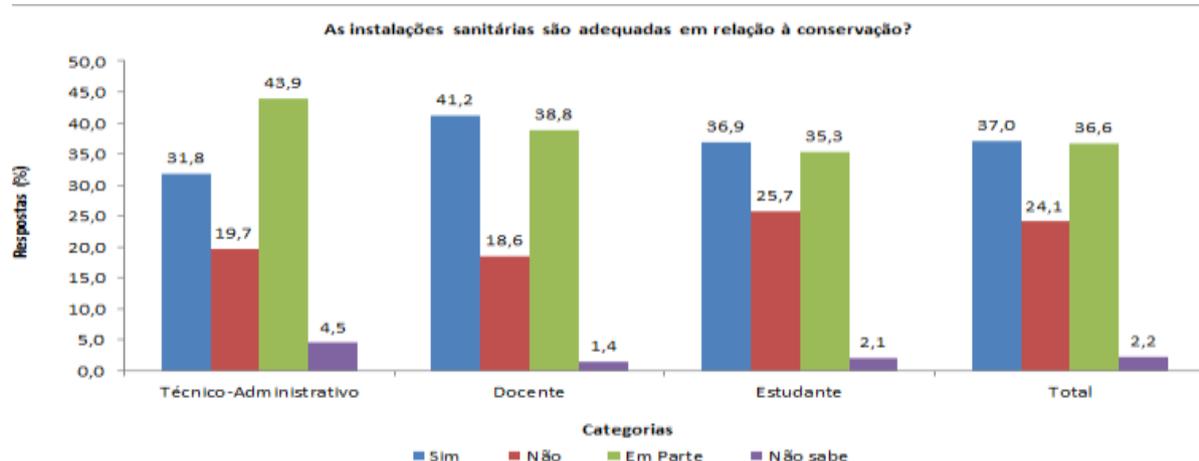


Gráfico 58: Adequação das instalações sanitárias, em relação à conservação.

Fonte: Pesquisa da CPA

A CPA considerou que a instituição no indicador continua atendendo apenas o referencial mínimo de qualidade, considerando **nota 3**.

5.2.17. Adequação da infraestrutura destinada à CPA.

O Art. 6º da Resolução nº 14/2005, alterada pela Resolução nº 20/2005 mostra que o processo de Avaliação Institucional está sob a responsabilidade das seguintes instâncias:

- I – CPA, como órgão coordenador e sistematizador do processo de autoavaliação da Instituição;
- II – Coordenadoria de Planejamento - COOPLAN, como órgão da administração responsável por assessorar a CPA no desenvolvimento das ações necessárias para implementar o processo de Avaliação Institucional da Universidade.
- III – Reitoria, no sentido de disponibilizar recursos humanos especializados, condições físicas, materiais e equipamentos, bem como o acesso às informações necessárias à realização dos trabalhos da CPA.

Os membros da CPA entendem que a infraestrutura oferecida à comissão é adequada, como pode ser observado na Tabela 189:

Tabela 189: Adequação da infraestrutura destinada à CPA

A infraestrutura destinada à CPA é adequada?	Membro da Comissão Própria de Avaliação - CPA
	Freq. (%)
Sim	50,0
Não	12,5
Em Parte	37,5
Não Sabe	0,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

A **nota 4** é coerente para o indicador.

5.3. Neste grupo de indicadores a CPA apresenta a sua percepção sobre as **Instalações gerais: EQUIPAMENTOS**.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
5.3. Instalações gerais: equipamentos						
5.3.1. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.				X		
5.3.2. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos chefes de departamentos, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.				X		
5.3.3. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos docentes, com equipamentos de informática próprio ou da FURB				X		
5.3.4. Adequação da infraestrutura de informática, com acesso à internet e intranet e em número suficiente ao pleno desenvolvimento das atividades dos estudantes (ensino, pesquisa e extensão).				X		
5.3.5. Recursos audiovisuais e de multimídia em número suficiente para atender as necessidades docentes no desenvolvimento de suas atividades.					X	
5.3.6. Rede de comunicação (internet e intranet) com porte				X		

compatível com as atividades administrativas desenvolvidas.						
5.3.7. Adequação dos equipamentos e mobiliários às pessoas com deficiência:				X		
5.3.8. Adequação dos equipamentos audiovisuais, de informática e dos laboratórios específicos, às atividades de ensino.				X		
5.3.9. Adequação dos equipamentos de informática e dos laboratórios específicos às atividades de pesquisa.				X		
5.3.10. Adequação dos equipamentos às atividades de extensão.				X		
5.3.11. Existência de equipamentos de segurança na FURB, principalmente disponíveis nos laboratórios e instalações especiais.					X	

5.3.1. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso, com equipamentos de informática próprio ou da FURB:

Em visita *in loco*, os componentes da CPA observaram que a maioria dos coordenadores de curso possuem equipamentos de informática, cedidos pela FURB, com acesso à internet em quantidade adequada ao desenvolvimento das atividades de coordenação. Alguns docentes utilizam seus próprios equipamentos (notebooks), também com acesso à internet.

Questionário aplicado aos coordenadores de curso mostram que o acesso à internet é adequado ou em partes para o desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso.

Tabela 190: Adequação do acesso à internet ao desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso

O acesso à internet, com equipamentos de informática próprios ou da FURB, é adequado ao desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso?	Coordenador de Curso de Graduação	
		Freq. (%)
Sim		37,8
Não		27,0
Em Parte		35,1
Não Sabe		0,0
Total		100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

No PDI estão dispostos objetivos, metas e estratégias de ações relacionados à Infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (p. 233 e 234), cujo principal resultado a ser alcançado é a qualificação, tanto dos equipamentos quanto dos serviços de informática da instituição, com previsão de implantação até 2015.

Diante das evidências, a CPA entende que para o indicador deva ser mantida a **nota 3**.

5.3.2. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos chefes de departamentos, com equipamentos de informática próprio ou da FURB:

Em visita *in loco*, os componentes da CPA observaram que a maioria dos chefes de departamento possuem equipamentos de informática, cedidos pela FURB, com acesso à internet em quantidade adequada ao desenvolvimento das atividades de gestão setorial. Alguns docentes utilizam seus próprios equipamentos como ferramenta de trabalho (notebooks), também com acesso à internet.

Questionário aplicado aos chefes de departamento mostra que o acesso à internet é parcialmente adequado para o desenvolvimento de suas atividades, como pode ser observado na Tabela 191:

Tabela 191: Adequação do acesso à internet ao desenvolvimento das atividades dos chefes de departamento

O acesso à internet, com equipamentos de informática próprios ou da FURB, é adequado ao desenvolvimento das atividades dos chefes de departamento?	Chefe de Departamento
	Freq. (%)
Sim	18,2
Não	36,4
Em Parte	45,5
Não Sabe	0,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

No PDI são apresentados os objetivos, metas e estratégias de ações relacionados à Infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, cujo principal resultados a ser alcançado é a qualificação tanto dos equipamentos e quanto dos serviços de informática da instituição, com previsão de implantação até 2015 (p. 233 e 234).

Assim, a CPA entende que, para o indicador, deva ser mantida a **nota 3**.

5.3.3. Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos docentes, com equipamentos de informática próprio ou da FURB:

5.3.4. Adequação da infraestrutura de informática, com acesso à internet e intranet e em número suficiente ao pleno desenvolvimento das atividades dos estudantes (ensino, pesquisa e extensão):

A FURB disponibiliza sinal de internet sem fio (*wi-fi*) para estudantes e professores para uso nos diversos espaços da Universidade (salas de aulas, biblioteca, pátios, entre outros). Além de manter laboratórios de informática de uso comum aos diversos cursos para apoiar o desenvolvimento das atividades acadêmicas, a FURB conta com dois Ambientes Virtuais de Aprendizagem, o AVA1 e o AVA2, cuja diferença principal está na interatividade do estudante com o professor, com os monitores, com o conteúdo, entre outros, por meio da ferramenta. Questionário aplicado aos docentes e estudantes apontam para os seguintes resultados (Tabela 192 e Tabela 193):

Tabela 192: Adequação do acesso à internet ao desenvolvimento das atividades dos docentes

O acesso à internet, com equipamentos de informática próprios ou da FURB, é adequado ao desenvolvimento das atividades dos docentes?	Docente	
		Freq. (%)
Sim		17,7
Não		38,8
Em Parte		42,9
Não Sabe		0,6
Total		100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Tabela 193: Adequação da infraestrutura de informática ao desenvolvimento das atividades dos estudantes

A infraestrutura de informática (acesso à internet) é adequada ao pleno desenvolvimento das atividades dos estudantes (ensino, pesquisa e extensão)?	Estudante	
		Freq. (%)
Sim		19,7
Não		45,6
Em Parte		32,3
Não Sabe		2,5
Total		100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Em visita *in loco* ao Campus II, no qual são ofertados os cursos de engenharias, foi observado que existem equipamentos de informática, cedidos pela própria instituição, com acesso à internet e intranet, cuja infraestrutura tecnológica é mantida pelos estudantes mediante a cobrança de crédito na mensalidade. Ambientes semelhantes à esse, da mesma natureza, não são encontrados nos demais campi.

No PDI constam objetivos, metas e estratégias de ações relacionados à Infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, cujo prazo para implantação é 2015 (p. 233 e 234).

Diante dos fatos, a CPA entende que, para os indicadores, deve ser mantido a **nota 3**.

5.3.5. Recursos audiovisuais e de multimídia em número suficiente para atender as necessidades docentes no desenvolvimento de suas atividades:

Na maioria das salas de aulas existem projetores multimídia com telas para projeção fixos, bem como caixas de som. Em caso de falha dos equipamentos, a FURB dispõe de um setor denominado *Ambientes de Aprendizagem*, vinculado à Divisão de Modalidades de Ensino (DME), que visa atender as demandas dos docentes no desenvolvimento de suas atividades.

No PDI consta o objetivo XLI: *Consolidar ações de manutenção preventiva e de conservação das instalações físicas*, com a meta 148: *definir um processo sistemático de manutenção dos ambientes de aprendizagem (espaço físico)*, cuja estratégia de ação é *Atualizar, em termos de tecnologia, os projetores multimídia* (PDI, p. 222), demonstrando uma prática institucionalizada. Questionário aplicado aos professores apontam para a adequação dos recursos disponíveis, conforme pode ser observado na Tabela 194:

Tabela 194: Disponibilidade de recursos audiovisuais e de multimídia para as atividades docentes

Os recursos audiovisuais e de multimídia disponíveis são suficientes para atender as necessidades docentes no desenvolvimento de suas atividades (considerar o período 2012-2014)?	Docente
	Freq. (%)
Sim	45,5
Não	17,7
Em Parte	34,8
Não Sabe	2,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Diante das evidências, a CPA considerou a **nota 4** para o indicador.

5.3.6. Rede de comunicação (internet e intranet) com porte compatível com as atividades administrativas desenvolvidas:

O Relatório Institucional de Atividades 2014 apresenta o número de computadores da instituição, bem como notebooks particulares conectados e computadores em rede, como pode ser observado na Tabela 195:

Tabela 195: Infraestrutura de informática (2012-2014)

Atividade	Descrição	Quantidades		
		2012	2013	2014*
Atividade Fim: Ensino	Computadores para ensino	1.503	1.371	1.425
	Notebooks/Equipamentos particulares conectados via Wireless[1]	3.935	5.493	9.327
	% computadores em rede	99,9	99,9	99,9
Atividade Fim: Pesquisa/ Extensão/ Preparação Ensino	Computadores em laboratórios de pesquisa	204	186	219
	Computadores para outras atividades fim	225	187	182
	% computadores em rede	99,8	99,8	99,9
Atividade Meio: Administrativo	Computadores	1.340	1.396	1.467
	% computadores em rede	100	99,9	99,9
TOTAL	Computadores	3.276	3.140	3.153
	Notebooks/Equipamentos particulares conectados via Wireless[2]	3.935	5.493	9.327
	Computadores em rede	7.211	8.633	12.480
	% computadores em rede	99,9	99,9	99,9

Fonte: DTI E DGDP (PROAD)/ COPLAN –BI

[1] Notebooks particulares conectados simultaneamente em pico de acesso.

[2] Notebooks particulares conectados simultaneamente em pico de acesso.

Estes dados demonstram a existência de redes de comunicação (internet e intranet), as quais atendem as diversas atividades realizadas na FURB. No Balanço Crítico (2014), a gestão admite que atualmente o porte da rede não é compatível e descreve projetos técnicos que objetivam a expansão e melhorias da mesma. Essas melhorias estão previstas como metas e estratégias de ação no PDI (revisão 2013/2014) cuja vigência vai até 2015.

Questionário aplicado à gestão superior e setorial e aos servidores técnico-administrativos mostram que a rede de comunicação atende parcialmente as necessidades institucionais, como pode ser observado no Gráfico 59:

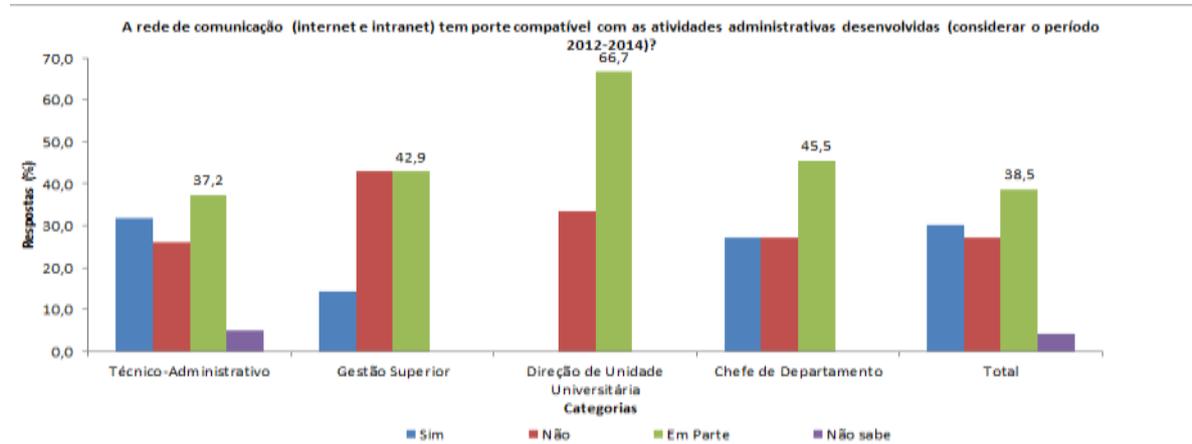


Gráfico 59: Adequação da rede de comunicação para as atividades administrativas

Fonte: Pesquisa da CPA

Diante dos fatos, a CPA considera que a rede de comunicação para as atividades administrativas atende apenas o referencial mínimo de qualidade, mantendo a **nota 3** para o indicador.

5.3.7. Adequação dos equipamentos e mobiliários às pessoas com deficiência:

No PDI encontra-se o objetivo XLIII: *Consolidar ações de melhoria na segurança e saúde da comunidade universitária*, com a meta 164: *Adequar o espaço físico para atendimento dos discentes deficientes*, que dentre as estratégias de ação está *adequar equipamentos e mobiliário às necessidades dos discentes deficientes*, com prazo previsto de implantação até 2015 (p. 224).

No Balanço Crítico (2014), a gestão registrou que foram realizadas algumas adaptações no mobiliário, em coadjuvação entre os cursos de Design, Arquitetura e Urbanismo, e a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE), executadas de acordo com a demanda.

A opinião dos estudantes e servidores com deficiência pode ser observada na Tabela 196:

Tabela 196: Adequação dos equipamentos e mobiliários às pessoas com deficiência

Os equipamentos e mobiliários são adequados para as pessoas com deficiência (considerar o período 2012-2014)?	Estudante com Deficiência Declarada	Servidor com Deficiência Declarada
	Freq. (%)	Freq. (%)
Sim	50,0	100,0
Não	0,0	0,0
Em Parte	33,3	0,0
Não sabe	16,7	0,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

A CPA considera que a instituição atende ao referencial mínimo de qualidade, definindo **nota 3** para o indicador.

5.3.8. à 5.3.10: Adequação dos equipamentos:

- audiovisuais, de informática e dos laboratórios específicos, às atividades de ensino (5.3.8.);
- de informática e dos laboratórios específicos às atividades de pesquisa (5.3.9.);
- às atividades de extensão (5.3.10.):

Questionário aplicado aos docentes (de modo geral), pesquisadores e extensionistas apontam para uma adequação dos equipamentos No que tange ao ensino e extensão, e parcial quanto à pesquisa, conforme pode ser observado na Tabela 197:

Tabela 197: Adequação dos equipamentos audiovisuais, de informática e laboratórios específicos

QUESTÕES	DOCENTES (em %)			
	SIM	NÃO	EM PARTE	NÃO SABE
Os equipamentos audiovisuais, de informática e dos laboratórios específicos são adequados para as atividades de ensino?	40,0	18,0	38,0	4,1
Os equipamentos audiovisuais, de informática e dos laboratórios específicos são adequados para as atividades de pesquisa?	24,2	18,2	54,5	3,0
Os equipamentos audiovisuais, de informática e dos laboratórios específicos são adequados para as atividades de extensão?	38,6	13,6	36,4	11,4

Fonte: Pesquisa da CPA

Diante dos fatos, a CPA infere que a **nota 3** seja a mais adequada.

5.3.11. Existência de equipamentos de segurança na FURB, principalmente disponíveis nos laboratórios e instalações especiais:

No PDI consta o Objetivo XLIII: *Consolidar ações de melhoria na segurança e saúde da comunidade universitária*, tendo com meta 162: *Institucionalizar a Política de Segurança*, com estratégia de ação *estabelecer e aprovar a política de segurança, especialmente normatização para segurança de laboratórios e instalações especiais da FURB*, com prazo de 2015.

Entrevista aplicada a Chefia da DAC confirma que todos os laboratórios são providos de equipamentos básicos de segurança necessários. Em visita *in loco*, os membros da CPA observaram que a maioria dos ambientes possuem extintores de incêndio, luz/sinalização de emergência, hidrantes, lava-olhos e chuveiros de emergência nos laboratórios, entre outros.

Diante dos fatos, a comissão entendeu que para o indicador deve ser mantida a **nota 4**.

5.4. Neste grupo de indicadores a CPA procurou apresentar a sua percepção sobre as Instalações gerais: SERVIÇOS

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
5.4. Instalações gerais: serviços						
5.4.1. Práticas de manutenção e conservação (próprio e/ou terceirizado) do espaço físico consolidadas e em funcionamento.				X		
5.4.2. Práticas consolidadas e em funcionamento de manutenção e conservação dos equipamentos (próprio e/ou terceirizado).				X		
5.4.3. Existência na FURB de apoio logístico para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas (reservas e distribuição de equipamentos de informática, audiovisuais e multimídia; organização e reprodução de materiais didáticos; transporte para as atividades de campo).					X	
5.4.4. Sinalização para facilitar o deslocamento interno.				X		
5.4.5. Sinalização para acessar aos diversos Campi.			X			
5.4.6. Disponibilidade de estacionamento com segurança.				X		
5.4.7. Existência de um sistema de segurança interno (segurança patrimonial, iluminação e sinalizações de emergência, entre outros).					X	
5.4.8. Conservação e manutenção das instalações sanitárias.				X		
5.4.9. Materiais essenciais de higiene pessoal.				X		

5.4.1. Práticas de manutenção e conservação (próprio e/ou terceirizado) do espaço físico consolidadas e em funcionamento:

No Relatório Institucional de Atividades 2013 apresenta-se a tabela *Pessoal para manutenção das instalações e infraestrutura* bem como a tabela *Número de Ordens de Serviço emitidas*, demonstrando que a instituição tem práticas de manutenção e conservação do espaço físico, o que pode ser observado na Tabela 198 e Tabela 199:

Tabela 198: Pessoal para manutenção das instalações e infraestrutura (2009-2013)

Indicadores		2012	2013
Servidores DAC/ FURB	Administrador	1	1
	Arquiteto	1	1
	Assistente Administrativo (gestão e apoio)	4	2
	Assistente de Manutenção em Piscina	1	2
	Assistente de Pedreiro	-	1
	Assistente Operacional	8	9
	Auxiliar Administrativo I	1	1
	Auxiliar de Serviços Administrativos	5	7
	Auxiliar de Serviços gerais (Servente, Conservação e Almojarifado)	21	16
	Desenhista	1	1
	Eletricista	4	9
	Encanador	2	2
	Engenheiro Civil	2	2
	Engenheiro Eletricista	1	1
	Marceneiro	3	3
	Mecânico Soldador	2	2
	Motoristas	9	9
	Pedreiro	2	7
	Pintura	1	3
	Químico	1	1
Técnico em Segurança do Trabalho	1	1	
Vigilância	7	7	
Trabalhadores terceirizados	Eletricista	6	6
	Pintura	-	3
	Obras/Manutenção	21	52
	Jardinagem	22	18
	Orientação de estacionamento	14	8
	Vigilância	63	63
	Serviços gerais	88	96

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – DGDP/ PROAD.

Observações: Em 2009, a contratação de eletricitistas e pintores ocorreu por contrato CLT.

Tabela 199: Número de Ordens de Serviço emitidas (2012-2013)

Serviço	Quantidade	
	2012	2013
Manutenção e Prevenção	209	245
Marcenaria	322	202
Mecânica e solda	309	240
Pintura	130	80
Projetos	44	(*)
Serviços Gerais	909	952
Elétrico	1.373	1221
Hidráulico	682	634
Telefonia	463	449
Refrigeração	286	474
Jardinagem	12	-
TOTAL	4.739	4.497

Fonte: Divisão de Administração do Campus – DAC/ PROAD. (*) ERP

Cabe ressaltar, como explicado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, a manutenção é realizada a partir de práticas reativas (corretivas) e não proativas.

No PDI encontra-se o objetivo XLI: *Consolidar ações de manutenção preventiva e de conservação das instalações físicas*, com metas e estratégias de ações bem definidas, cujo prazo é o ano de 2015. A comissão entende que houve avanços, já que o PDI traz metas para esta atividade porém não foram ainda aprovada e colocadas em prática.

Entrevista aplicada a chefia da DAC reforçam que as prática de manutenção e conservação do espaço físico ocorrem conforme a demanda. Assim sendo, a CPA entende que, para esse indicador, deva ser **mantida a nota 3**, pois atende apenas ao referencial mínimo de qualidade.

5.4.2. Práticas consolidadas e em funcionamento de manutenção e conservação dos equipamentos (próprio e/ou terceirizado):

No PDI encontra-se o objetivo XLIV: *Consolidar ações de Manutenção Preventiva e de conservação de Equipamentos* com metas e ações estratégicas cujos prazos são o ano de 2015 (p. 226). A CPA entende que houve avanços, já que o PDI traz metas para esta atividade. Entretanto, durante o período avaliado as mesmas não foram implantadas.

No Balanço Crítico (2014) a gestão relatou que as práticas de manutenção e conservação, tanto de espaço físico quanto de equipamentos, ocorrem a partir da geração de uma Ordem de Serviço pela Divisão de Administração do Campus (DAC). No caso de equipamentos, os mesmos são encaminhados para conserto externo. Em entrevista aplicada ao chefe da DAC, ficou evidenciado que as prática de manutenção e conservação dos equipamentos ocorre conforme a demanda, ou seja, são “corretivas”.

Sendo assim, a CPA entende que, para esse indicador deva manter a **nota 3**.

5.4.3. Existência na FURB de apoio logístico para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas (reservas e distribuição de equipamentos de informática, audiovisuais e multimídia; organização e reprodução de materiais didáticos; transporte para as atividades de campo):

Na estrutura da FURB há setores como a Divisão de Modalidade de Ensino (DME) e a Divisão de Tecnologia de Informação (DTI) com pessoal disponível para apoio às atividades acadêmicas, bem como setores de reprografia, setores de distribuição de equipamentos audiovisuais, controles dos condicionadores de ar e do multimídia, nos vários campi da FURB. Verifica-se, também, que os docentes utilizam seus próprios computadores nas salas de aula. Existe multimídia na maioria das salas de aula e dois Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA1 e AVA2).

Conforme as demandas dos cursos, a instituição também disponibiliza transporte para as atividades de campo, por meio da frota de veículos da Divisão de Administração do Campus (DAC) ou da Divisão de Administração de Materiais (DAM).

Diante dos fatos, a CPA mantém a **nota 4** para o indicador.

5.4.4. Sinalização para facilitar o deslocamento interno:

No PDI consta o objetivo XLIII: *Consolidar ações de melhoria na segurança e saúde da comunidade*, com a meta 161: *Qualificar a sinalização da Universidade, tanto para deslocamento interno e externo*, com as seguintes estratégias de ação: *propor o Manual de*

Sinalização e Identidade Visual da FURB para toda a Universidade e prever na sinalização os idiomas português e inglês, bem como o Braille, com prazo para 2014.

Questionário aplicado aos estudantes e aos servidores docentes e técnico-administrativos, apontam para uma sinalização que facilita o deslocamento interno, ou em partes, como pode ser observado no Gráfico 60:

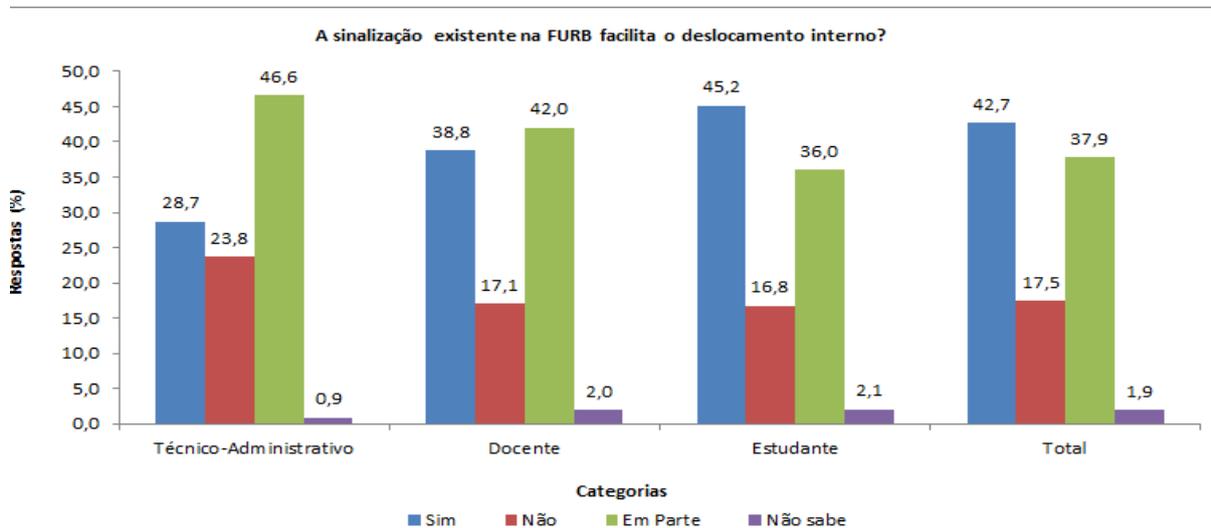


Gráfico 60: Adequação da sinalização para deslocamento interno

Fonte: Pesquisa da CPA

A CPA entende que a instituição continua atendendo apenas o referencial mínimo de qualidade no indicador Sinalização para facilitar o deslocamento interno e mantém a **nota 3**.

5.4.5. Sinalização para acessar aos diversos Campi:

Conforme citado no indicador anterior, o PDI apresenta o Objetivo XLIII: *Consolidar ações de melhoria na segurança e saúde da comunidade*, com a meta 161: *Qualificar a sinalização da Universidade, tanto para deslocamento interno e externo*, com as seguintes estratégias de ação: *propor o Manual de Sinalização e Identidade Visual da FURB para toda a Universidade e prever na sinalização os idiomas português e inglês, bem como o Braille*, cujo prazo era 2014, o que demonstra uma evolução em relação ao mesmo indicador do Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011.

Questionário aplicado aos estudantes e aos servidores docentes e técnico-administrativos, apontam para uma sinalização que facilita de modo razoável o deslocamento para acessar aos diversos campi da FURB, como pode ser observado no Gráfico 61:

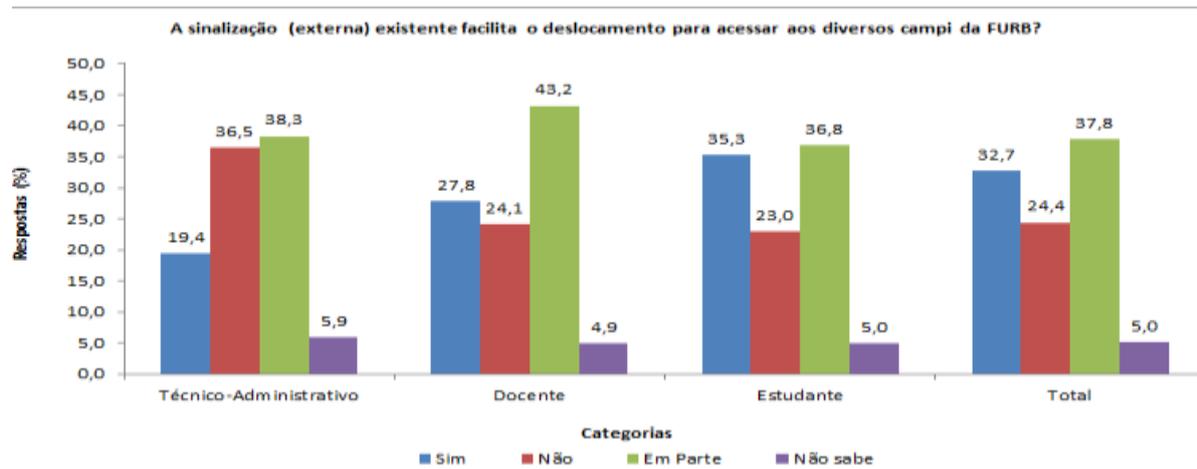


Gráfico 61: Adequação da sinalização externa para acessar aos diversos campi da FURB

Fonte: Pesquisa da CPA

Cabe ressaltar que os presentes no seminário de autoavaliação realizado em 2012 informaram que não existe sinalização, considerando este aspecto precário. Cientes que a sinalização viária depende de autorização e execução do executivo municipal, a CPA considerou um pequeno avanço no estabelecimento de metas no PDI, atribuindo **nota 2** ao indicador.

5.4.6. Disponibilidade de estacionamento com segurança:

No relatório de atividade institucional consta informações referentes a vagas de estacionamentos dos vários campi, as quais podem ser observadas na Tabela 200:

Tabela 200: Vagas de Estacionamentos

Campus	Acadêmicos			Professores / Servidores			Carga e Descarga	TOTAL
	Geral	Deficientes	Idosos	Geral	Deficientes	Idosos		
1	312	9	17	221	5	12	10	586
Bloco M	138	1	-					139
Galpão Arq.	18	1	-					19
2	278	3	15	78	1	5	-	380
3	157	8	11	35	-	-	1 (ônibus)	211
5	Ambul.	H. Univ.	Biotério	H.E.V.				
	67	160	24	41				292

Fonte: Plantas de Implantação do Setor de Projetos DAC / Organizada por COPLAN – Espaço Físico

A FURB conta, também, com estacionamento na rua Max Hering, de uso compartilhado com o SENAI. No Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011 foi registrado que a FURB consegue atender apenas as exigências do plano diretor do município.

Por outro lado, ao questionar se o uso da bicicleta como meio de transporte se tornaria viável com a disponibilização de bicicletários adequados e vestiários, observa-se que ainda há muito a ser evoluído nesse sentido, como pode ser observado no Gráfico 62:

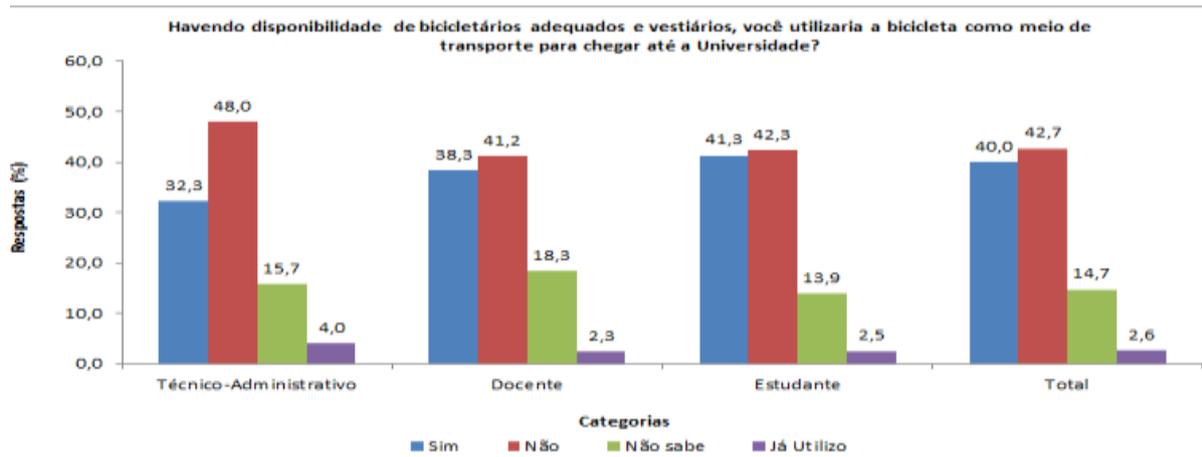


Gráfico 62: Utilização da bicicleta como meio de transporte

Fonte: Pesquisa da CPA

Na visão da CPA a instituição está atendendo o referencial mínimo de qualidade para este indicador e **mantém a nota 3**.

5.4.7. Existência de um sistema de segurança interno (segurança patrimonial, iluminação e sinalizações de emergência, entre outros):

No Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, a CPA constatou que a Universidade possuía contratos com empresas de Vigilância Patrimonial e Vigilância Eletrônica oriundos de licitações. No PDI consta a meta 162: *Institucionalizar a Política de Segurança* (p. 225), cuja estratégia de ação é *implantar projeto de segurança (vigilância eletrônica) substituindo 50% dos postos de vigilância (atualmente terceirizada)*.

Visitas *in loco* nas salas de aula e ambientes administrativos evidenciaram a existência, em sua grande maioria, de iluminação e sinalizações de emergência, extintores de incêndio. A CPA entende que a **nota 4** para o indicador deva ser mantido.

5.4.8. Conservação e manutenção das instalações sanitárias:

No PDI consta a estratégia de ação *realizar periodicamente um levantamento sobre a conservação e as necessidades de manutenção das instalações sanitárias existentes*, com prazo para o ano de 2014. Entretanto, não há registros de que a ação tenha sido realizada no período avaliado.

Questionários aplicados aos segmentos da comunidade universitária mostram os seguintes resultados:

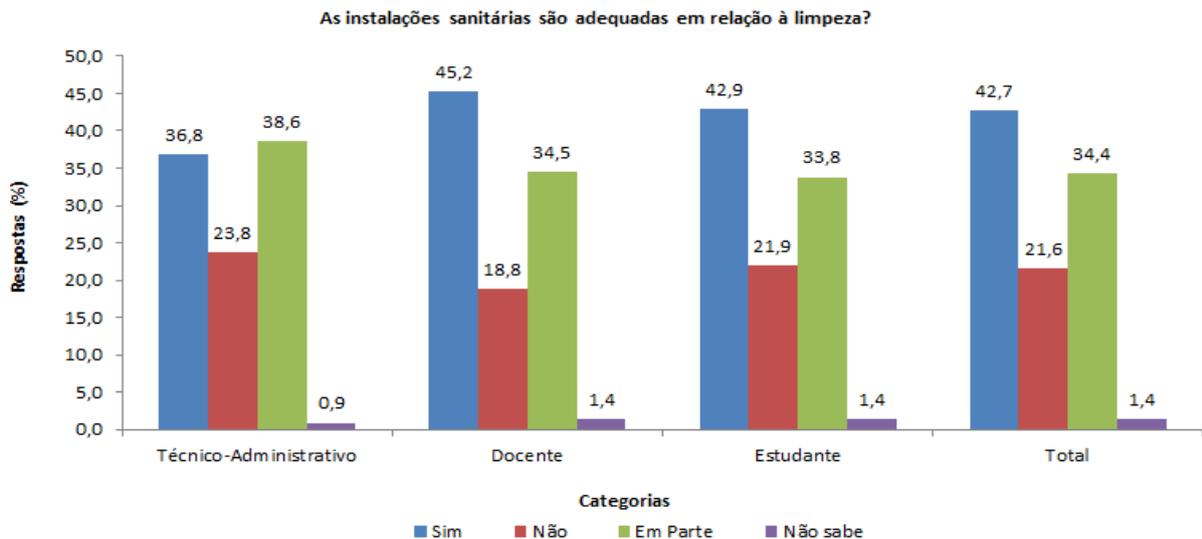


Gráfico 63: Adequação das instalações sanitárias em relação à limpeza

Fonte: Pesquisa da CPA

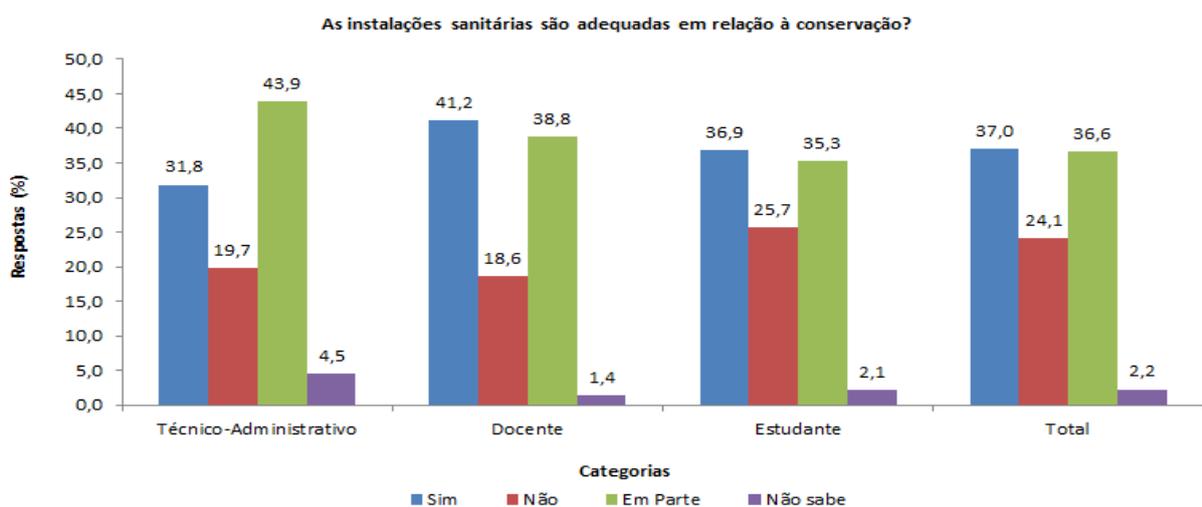


Gráfico 64: Adequação das instalações sanitárias em relação à conservação

Fonte: Pesquisa da CPA

A CPA entende que os resultados se mantiveram, em relação ao indicador da última autoavaliação e mantém a **nota 3** para o indicador.

5.4.9. Materiais essenciais de higiene pessoal:

Visitas *in loco* mostraram que os banheiros possuem materiais essenciais para a higiene pessoal: sabonete, papel toalha, papel higiênico. A CPA entende que os resultados se mantiveram, em relação ao da última autoavaliação e mantém a **nota 3** para o indicador.

INFRAESTRUTURA DE BIBLIOTECA

5.5 - Neste grupo de indicadores a CPA procurou apresentar a sua percepção sobre a Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico.

GRUPO DE INDICADORES	ESCALA					
	0	1	2	3	4	5
5.5. Biblioteca: acervo, serviços e espaço físico.						
5.5.1. Instalações para o acervo da Biblioteca em condições de armazenagem que assegurem a sua conservação.					X	
5.5.2. Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos individuais .				X		
5.5.3. Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos em grupo .				X		
5.5.4. Espaços isolados acusticamente e mobiliário adequado para estudo em grupo e que atendem às necessidades dos estudantes e dos professores.					X	
5.5.5. Sistema informatizado para pesquisa do acervo, permitindo a consulta por, no mínimo , nome do autor, título e assunto.						X
5.5.6. Sistema informatizado de reserva de obras do acervo, inclusive pela internet.						X
5.5.7. Serviço de empréstimo domiciliar para itens do acervo, ainda que com restrições (justificadas) entre tipos de materiais e categorias de usuários, com controle sistematizado.						X
5.5.8. Existência de serviço de consulta a bases de dados disponíveis diretamente na FURB ou via acesso remoto a recursos de outras IES.						X
5.5.9. Horário de funcionamento da biblioteca compatível com os turnos dos cursos, inclusive aos sábados.					X	
5.5.10. Acesso a serviços de cópias de documentos internamente (ainda que não necessariamente no espaço físico da Biblioteca).					X	
5.5.11. Existência de serviço de empréstimo entre bibliotecas.						X

5.5.12. Oferta de serviços de comutação bibliográfica no país e no exterior.						X
5.5.13. Programas de apoio aos estudantes quanto à normalização dos trabalhos monográficos e o grupo de normas da ABNT para normalização de documentos, orientados por um(a) bibliotecário(a).					X	
5.5.14. Número de servidores da biblioteca adequados ao número de usuários.						X
5.5.15. Formação dos servidores da biblioteca adequados para atendimento aos usuários (responsáveis pela biblioteca e principais serviços têm curso de biblioteconomia e auxiliares técnicos tem, no mínimo, ensino médio).						X
5.5.16 Existência de um Plano de Expansão Física da(s) Biblioteca(s).					X	

5.5.1. Instalações para o acervo da Biblioteca em condições de armazenagem que assegurem a sua conservação:

No Relatório Institucional de Atividades 2014 conta informações referentes às bibliotecas da FURB, evidenciando a existência de uma biblioteca central e duas setoriais, cuja área total de acervo de 3.077 m², conforme pode ser observado na Tabela 201:

Tabela 201: Número de Bibliotecas FURB (2014)

Local	Classificação	Quantidade	Área Útil (m ²)	Área do Acervo (m ²)	Qde de lugares de estudo	Qde salas de estudo em grupo
Campus I	Central	1	7.618,43	2.795,45	590	09
Campus II	Setorial	1	245,67	156,60	126	--
Campus III	Setorial	1	157,45	125,00	92	--
TOTAL		3	8.021,53	3.077,05	808	09

Fonte: Biblioteca Universitária

Com relação a qualidade das instalações para o acervo, visita *in loco* mostraram ambientes adequados, que asseguram a conservação dos livros e demais materiais. A CPA entende que a **nota 4** deva ser mantida para o indicador.

5.5.2. Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos individuais.

Questionário aplicado aos estudantes apontam para os seguintes resultados:

Tabela 202: Adequação das instalações para estudos individuais na Biblioteca

QUESTÕES	ESTUDANTES (em %)			
	SIM	NÃO	EM PARTE	NÃO SABE
As instalações para estudos individuais na Biblioteca são adequadas, em relação ao número de usuários?	53,4	17,9	24,7	4,0
As instalações para estudos individuais na Biblioteca são adequadas, em relação à iluminação?	74,9	6,5	14,7	4,0
As instalações para estudos individuais na Biblioteca são adequadas, em relação à ventilação?	71,9	7,6	16,4	4,1
As instalações para estudos individuais na Biblioteca são adequadas, em relação ao mobiliário?	67,2	8,5	20,4	3,9
As instalações para estudos individuais na Biblioteca são adequadas, em relação à limpeza?	79,2	3,9	13,1	3,8

Fonte: Pesquisa da CPA

No Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, foi relatado que as bibliotecas setoriais não possuem a mesma qualidade, para estudos individualizados, que a biblioteca central. No PDI foi estabelecida a meta *atender espaços de estudos em grupo e individual nas Bibliotecas Setoriais com o padrão da Biblioteca Central*, o que demonstra que a gestão está ciente dessa questão.

Diante das evidências, a CPA manteve a **nota 3**.

5.5.3. Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos em grupo:

Questionário aplicado aos estudantes apontam para os seguintes resultados:

Tabela 203: Adequação das instalações para estudos em grupo na Biblioteca

QUESTÕES	ESTUDANTES (em %)			
	SIM	NÃO	EM PARTE	NÃO SABE
As instalações para estudos em grupo na Biblioteca são adequadas, em relação ao número de usuários?	48,6	24,7	21,8	5,0
As instalações para estudos em grupo na Biblioteca são adequadas, em relação à iluminação?	75,0	6,7	13,7	4,6
As instalações para estudos em grupo na Biblioteca são adequadas, em relação à ventilação?	66,5	11,0	17,7	4,8
As instalações para estudos em grupo na Biblioteca são adequadas, em relação ao mobiliário?	63,3	10,1	21,7	4,8

As instalações para estudos em grupo na Biblioteca são adequadas, em relação à limpeza?	72,9	6,0	16,3	4,8
---	------	-----	------	-----

Fonte: Pesquisa da CPA

Conforme citado no indicador anterior, foi relatado que as bibliotecas setoriais não possuem a mesma qualidade que a biblioteca central. No PDI foi estabelecida a meta *atender espaços de estudos em grupo e individual nas Bibliotecas Setoriais com o padrão da Biblioteca Central*, demonstrando que a gestão está ciente do problema. A CPA manteve a **nota 3**.

5.5.4. Espaços isolados acusticamente e mobiliário adequado para estudo em grupo e que atendem às necessidades dos estudantes e dos professores:

Questionário aplicado aos estudantes apontam para os seguintes resultados:

Tabela 204: Adequação dos espaços isolados acusticamente da Biblioteca

Os espaços isolados acusticamente na Biblioteca e seu mobiliário atendem às necessidades dos estudantes?	Estudante
	Freq. (%)
Sim	55,4
Não	11,8
Em Parte	21,1
Não sabe	11,8
Total	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Questionário aplicado aos docentes apontam para os seguintes resultados:

Tabela 205: Adequação dos espaços para estudos em grupo, na Biblioteca

Os espaços isolados para estudo em grupo, na Biblioteca, e seu mobiliário, são adequados (atendem às necessidades dos professores)?	Docente
	Freq. (%)
Sim	55,4
Não	9,9
Em Parte	27,8
Não sabe	7,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa da CPA

Conforme descrito no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, na Biblioteca Central existem salas com isolamento acústico, nas quais os alunos podem trabalhar em grupos, de forma adequada. Todavia, no campus II e III não existem espaços para estudos em grupo acusticamente isolados. Nesse sentido, e entendendo a qualidade da Biblioteca Central que atende o critério abordado, a CPA considera atende o referencial mínimo, e mantém a **nota 4** para o indicador.

5.5.5. Sistema informatizado para pesquisa do acervo, permitindo a consulta por, no mínimo, nome do autor, título e assunto:

Acessando o sistema da Biblioteca é possível observar que o mesmo dispõe de:

- *Busca rápida*: (✓) Assunto, (✓) Autor, (✓) Título;
- *Busca avançada*: (✓) Assunto, (✓) Autor, (✓) Título, (✓) Expressão;
- *Busca numérica*: Número da obra (permite também por código de barras-Administrativo);
- *Busca periódico* por Títulos;
- *Novas aquisições*: Data inicial + Data final + Tipo (monografia, partitura, balanço contábil, etc.).

A CPA entende que o indicador continua mantendo-se muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

5.5.6. Sistema informatizado de reserva de obras do acervo, inclusive pela internet:

Acessando o sistema da Biblioteca é possível observar que a reserva de obras pode ser realizada, desde os exemplares disponíveis já estejam emprestados aos usuários. A reserva é realizada nos terminais de consulta, no Serviço de Empréstimo ou pela *internet*. Uma vez devolvidas, as obras reservadas ficam à disposição do usuário que as reservou por 24h (os mesmos recebem um aviso por e-mail). Também é possível reservar obras entre as bibliotecas. Para tanto, a obra requerida deve estar disponível na biblioteca de origem, possibilitando que o livro chegue até o usuário sem que ele se desloque entre os campi da FURB.

A CPA entende que o indicador continua mantendo-se muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

5.5.7. Serviço de empréstimo domiciliar para itens do acervo, ainda que com restrições (justificadas) entre tipos de materiais e categorias de usuários, com controle sistematizado:

Visita *in loco* e entrevista realizada com a direção do setor mostram que a Biblioteca permite o empréstimo para alunos (ETEVI, graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu*, EaD), docentes, servidores técnico-administrativo, aposentados, PROEP (terceira idade), convênio com a Polícia Militar, ex-alunos. As regras são: Docentes = 15 livros; Servidores TA e aposentados = 7 livros; PROEP, ex-alunos = 2 livros. As restrições de empréstimo consistem em: Obras raras: não há empréstimo; Coleção Especial (CE): podem ser emprestadas por um dia; Coleção de Reserva (CR): podem ser retiradas uma hora antes do encerramento do expediente da Biblioteca, devendo ser devolvidas até as 8h do próximo dia útil.

A CPA entende que o indicador continua mantendo-se muito além do referencial mínimo e considerou adequada a **nota 5**.

5.5.8. Existência de serviço de consulta a bases de dados disponíveis diretamente na FURB ou via acesso remoto a recursos de outras IES:

No PDI constam os serviços de consulta a bases de dados que a instituição mantém e pode ser observados na página da FURB (www.furb.br/serviços/biblioteca/portais-de-busca). Entre eles se pode citar:

Quadro 26: Serviços oferecidos pela biblioteca

Portal	Descrição
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) FURB	A BDTD da FURB disponibiliza, via web, as teses e dissertações, em texto completo, produzidas pelos mestrandos e doutorandos dos programas de pós-graduação da FURB. A FURB integra o consórcio BDTD nacional.
BDTD Brasileira	O IBICT coordena o projeto da BDTD, que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro em meio eletrônico e a publicação de teses e dissertações por essa referido meio. Em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de Ciência e Tecnologia (C&T) publique suas teses e dissertações produzidas no país e no exterior - com a base internacional da Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD), dando maior visibilidade à produção científica nacional.
Portal de Periódicos da FURB	Apresenta os periódicos voltados para a divulgação da pesquisa e produção acadêmicas, ligados aos departamentos de graduação e programas de pós-graduação da FURB.

Portal de Periódicos da CAPES	O Portal de Periódicos da Capes é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Conta com um acervo de cerca de 27 mil títulos com texto completo, 500 bases referenciais com resumo e/ou textos completos, nove bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, estatísticas, obras de referência, normas técnicas, arquivos abertos e redes de <i>e-prints</i> , teses e dissertações, conteúdo audiovisual e outras fontes. O acesso aos periódicos da CAPES é restrito ao grupo FURB. Para acessá-lo fora da Universidade, conecte-se à rede FURB através da VPN.
Scientific Electronic Library Online (SciELO)	SciELO – Biblioteca Científica Eletrônica em Linha – é um modelo para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na Internet. Especialmente desenvolvido para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e, particularmente, na América Latina e no Caribe, o modelo proporciona uma solução eficiente, para assegurar a visibilidade e o acesso universal a sua literatura científica.
SciFinder Scholar	O SciFinder Scholar é uma ferramenta de busca desenvolvida para ser utilizada pelo usuário final. Apresenta uma interface de fácil utilização, com ferramentas intuitivas, que permitem ao pesquisador executar suas próprias buscas, de forma eficiente e econômica.
UpToDate	A base UpToDate é uma grande comunidade clínica no mundo, dedicada a sintetizar conhecimento para clínicos e pacientes. Esta comunidade inclui mais de 4 mil médicos clínicos, com funções de autores, editores e revisores, e mais de 400 mil usuários. É baseada em evidências confiáveis e é imparcial. Fornece informações que não são influenciadas por interesses comerciais.

Fonte: PDI (2014)

A CPA entende que o indicador continua mantendo-se muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

5.5.9. Horário de funcionamento da biblioteca compatível com os turnos dos cursos, inclusive aos sábados:

Os horários de funcionamento das bibliotecas central e setoriais são compatível com os turnos dos cursos, inclusive aos sábados, como pode ser observado no Quadro 27:

Quadro 27: Horário de Atendimento das Bibliotecas FURB (2014)

Local	Atendimento	
	Segunda à sexta	Sábados
Campus I	07:30h às 22 h	08h às 17h
Campus II	07:30h às 22 h	08h às 12h
Campus III	07:30h às 20:30 h	(Fechada)

Fonte: Biblioteca Universitária

Os horários estão publicados na entrada de cada biblioteca e também podem ser encontrados no website da FURB (www.furb.br/serviços/biblioteca/horários). A biblioteca fica aberta para atendimento ao público conforme orientações do MEC e segue o Calendário Acadêmico Institucional. Observa-se que os cursos noturnos no campus 3 funcionam até 22h e, sua biblioteca, até 20:30h. A CPA considerou **nota 4** para o indicador.

5.5.10. Acesso a serviços de cópias de documentos internamente (ainda que não necessariamente no espaço físico da Biblioteca):

Visitas *in loco* comprovaram que as unidades da Biblioteca Universitária (Biblioteca Central e Setorial Campus II) disponibilizam acesso à fotocópias de documentos no espaço interno (empresa terceirizada). Também existe uma Central de Impressão, vinculada à DTI, que atende a professores e alunos junto à Biblioteca Central, no Campus I. Entretanto, o serviço de cópias foi descontinuado na Biblioteca Setorial Campus III em 2014.

A CPA entende que o indicador atende além do referencial mínimo, alterando a **nota para 4**.

5.5.11. Existência de serviço de empréstimo entre bibliotecas.

Conforme descrito no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, a Universidade dispõe do serviço de empréstimo entre a Biblioteca Central e as setoriais, ou seja: o estudante pode reservar o livro em qualquer uma das unidades da Biblioteca e, a FURB, faz a logística do mesmo. No que tange a outras Bibliotecas, existe o serviço de empréstimo entre as Bibliotecas das IES associadas no sistema ACAFE e com a UFSC, no qual a parte interessada pela obra arca com o custo do transporte (correios). Com a digitalização, tem-se utilizado o encaminhamento eletrônico de parte da obra (capítulo ou um número de páginas), respeitando o limite estabelecido pela legislação vigente, ou seja, 10% da obra, sem custo.

A CPA entende que o indicador continua mantendo-se muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

5.5.12. Oferta de serviços de comutação bibliográfica no país e no exterior.

Conforme explicado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, a Universidade possui um serviço de comutação bibliográfica (COMUT), exclusivo para fins acadêmicos e de pesquisa. Os pedidos são realizados por meio da biblioteca, mediante

cadastro IBICT do programa de comutação bibliográfica ou pelo endereço eletrônico (e-mail) comut@furb.br.

A CPA entende que o indicador continua mantendo-se muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

5.5.13. Programas de apoio aos estudantes quanto à normalização dos trabalhos monográficos e o grupo de normas da ABNT para normalização de documentos, orientados por um(a) bibliotecário(a):

A BU dispõe de serviço de apoio à normalização de trabalhos acadêmicos, orientando usuários No que tange à normatização de monografias e dissertações, referências, artigos de periódicos, resenhas críticas e resumos conforme o estabelecido na Resolução nº 36/2003 da FURB, que aprova o uso das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas –ABNT como padrão para a elaboração de trabalhos acadêmicos na Universidade. Para sanar dúvidas quanto a normatização de trabalhos acadêmicos, elaboração de referências, citações, artigos científicos, resumos, etc, a instituição também mantém um telefone a disposição.

Assim, a CPA entende que o indicador continua mantendo-se além do referencial mínimo e considerou **nota 4**.

5.5.14. Número de servidores da biblioteca adequados ao número de usuários:

O Relatório Institucional de Atividades 2014 apresenta o Quadro geral de Pessoal Biblioteca em atividades na biblioteca, como pode ser observado na Tabela 206:

Tabela 206: Quadro geral de Pessoal Biblioteca (2012-2014)

Cargos	Quantidade		
	2012	2013	2014
Analista de Sistemas	1	1	1
Assistente Administrativo	3	3	3
Assistente Operacional	1	1	1
Auxiliar em Assuntos de Informática	1	1	2
Auxiliar de Serviços Administrativos	4	7	7
Auxiliar Administrativo I	1	1	1
Auxiliar de Biblioteca	13	11	14

Bibliotecário	12	11	12
Encadernador	2	2	2
Técnico	2	1	1
Vigia	1	1	1
TOTAL	41	40	45

Fonte: DGDG (posição em 31/12 de cada ano)

Em consulta a Ouvidoria, observou-se que não houve registros, no período avaliado, de reclamações quanto ao número de servidores que atende na biblioteca, o que demonstra que o número de servidores tem atendido a demandas de horários e número de usuários atuais.

A CPA entende que o indicador continua mantendo-se muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

5.5.15. Formação dos servidores da biblioteca adequados para atendimento aos usuários (responsáveis pela biblioteca e principais serviços têm curso de biblioteconomia e auxiliares técnicos tem, no mínimo, ensino médio):

Conforme citado no Relatório de Autoavaliação Institucional 2009-2011, a formação dos servidores da Biblioteca Universitária atende aos requisitos básicos, com responsáveis técnicos e auxiliares de Biblioteca, com formação mínima de graduação. Cabe ressaltar que a exigência do cargo de auxiliar de biblioteca é nível médio, mas boa parte são graduados, nas mais diversas áreas do conhecimento. Também atuam na BU profissionais com formação na área de informática (TI).

A CPA entende que o indicador continua mantendo-se muito além do referencial mínimo e considerou **nota 5**.

5.5.16 Existência de um Plano de Expansão Física da(s) Biblioteca(s):

O prédio da biblioteca central (Campus I) da Biblioteca Universitária Professor Martinho Cardoso da Veiga foi ampliado em 2004, não havendo previsão de nova ampliação no Plano Diretor de Espaço Físico. Os espaços da biblioteca central atendem suas demandas, necessitando, no entanto, de reorganização de sua setorização, bem como de relocação de atividades que não necessitam estar localizadas neste bloco, podendo, assim, ampliar as áreas de acervo, leitura e estudos. Entre estas pode-se citar o acervo de baixa circulação (depósito)

da Biblioteca Universitária e o acervo (sala de guarda e acervo museológico) do Centro de Memória Universitária, como pontos prioritários.

No que tange às bibliotecas setoriais, infere-se que necessitam de ampliação e há essa previsão no PDEFI. No campus 2, planeja-se a construção de um edifício multiuso, no qual estará contemplada uma ampla área para a biblioteca, além de novos espaços para: Laboratório de Computação Científica (LCC), Restaurante Universitário, espaço de convivência acadêmica, auditório e salas de aula. Já no para o campus 3, há planos de ampliação da área atual, agregando a sala A-204. Esta ampliação não ocorreu ainda devido ao aumento de demanda por salas de aula, atual utilização da sala A-204.

A CPA entende que, para o indicador, a nota mais adequada é **nota 4**.

Quadro 28: Pontos positivos e fragilidades do Eixo 5 e recomendações da CPA.**Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre Eixo 5**

Participação da comunidade nas políticas de espaço físico.

Existência de um Plano Diretor (espaço físico) nos documentos oficiais (PDI).

Coerência entre a execução do Plano Diretor (espaço físico) e as políticas constantes nos documentos oficiais (PDI).

Existência de diretrizes de adequação do espaço físico para atendimento às pessoas com deficiência nos documentos oficiais.

Existência de diretrizes ao acesso a equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet nos documentos oficiais.

Coerência entre a utilização de equipamentos de informática, recursos audiovisuais, multimídia e internet e intranet e as políticas constantes nos documentos oficiais.

Existência de Plano de aquisição, expansão e/ou atualização do acervo da Biblioteca, considerando as proposta pedagógica dos cursos e as prioridades para as bibliografias básicas e complementares.

Coerência entre as práticas de aquisição, expansão e atualização do acervo coerente com as políticas constantes na instituição.

Adequação das instalações administrativas às necessidades institucionais (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).

Adequação do espaço físico às atividades de ensino em função do número de usuários, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário, limpeza, segurança, acessibilidade e conservação.

Adequação do(s) auditório(s) às necessidades institucionais (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).

Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes de graduação e de pós-graduação (salas de professores) considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.

Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: existência de espaço disponível para reuniões (para colegiados e departamentos).

Adequação das instalações para atendimento aos discentes (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação, Protocolo de atendimento).

Adequação da infraestrutura destinada à CPA.

Recursos audiovisuais e de multimídia em número suficiente para atender as necessidades docentes no desenvolvimento de suas atividades.

Existência de equipamentos de segurança na FURB, principalmente disponíveis nos laboratórios e instalações especiais.

Existência na FURB de apoio logístico para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas (reservas e distribuição de equipamentos de informática, audiovisuais e multimídia; organização e reprodução de materiais didáticos; transporte para as atividades de campo).

Existência de um sistema de segurança interno (segurança patrimonial, iluminação e sinalizações de emergência, entre outros).

Instalações para o acervo da Biblioteca em condições de armazenagem que assegurem a sua conservação.

Espaços **isolados acusticamente** e mobiliário adequado para estudo em grupo e que atendem às necessidades dos estudantes e dos professores.

Sistema informatizado para pesquisa do acervo, permitindo a consulta por, **no mínimo**, nome do autor, título e assunto.

Sistema informatizado de reserva de obras do acervo, inclusive pela internet.

Serviço de empréstimo domiciliar para itens do acervo, ainda que com restrições (justificadas) entre tipos de materiais e categorias de usuários, com controle sistematizado.

Existência de serviço de consulta a bases de dados disponíveis diretamente na FURB ou via acesso remoto a recursos de outras IES.

Horário de funcionamento da biblioteca compatível com os turnos dos cursos, inclusive aos sábados.

Acesso a serviços de cópias de documentos internamente (ainda que não necessariamente no espaço físico da Biblioteca).

Existência de serviço de empréstimo entre bibliotecas.

Oferta de serviços de comutação bibliográfica no país e no exterior.

Programas de apoio aos estudantes quanto à normalização dos trabalhos monográficos e o grupo de normas da ABNT para normalização de documentos, orientados por um(a) bibliotecário(a).

Número de servidores da biblioteca adequados ao número de usuários.

Formação dos servidores da biblioteca adequados para atendimento aos usuários (responsáveis pela biblioteca e principais serviços têm curso de biblioteconomia e auxiliares técnicos tem, no mínimo, ensino médio).

Existência de um Plano de Expansão Física da(s) Biblioteca(s).

Pontos frágeis que requerem melhoria no Eixo 5 e Recomendações da CPA:

FRAGILIDADE(S)	RECOMENDAÇÕES
Existência de Plano de manutenção e conservação das instalações físicas nos documentos oficiais.	Estabelecer um plano de manutenção preventiva e de conservação das instalações físicas; Estabelecer um processo sistemático de manutenção e conservação das salas de aulas e ambientes de aprendizagem;
Coerência entre a manutenção e a conservação das instalações físicas e as políticas constantes nos documentos oficiais.	
Coerência entre a adequação do espaço físico para atendimento às pessoas com deficiência e as políticas constantes nos documentos oficiais.	Fazer constar as diretrizes de atendimento às pessoas com deficiência na política de espaço físico da FURB (PDEFI); Adequar o espaço físico institucional com base no PDEFI;
Existência de Plano de expansão e atualização dos <i>softwares</i> nos documentos oficiais.	Institucionalizar a política de tecnologia de informática e de comunicação da FURB, por meio da aprovação do Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação (PDTIC). Definir, no PDI, metas de recuperação da infraestrutura laboratorial, definindo prazos e recursos;
Coerência entre a expansão e atualização dos <i>softwares</i> e as políticas constantes nos documentos oficiais	
Existência de Plano de expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores nos documentos oficiais.	Prever no PDI e no planejamento setorial a expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores.
Coerência entre a expansão e/ou atualização dos equipamentos dos laboratórios e demais setores e as políticas constantes nos documentos oficiais.	
Existência de um Plano de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos nos documentos oficiais.	Estabelecer um plano de manutenção preventiva e de conservação dos equipamentos;
Coerência entre as práticas de manutenção realizadas nos equipamentos e as políticas constantes nos documentos oficiais.	
Existência de normas de segurança para os laboratórios e instalações especiais.	Disponibilizar legislação existente sobre segurança para os laboratórios e instalações especiais. Definir o número ideal de usuários (estudantes/pesquisadores)/ capacidade dos laboratórios e
Coerência entre o número de estudantes e a	

capacidade de laboratórios existentes (de acordo com as normas de segurança).	institucionalizar; Incluir no PDI a política de segurança;
Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para coordenadores de curso (gabinete de trabalho).	Adequar os espaços físicos às atividades acadêmico-administrativas para docentes em cargo de gestão setorial e docentes em Regime de Tempo Integral conforme pressupõe os indicadores do SINAES (MEC) – Avaliação de curso e avaliação institucional;
Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para chefes de departamento (gabinete de trabalho).	
Adequação do espaço físico às atividades acadêmico-administrativas: instalações para os docentes enquadrados em Regime de Tempo Integral (gabinete de trabalho) considerando quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.	
Adequação das instalações para pleno desenvolvimento das atividades administrativas: secretaria, direção, Praça de atendimento ao estudante e Protocolo, tesouraria.	Institucionalizar o Protocolo de Atendimento, de modo que o usuário possa acompanhar de fato o andamento do atendimento de suas demandas;
Adequação das instalações às condições de acesso para as pessoas com deficiência (rampas com inclinação adequada, elevadores com espaço suficiente para cadeiras de rodas, instalações sanitárias apropriadas, vagas especiais de estacionamento de acordo com as exigências legais, piso podotátil, braille nas placas de sinalização, elemento sonoro de aviso de senhas de atendimento e andares no elevador, outros):	Adequar as rampas de acesso à inclinação especificada da Norma de Acessibilidade; Instalar idioma Braille nas placas de sinalização/ indicação dos ambientes; Adequar as instalações sanitárias para as necessidades das pessoas com deficiência; Inserir o elemento sonoro nos espaços de atendimento (aviso de senhas) e elevador (aviso do andar); Melhorar a acessibilidade de modo geral na FURB (acessibilidade universal);
Adequação do espaço físico às atividades de extensão.	Definir, no PDEFI, a adequação dos espaços físicos para as atividades de extensão e de pesquisa; Implantar a política de consulta prévia de espaço físico para projetos vinculados à FURB, inclusive compra de equipamentos e/ou instalações necessárias, alteração de infraestrutura, etc.);
Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa.	
Existência e adequação de espaço de convívio e de alimentação da comunidade acadêmica (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).	Priorizar espaços de convívio da comunidade universitária; Criar espaços alternativos para socialização dos estudantes e servidores;
Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias (quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação).	Adequar as instalações sanitárias, especialmente ao que tange à limpeza e conservação, bem como atendimento das normas de acessibilidade;
Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos coordenadores de curso, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.	Expandir e melhorar o acesso à internet para o pleno desenvolvimento das atividades do corpo docente, da gestão setorial e dos estudantes; Viabilizar financeira/orçamentariamente a execução dos projetos de melhoria relacionados às TIC;
Existência de acesso à internet adequados ao	

desenvolvimento das atividades dos chefes de departamentos, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.	
Existência de acesso à internet adequados ao desenvolvimento das atividades dos docentes, com equipamentos de informática próprio ou da FURB.	
Adequação da infraestrutura de informática, com acesso à internet e intranet e em número suficiente ao pleno desenvolvimento das atividades dos estudantes (ensino, pesquisa e extensão).	
Rede de comunicação (internet e intranet) com porte compatível com as atividades administrativas desenvolvidas.	
Adequação dos equipamentos e mobiliários às pessoas com deficiência:	Adequar os equipamentos e mobiliário para acessibilidade universal; Identificar, especialmente nos espaços acadêmicos (salas de aulas e laboratórios), a necessidade de adequação dos espaços e mobiliários;
Adequação dos equipamentos audiovisuais, de informática e dos laboratórios específicos, às atividades de ensino.	Identificar a adequação necessária dos equipamentos para as diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão;
Adequação dos equipamentos de informática e dos laboratórios específicos às atividades de pesquisa.	
Adequação dos equipamentos às atividades de extensão.	
Práticas de manutenção e conservação (próprio e/ou terceirizado) do espaço físico consolidadas e em funcionamento.	Institucionalizar um plano de manutenção e conservação preventiva dos espaços; Acompanhar as Ordens de Serviço (OS) geradas e registrar os serviços concluídos, bem como o prazo que os mesmos foram realizados;
Práticas consolidadas e em funcionamento de manutenção e conservação dos equipamentos (próprio e/ou terceirizado).	Qualificar o sistema das OS, de modo que o usuário, solicitante de manutenção, possa visualizar o andamento de seu atendimento;
Sinalização para facilitar o deslocamento interno.	Melhorar a sinalização interna e externa dos campi; Institucionalizar o Manual de Sinalização;
Sinalização para acessar aos diversos Campi.	Inserir idioma Braille e inglês na sinalização;
Disponibilidade de estacionamento com segurança.	Divulgar o estacionamento da Rua Max Hering; Promover o uso de meios de transporte alternativos ao carro (bicicleta, por ex.);
Conservação e manutenção das instalações sanitárias.	Realizar periodicamente um levantamento sobre a conservação e as necessidades de manutenção das instalações sanitárias existentes;
Materiais essenciais de higiene pessoal.	Adequar os materiais essenciais de higiene pessoal às necessidades de seus usuários;

Biblioteca: Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos individuais .	Adequar as instalações para estudo individual e para estudos em grupo nas bibliotecas setoriais;
Biblioteca: Adequação das instalações (para número de usuários, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza) para estudos em grupo .	

CONCEITOS POR EIXO, DIMENSÃO E MÉDIA GERAL DA FURB

Tabela 207: Conceitos por Eixo, Dimensão e Média geral

Eixo	Dimensão	Notas	Nº total indicadores	Total Notas	Média da Dimensão	Média do Eixo	Peso do Eixo	Geral FURB
1	8		21	89	4,24	4,24	0,5	
	Planejamento e Avaliação	Nota 5	9	45				
		Nota 4	9	36				
		Nota 3	2	6				
		Nota 2	1	2				
Nota 1	0	0						
2	1		21	88	4,19	4,05	1,0	
	Missão e PDI	Nota 5	8	40				
		Nota 4	10	40				
		Nota 3	2	6				
		Nota 2	1	2				
	Nota 1	0	0					
	4		24	94	3,92			
	Responsabilidade Social	Nota 5	5	25				
		Nota 4	12	48				
		Nota 3	7	21				
Nota 2		0	0					
Nota 1	0	0						
3	2		85	332	3,91	3,93	1,5	3,94
	Políticas Acadêmicas	Nota 5	20	100				
		Nota 4	44	176				
		Nota 3	14	42				
		Nota 2	7	14				
	Nota 1	0	0					
	4		21	85	4,05			
	Comunicação com a Sociedade	Nota 5	4	20				
		Nota 4	14	56				
		Nota 3	3	9				
		Nota 2	0	0				
	Nota 1	0	0					
	9		53	204	3,85			
	Atendimento ao Estudante	Nota 5	17	85				
		Nota 4	17	68				
Nota 3		13	39					
Nota 2		6	12					
Nota 1	0	0						
4	5		44	181	4,11	4,07	1,0	

Eixo	Dimensão	Notas	Nº total indicadores	Total Notas	Média da Dimensão	Média do Eixo	Peso do Eixo	Geral FURB
	Políticas de Gestão de Pessoas	Nota 5	16	80				
		Nota 4	19	76				
		Nota 3	7	21				
		Nota 2	2	4				
		Nota 1	0	0				
	6		20	91	4,55			
	Organização e Gestão da FURB	Nota 5	12	60				
		Nota 4	7	28				
		Nota 3	1	3				
		Nota 2	0	0				
	Nota 1	0	0					
	10		13	46	3,54			
	Sustentabilidade Financeira	Nota 5	3	15				
		Nota 4	3	12				
		Nota 3	5	15				
Nota 2		2	4					
Nota 1	0	0						
	7		71	253				
5	Infraestrutura	Nota 5	12	60	3,56	3,56	1,0	
		Nota 4	21	84				
		Nota 3	33	99				
		Nota 2	5	10				
		Nota 1	0	0				

Fonte: Organizado pela CPA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a proposta de autoavaliação foi iniciada no ano de 2004, em cumprimento a Lei nº 10861/SINAES, alguns questionamentos foram feitos pelo grupo *Estudos em Avaliação*, formado por alunos, técnicos-administrativos e docentes de diversas áreas da instituição, referentes ao Programa de Avaliação Institucional, tais como *por que avaliar; o que avaliar; para que avaliar; quem deveria avaliar e como deveria ser a avaliação*. Tais questões foram difíceis de serem respondidas à época, pois tratava-se de um novo processo para a Instituição.

Após dez anos da implantação do SINAES, quatro processos de autoavaliação institucional (2001-2005; 2006-2008; 2009-2011 e 2012-2014) e uma avaliação externa *in loco* (2010), observa-se na FURB a descoberta de soluções para suas próprias dificuldades. Inicialmente, algumas soluções foram encontradas no compartilhamento de experiências com as demais Instituições do Sistema ACADEMIA. Posteriormente, com a CPA mais experiente, algumas respostas surgiram no alinhamento dos indicadores de desempenho utilizados na autoavaliação com aqueles utilizados pelo MEC e/ou CEE/SC na avaliação externa. Atualmente, a comissão domina o processo avaliativo de forma geral, incorporando os aperfeiçoamentos recomendados pelo MEC e provocando a gestão da FURB a implantar ações que visam a excelência da Universidade nas diversas dimensões de sua atuação.

A cultura da autoavaliação, da autocrítica e do autodesenvolvimento vêm, a cada processo, sendo apropriada pela instituição. A prova disso foi a revisão do PDI 2010-2015 em 2013, homologado em 2014 pelo CONSUNI, cuja recomendação foi dada na avaliação externa em 2010 e reforçada no processo de autoavaliação 2009-2011. O PDI passou a ser um documento de referência no processo de gestão da Universidade nos anos 2014 e 2015, pois incorporou os diagnósticos realizados pela CPA bem como suas recomendações, apontando as ações necessárias de desenvolvimento e qualificação. A Universidade estabeleceu, assim, um projeto de avaliação cujo objetivo é a melhoria contínua das práticas e das políticas institucionais, com parâmetros bem estabelecidos, coerentes com o caráter público da FURB.

O relatório do quarto processo de autoavaliação, aqui apresentado, passou a ter uma estrutura formada por 5 eixos que reorganizam as dez dimensões propostas pelo SINAES. Os pontos fortes da FURB, destacados nesse relatório, bem como as recomendações para as fragilidades encontradas no período 2012-2014 são subsídios importantes para a elaboração do PDI 2016-2020, bem como do planejamento estratégico da atual gestão e das futuras.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS INTERNOS

FURB - UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Avaliação Institucional. Disponível em <<http://www.furb.br/web/1653/institucional/avaliacao-institucional/apresentacao>>

_____. Portal acadêmico. Disponível em: <<http://www.furb.br/web/1603/servicos/portal-academico/apresentacao>>.

_____. Serviços. Disponível em: <<http://www.furb.br/web/1007/servicos>>

_____. Bolsas de estudo. Disponível em: <<http://www.furb.br/web/1630/servicos/portal-academico/apoio-ao-estudante/bolsas-de-estudo>>.

_____. Possibilidades de intercâmbio existentes na FURB. Disponível em: <<http://www.facebook.com/intercambiofurb>>.

_____. Critérios claros de seleção e matrícula para a comunidade. Disponível em: <<http://www.furb.br/web/1002/cursos>>.

_____. Central de Ex-Alunos. Disponível em: <<http://www.furb.br/exalunos>>.

_____. Horários da Biblioteca. Disponível em: <<http://www.furb.br/servicos/biblioteca/horarios>>.

_____. Comutação Bibliográfica. Disponível em: comut@furb.br.

_____. Publicações, revistas produzidas pela instituição. Disponível em: <<http://www.furb.br/web/4780/multimedia/revistas>>.

_____. *O Blog da FURB*. Disponível em: <http://blogfurb.blogspot.com.br>

_____. Como Ingressar. Disponível em: <<http://www.furb.br/web/2180/cursos/graduacao/como-ingressar>>.

_____. Ouvidoria. Disponível em: <http://www.furb.br/web/2681/institucional/ouvidoria/fale-conosco>.

_____. FURB em Números: Disponível em: <<http://www.furb.br/furbemnumeros>>.

_____. Base de Dados da Biblioteca. Disponível em: <http://www.furb.br/servicos/biblioteca/portais-de-busca>.

_____. Estágios. Disponível em: <http://www.furb.br/estagios>.

_____. Intranet. Disponível em: <http://www.furb.br/intranet>.

_____. Organograma geral FURB. Disponível em: http://www.furb.br/_upl/images/institucional/organograma_furb_completo_web.jpg

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2015. Revisado em 2013 e homologado em 2014. <http://www.furb.br/web/4699/institucional/avaliacao/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi>

_____. Portaria nº 415/2004. *Designa os integrantes da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Regional de Blumenau*, de 14 de julho de 2004.

_____. Portaria nº 1.102/2012. *Designa os membros da Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (COPERA) – 15 de outubro de 2012*.

_____. Portaria nº. 306/2012. Institui Grupo de Trabalho para elaborar a Política Pública de Comunicação da FURB e designa os representantes dos segmentos internos e externos à IES – 20 de abril de 2012.

_____, Resolução nº 18/2010. Dispõe sobre o Estágio Probatório dos servidores públicos no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, de 23 de abril de 2010. Indicador 4.4.8

_____. PROEN. Disponível em: <<http://www.furb.br/proen>>

_____. Relatório de Autoavaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau: 2001-2005. Blumenau. Disponível em: <<http://www.furb.br/Instituicional/AvaliacaoInstitucional>>

_____. Relatório de Autoavaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau: 2006-2008. Blumenau. Disponível em: <<http://www.furb.br/Instituicional/AvaliacaoInstitucional>>

_____. Relatório de Autoavaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau: 2009-2011. Blumenau. Disponível em: <<http://www.furb.br/Instituicional/AvaliacaoInstitucional>>

_____. Relatório do Balanço Crítico do Processo de Autoavaliação da Universidade Regional de Blumenau: 2009-2011. Blumenau. Disponível em: <<http://www.furb.br/Instituicional/AvaliacaoInstitucional>>

_____. Relatório Institucional de Atividades 2012. Coordenadoria de Planejamento – COPLAN, 2013. www.furb.br

_____. Relatório Institucional de Atividades 2013. Coordenadoria de Planejamento – COPLAN, 2014. www.furb.br

_____. Relatório Institucional de Atividades 2014. Coordenadoria de Planejamento – COPLAN, 2015. www.furb.br.

_____. Análise da Execução Orçamentária do Exercício de 2014. Disponível em http://www.furb.br/web/upl/arquivos/201504240926440.analise_execucao_orcamentaria_2014.pdf?20151021172059.

_____. Análise da Execução Orçamentária do Exercício de 2013. Disponível em <http://www.furb.br/web/upl/arquivos/201405291355290.Relatorio%20n001-2014%20-%20Parecer%20Balanco%202013.pdf?20151021172059>.

_____. Resolução nº 005/1994. *Concede abatimento sobre o pagamento de encargos educacionais a serem pagos por professores e funcionários, seus cônjuges e filhos, e monitores da FURB e de outras providências*, de 03 de maio de 1994.

_____. Resolução nº 026/1995. *Aprova o Regimento Geral da Universidade Regional de Blumenau*, de 21 de dezembro de 1995.

_____. Resolução nº 013/1997. *Altera dispositivos da Resolução nº 05/94, de três de maio de mil novecentos e noventa e quatro (03-05-94)*, de 29 de maio de 1997.

_____. Resolução nº 030/1997. *Fixa novas condições de afastamento de Servidores Técnico-Administrativos para cursar Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado -, e dá outras providências*, de 17 de julho de 1997.

_____. Resolução nº 129/2001. *Homologa o Regimento Geral da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo*, de 20 de dezembro de 2001.

_____. Resolução nº 116/2001. *Cria e Regulamenta o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau – PAIURB – 6 de dezembro de 2001*.

_____. Resolução nº 024/2004. *Institui e Regulamenta a Política de Extensão da Universidade Regional de Blumenau, na forma do ANEXO*, de 21 de maio de 2004.

_____. Resolução nº 070/2004. *Regulamenta a distribuição de horas-atividade para os docentes da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, na forma do Anexo*, de 11 de novembro de 2004.

_____. Resolução nº 014/2005. *Reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB, na forma do Anexo*, de 6 de maio de 2005.

_____. Resolução nº 020/2005. *Altera dispositivos da Resolução nº 14/2005, de 6 de maio de 2005, que reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau – PAIURB*, de 14 de junho de 2005.

_____. Resolução nº 61/2005. *Cria a Central de Ex-Alunos, destinada aos egressos da FURB – 16 de novembro de 2005*.

_____. Resolução nº 014/2007. *Normatiza o apoio institucional para a formação de docentes do Quadro da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB*, de 20 de abril de 2007.

_____. Resolução nº 022/2007. *Normatiza a utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, na forma do Anexo*, de 19 de julho de 2007.

_____. Resolução nº 017/2008. *Dispõe sobre a regulamentação de benefício institucional para servidores Técnico-Administrativos cursarem pós-graduação stricto sensu nos Programas da Universidade Regional de Blumenau*, de 11 de março de 2008.

_____. Resolução nº 026/2008. *Aprova o Regulamento do Projeto de Capacitação Linguística para Servidores da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB*, de 15 de abril de 2008.

_____. Resolução nº 052/2008. *Aprova a normatização do apoio institucional para a formação de docentes do Quadro do Magistério Superior da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB*, de 09 de julho de 2008.

_____. Resolução nº 056/2008. Dispõe sobre as cotas de bolsas de gratuidade nos Programas de pós-graduação em nível de Mestrado da Universidade Regional de Blumenau. 17 de julho de 2008.

_____. Resolução nº 035/2010. Homologa o Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo, de 28 de julho de 2010.

_____, Resolução nº 037/2010. Dispõe sobre as regras de contagem de pontos para enquadramento inicial e progressão na Carreira para os professores da Educação Superior e do Ensino Médio e Educação Profissionalizante e dá outras providências - 29 de junho de 2010.

_____, Resolução nº 041/2011. Cria a Divisão de Cultura e altera dispositivos da Resolução nº 35/2010, de 28 de junho de 2010, que “Homologa o Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau – 26 de agosto de 2011.

_____, Resolução nº 006/2012. Estabelece regras para pagamento a servidores da FURB decorrente da prestação de serviços ocasionais relativos aos cursos sequenciais e cursos de pós-graduação *lato sensu* presencial e a distância – EaD – 23 de fevereiro de 2012.

_____, Resolução nº 010/2012. Regulamenta a Ouvidoria da FURB – 29 de fevereiro de 2012.

_____, Resolução nº 010/2012. Define as diretrizes para o desenvolvimento e apoio ao esporte pela FURB.

_____, Resolução nº 014/2012. Aprova as normas gerais para o funcionamento dos cursos de Pós-graduação *lato sensu* da FURB, em nível de especialização, na forma de anexo – 14 de março de 2012.

_____, Resolução nº 034/2012. Dispõe sobre as normas para realização de Processo Seletivo Público e Simplificado para contratação de professor temporário para desenvolver atividades de ensino superior na FURB e dá outras providências – 3 de setembro de 2012.

_____, Resolução nº 041/2012. Institui a Política de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da FURB, e dá outras providências – 22 de outubro de 2012.

_____, Resolução nº 046/2012. Define a Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Universitária da FURB - 6 de novembro de 2012.

_____, Resolução nº 060/2012. Estabelece a política de formação continuada de curta duração dos Servidores da FURB – 19 de dezembro de 2012.

_____, Resolução nº 055/2013. Regulamenta o Regime de Trabalho de Tempo Integral -TI, no Magistério Superior da FURB – 25 de setembro de 2013.

_____, Resolução nº 093/2013. Dispõe sobre a gratuidade em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de Mestrado, ofertados pela FURB, para estudantes da Instituição com o melhor desempenho no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE – 5 de dezembro de 2013.

_____, Resolução nº 011/2014. Fixa a Política de Capacitação Docente, em nível *stricto sensu*, e estabelece normas e prazos de afastamento dos docentes do Quadro do Magistério

Superior da Fundação Universidade Regional de Blumenau para programas de pós-graduação stricto-sensu e estágio pós-doutoral – 27 de fevereiro de 2014.

_____, Resolução nº 053/2014. Estabelece a Política de Desenvolvimento de Ações Permanentes e Articuladas de Temas Transversais, intitulada PATT, e institui a Comissão no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB – 13 de outubro de 2014.

_____, Resolução nº 002/2015. Institui e regulamenta a avaliação semestral de desempenho funcional para o servidor técnico-administrativo efetivo e estável, docentes com função de chefia administrativa superior e do cargo em comissão superior no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB – 4 de fevereiro de 2015.

_____, Resolução nº 006/2015. Dispõe sobre as normas para realização de Processo Seletivo Público e Simplificado - PSPS para contratação de servidor técnico administrativo para desenvolver atividades na Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB correlatas aos cargos definidos na Lei Complementar 744/2010 e alterações e dá outras providências – 6 de março de 2015.

DOCUMENTOS EXTERNOS

BRASIL. CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Acordo de cooperação técnica que entre si celebram a união, representada pelo ministério da educação, por intermédio da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), objetivando a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)*, DOU. Brasília, 12 mai. 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.773. *Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino*, DOU. Brasília, 10 de maio de 2006.

_____. MEC – Ministério da Educação. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. *Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências*. DOU. Brasília, 14 abr. 2004.

_____. _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. DOU. Brasília, 23 dez. 1996.

_____. _____. Portaria nº 2.051 de 09 de julho de 2004. *Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004*. DOU. Brasília, 12 jul. 2004.

_____. _____. Instrumento de avaliação institucional Externa. Brasília, Agosto, 2014.

_____. _____. NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES nº 062. Assunto: Definição da estrutura do Relato Institucional. , 09 de outubro de 2014.

_____. _____. NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES nº 065. Assunto: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional - 09 de outubro de 2014.

Norma ABNT NBR 9050/2004. Dispõe sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. Lei Complementar Municipal nº 080, de 21 de março de 1995.

_____. Lei Municipal nº 1.557, de 14 de dezembro de 1968.

_____. Lei Municipal nº 4.768 de 12, de dezembro de 1996.

_____. Lei Complementar nº 743, de 19 de março de 2010. Dispõe sobre a reorganização administrativa da FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau e dá outras providências.

_____. Lei complementar nº 744, de 19 de março de 2010. Institui o plano de carreira para os servidores técnico-administrativos da FURB e dá providências correlatas.

_____. Lei complementar nº 745, de 19 de março de 2010. Institui o estatuto do magistério Público municipal de Blumenau da educação superior do ensino, médio e da educação profissionalizante, estabelecendo regras relativas ao quadro respectivo, ao regime de trabalho e aos planos de carreiras, e da outras providências.

_____. Lei complementar nº 746, de 19 de março de 2010. Dispõe sobre as regras para a aplicação do estatuto dos servidores públicos municipais aos servidores da FURB- Fundação universidade regional de Blumenau, e dá providências correlatas.

SANTA CATARINA. Decreto Estadual nº 5.494 de 06 de agosto de 2002.

_____. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. Resolução nº 088. *Fixa normas para a avaliação das Instituições de Educação Superior e de seus Cursos e Programas, no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina e adota outras providências*, de 20 de dezembro de 2005.

_____. Conselho Estadual de Educação. Parecer CES/CEE Nº 186, de 28/09/2010. Aprova o Relatório de Avaliação Institucional Externa, realizada na Universidade Regional de Blumenau – FURB.